

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO PONTAL

ALINE LIMA MIRANDA KHATER

**INFÂNCIAS E DIREITO À CIDADE: perspectivas de crianças participantes de
projetos sociais sobre a produção do espaço urbano em Ituiutaba-MG**

ITUIUTABA
2025

ALINE LIMA MIRANDA KHATER

INFÂNCIAS E DIREITO À CIDADE: perspectivas de crianças participantes de projetos sociais sobre a produção do espaço urbano em Ituiutaba-MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal - PPGEP, do Instituto de Ciências Humanas do Pontal - ICHPO, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

Linha de pesquisa: Produção do espaço rural e urbano.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Angélica de Oliveira Magrini

**ITUIUTABA
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

K45i
2025 Khater, Aline Lima Miranda, 1987-
Infâncias e direito à cidade [recurso eletrônico] perspectivas de
crianças participantes de projetos sociais sobre a produção do espaço
urbano em Ituiutaba-MG / Aline Lima Miranda Khater. - 2025.

Orientadora: Maria Angélica de Oliveira Magrini.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.5009>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Magrini, Maria Angélica de Oliveira, 1984-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Geografia do Pontal. III. Título.

CDU: 910.1

Nelson Marcos Ferreira
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Geografia do Pontal - PPGEP				
Defesa de:	Mestrado Acadêmico				
Data:	23 de maio de 2025	Hora de início:	15:00	hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	22312GEO001				
Nome do Discente:	Aline Lima Miranda Khater				
Título do Trabalho:	INFÂNCIAS E DIREITO À CIDADE: perspectivas de crianças participantes de projetos sociais sobre a produção do espaço urbano em Ituiutaba -MG				
Área de concentração:	Produção do espaço e dinâmicas ambientais				
Linha de pesquisa:	Produção do espaço rural e urbano				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	FRAGURB				

Reuniu-se através de conferência pelo Google Meet (<https://meet.google.com/vot>), a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal assim composta: Prof. Dr. Vitor Koiti Miyazaki / PPGE, Ituiutaba - MG; Profa. Dra. Josy Dayanny Alves Souza - Instituto Federal do Norte de Minas - IFNMG e Profa. Dra. Maria Angélica de Oliveira Magrini / PPGE, Ituiutaba - MG - ICHPO, orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Profa. Maria Angélica de Oliveira Magrini, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

APROVADA

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos,

conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Angelica de Oliveira Magrini, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/05/2025, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Koiti Miyazaki, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/05/2025, às 19:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josy Dayanny Alves Souza, Usuário Externo**, em 26/05/2025, às 21:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6357441** e o código CRC **FCC5B79B**.

Dedico esta pesquisa às diversas infâncias que permeiam meu cotidiano como assistente social. Às vozes que ecoam, aos olhares que buscam e às histórias que inspiram a incessante busca por justiça social e garantia de direitos. Que este trabalho contribua para um olhar mais atento, empático e transformador sobre o universo infantil em suas múltiplas e singulares existências.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte inesgotável de força e sabedoria, que iluminou meus caminhos e me sustentou nas jornadas mais desafiadoras. À minha família, meu porto seguro, minha essência e minha maior motivação. À minha mãe, Regina, mulher de coragem e determinação, que com amor incondicional e resiliência me ensinou a nunca desistir dos meus sonhos. Ao meu esposo, Gabriel, meu melhor amigo e confidente, que esteve ao meu lado em cada passo dessa caminhada, oferecendo apoio, cumplicidade e incentivo. À minha filha, Maressa, meu milagre e minha luz, que me inspira diariamente a construir um mundo melhor. Agradeço também à minha orientadora, Profa. Dra. Maria Angélica de Oliveira Magrini, por sua sabedoria, paciência e dedicação. Sua orientação, com firmeza e gentileza, foi fundamental para minha trajetória acadêmica.

Aos professores do mestrado, que compartilharam seus conhecimentos, desafios e perspectivas, contribuindo imensamente para minha formação. Cada ensinamento deixou sua marca, ampliando meus horizontes e fortalecendo meu compromisso com a infância e sua importância social.

Em especial, agradeço ao Instituto Avivar pelo apoio e parceria. O sucesso desta pesquisa só foi possível graças ao compromisso e à colaboração de cada um de vocês. Gostaria de expressar a minha mais profunda gratidão a todos os participantes que dedicaram seu tempo e atenção à pesquisa. Essa colaboração foi essencial para o desenvolvimento deste estudo, fornecendo insights valiosos para a análise final. Mais uma vez, muito obrigada pela participação e apoio! A contribuição do instituto fez toda a diferença.

.

"Ensinarás a voar,
mas não voarão teu voo.
Ensinarás a sonhar,
mas não sonharão teu sonho.
Ensinarás a viver,
mas não viverão tua vida.
Mas saberás que cada vez que voem,
sonhem e vivam,
estará a semente do caminho ensinado".
(Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

A pesquisa propôs analisar o Direito à Cidade a partir da perspectiva das crianças, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, residentes em Ituiutaba-MG e participantes de projetos sociais promovidos por instituições do terceiro setor. O estudo se insere na linha de pesquisa “Produção do Espaço Rural e Urbano”, e busca compreender como as experiências urbanas das crianças influenciam sua apropriação do espaço urbano, suas representações e sua participação social. O objetivo central é compreender como essas crianças percebem o Direito à Cidade, suas formas de apropriação do espaço e as limitações impostas pela realidade urbana que não considera as crianças como sujeitos da produção das cidades, com necessidades e anseios próprios. A pesquisa visa contribuir para o debate sobre a inclusão infantil na construção de cidades mais justas, igualitárias e democráticas. Com base na atuação da autora como assistente social e coordenadora do CREAS, além de sua experiência como presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), a pesquisa se fundamentou na constatação de lacunas entre políticas públicas e as reais necessidades das crianças. Utilizando referenciais teóricos como Lefebvre (2001), Harvey (2014), Sarmiento (2007) e Aitken (2014), o estudo investiga as dinâmicas socioespaciais e a segregação socioespacial que impactam o acesso das crianças aos direitos urbanos. A metodologia é qualitativa, incluindo revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, realizada no Instituto Avivar, entidade cadastrada no CMDCA. O foco foi a produção de mapas mentais por crianças de 6 a 11 anos, a fim de identificar suas vivências, percepções e expectativas sobre a cidade. Como resultados principais da pesquisa ressaltamos a identificação de que há uma invisibilização das crianças, principalmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade social, no processo de concepção e produção do espaço urbano, fazendo com que suas experiências urbanas sejam restritas, o que influencia na elaboração de suas percepções e projeções sobre a cidade. Assim, consideramos que incluir as crianças na construção da cidade não é apenas uma questão de direito, mas uma exigência ética e democrática. Ouvi-las é, ao mesmo tempo, reconhecer sua humanidade plena e apostar em um futuro urbano mais justo, inclusivo e sensível à diversidade dos modos de habitar.

Palavras Chave: Direito à Cidade. Vulnerabilidade. Crianças. Projetos Sociais.

ABSTRACT

This research aims to analyze the Right to the City from the perspective of children, particularly those living in socially vulnerable conditions in Ituiutaba-MG and engaged in social projects led by third sector institutions. The study is part of the research line "Production of Rural and Urban Space" and seeks to understand how children's urban experiences shape their appropriation of the city, their representations, and their social participation. The main objective is to explore how these children perceive the Right to the City, how they engage with urban spaces, and how urban dynamics, which often overlook children as active city makers with specific needs and desires, impose limitations on their experiences. Drawing from the author's experience as a social worker, CREAS coordinator, and former president of the Municipal Council for the Rights of Children and Adolescents (CMDCA), the research highlights the gap between public policies and the actual needs of children. The study uses theoretical frameworks by Lefebvre (2001), Harvey (2014), Sarmiento (2007), and Aitken (2014), and adopts a qualitative methodology, including literature review, document analysis, and field research conducted at Instituto Avivar. The study focused on mental maps produced by children aged 6 to 11 to uncover their experiences, perceptions, and expectations of the city. Key findings reveal a persistent invisibility of children—especially the socially vulnerable—in urban planning processes, resulting in restricted urban experiences that shape limited perceptions and projections of the city. Therefore, including children in the making of urban spaces is not only a matter of rights but also an ethical and democratic imperative. Listening to them means acknowledging their full humanity and committing to a more just, inclusive, and diverse urban future.

Keywords: Right to the City. Vulnerability. Children. Social Projects

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Mapa Base de Ituiutaba, Minas Gerais.....	53
Mapa 2 Área de abrangência dos CRAS em Ituiutaba.....	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Sebastião Salgado, Crianças a margem da rodovia, PR-158, 1996.....	30
Figura 2 Favela do Metrô, no Rio de Janeiro, após demolição de ocupações consideradas irregulares, em 2014 - Tania Rego/Agência Brasil.....	33
Figura 3 Mapa Mental de Maria (8 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar	71
Figura 4 Mapa mental de Ana (8 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar (Mon Pied).....	72
Figura 5 Mapa mental de Aurora (10 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar (Mon Pied).....	73
Figura 6 Mapa mental de Clara (6 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar (Mon Pied)	74
Figura 7 Mapa mental de Isa (9 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar (Mon Pied)	75
Figura 8 Mapa mental de Laura (11 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar (Mon Pied).....	76
Figura 9 Mapa mental de Luna (7 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar).....	77
Figura 10 Mapa mental de Ângela (9 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar (Mon Pied).....	78
Figura 11 Mapa mental de Ana (8 anos) lugares em Ituiutaba que mais gosta, acha bonito ou chama a sua atenção.....	79
Figura 12 Mapa mental de Aurora (10 anos) lugares em Ituiutaba que mais gosta, acha bonito ou chama a sua atenção.....	80
Figura 13 Mapa mental de Clara (06 anos) lugares em Ituiutaba que mais gosta, acha bonito ou chama a sua atenção.....	81
Figura 14 Mapa mental de Isa (09 anos) lugares em Ituiutaba que mais gosta, acha bonito ou chama a sua atenção.....	82
Figura 15 Mapa mental de Luna (07 anos) lugares em Ituiutaba que mais gosta, acha bonito ou chama a sua atenção.....	83
Figura 16 Mapa mental de Ângela (09 anos) lugares em Ituiutaba que mais gosta, acha bonito ou chama a sua atenção.....	84

Figura 17 Mapa mental de Maria (08 anos) banheiro químico – aspecto negativo percebido pela criança.....	85
Figura 18 Mapa mental de Aurora (10 anos) cemitério – aspecto negativo percebido pela criança.....	86
Figura 19 Mapa mental de Isa (09 anos) buraco – aspecto negativo percebido pela criança.....	88
Figura 20 Mapa mental de Laura (11 anos) buraco – aspecto negativo percebido pela criança.....	89
Figura 21 Mapa mental de Ana (8 anos) Projeções de uma Ituiutaba melhor.....	90
Figura 22 Mapa mental de Aurora (10 anos) “Cidade dos doces” - Projeções de uma Ituiutaba melhor.....	92
Figura 23 Mapa mental de Clara (06 anos) Rua de Ouro - Projeções de uma Ituiutaba melhor.....	93
Figura 24 Mapa mental de Isa (09 anos): uma praia - Projeções de uma Ituiutaba melhor	94
Figura 25 Mapa mental de Ângela (09 anos): Loja Vivara - Projeções de uma Ituiutaba melhor	95

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 Distribuição dos bairros atendidos pelo CRAS Alvorada.....	55
Tabela 2 Distribuição dos bairros atendidos pelo CRAS Brasil.....	56
Tabela 3 Distribuição dos bairros atendidos pelo CRAS Buritis	57
Tabela 4 Distribuição dos bairros atendidos pelo CRAS Ipiranga.....	58
Tabela 5 Distribuição dos bairros atendidos pelo CRAS Natal	59
Tabela 6 Distribuição dos bairros atendidos pelo CRAS Pirapitinga.....	60
Gráfico 1 - Quantitativo de crianças de 0 a 12 anos incompletas inseridas no PAEFI no CREAS de Ituiutaba.....	62
Gráfico 2 Escuta especializada	63

LISTA DE SIGLAS

CAPSi - Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil
CEDCA/MG - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente em Minas Gerais
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
FNCA - Fundo Nacional da Criança e do Adolescente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e pesquisa
MP - Ministério Público
NEPAI - Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Infância e a Educação Infantil
NEPERE-Núcleo de Estudos e Pesquisa em Estado, Política e Educação
OSC - Organizações da Sociedade Civil
PAEFI - Programa de Acompanhamento Especializado a Famílias e Indivíduos
PeNSE - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PJ – Poder Judiciário
PPGECM - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática
PSF - Programa Saúde da Família
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
SEDESE - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social
SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
TEIA – Territórios, Educação Integral e Cidadania
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFU – Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2 DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE O DIREITO À CIDADE	21
2.1 O DIREITO À CIDADE: a utilização do espaço na lógica de organização capitalista .	22
3. A INFRAESTRUTURA DO LUGAR E A SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA PESSOA HUMANA	35
3.1 Análise do primeiro Diagnóstico Municipal da Criança e do Adolescente em Ituiutaba, gestão 2021/2023	35
3.1.1 Diretrizes legais no município de Ituiutaba sobre o CMDCA	37
3.2 A importância da paridade Sociedade Civil e Governo na composição do CMDCA	41
3.2.1 Da formulação do Diagnóstico Municipal e a análise final: breve exposição	42
3.3 Pesquisa documental para mapear os equipamentos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e as Entidades não governamentais que atendem crianças no município de Ituiutaba-MG.	51
3.3.1 Análise da perspectiva das crianças sobre a cidade	66
3.3.2 Sobre a escolha da entidade não governamental.....	69
3.3.3 Metodologia	70
3.3.3.1 <i>Mapa mental representando o percurso da criança entre a residência e o Instituto Avivar</i>	71
3.3.3.2 <i>Mapa mental representando lugares em Ituiutaba que mais gosta, acha bonito ou chama a sua atenção</i>	79
3.3.3.3 <i>Mapa mental dos aspectos negativos percebidos pela criança na cidade de Ituiutaba</i>	84
3.3.3.4 <i>Mapa mental: projeções de uma Ituiutaba melhor idealizada pelas crianças</i>	90
3.4 Reflexões a partir do conjunto de mapas mentais	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	100

1. INTRODUÇÃO

A análise do Direito à Cidade a partir da percepção de crianças tem fomentado discussões em diferentes campos acadêmicos, começando a comparecer em capítulos de livros, artigos científicos e congressos, em que as pesquisas evidenciam as especificidades da análise da produção dos espaços urbanos a partir da valorização da perspectiva e das necessidades das crianças.

O desenvolvimento desta pesquisa está associado à linha “Produção do espaço Rural e Urbano”, e se pauta na análise das dinâmicas socioespaciais de um grupo socialmente compreendido como tendo pouca possibilidade de contribuir para a construção do espaço urbano, estabelecem diálogos no âmbito da produção deste espaço, pensando as relações que decorrem das experiências de crianças, que participam de programas formativos em instituições de terceiro setor, voltadas à promoção de projetos e programas com foco em educação, cultura, lazer e prevenção contra álcool, drogas e violência sexual, entre outras interferências que assolam a infância.

Nesta linha, escolheu-se o eixo temático “A cidade e o Cotidiano urbano”, com foco em compreender a produção e apropriação do espaço a partir das experiências das crianças, observando seu cotidiano urbano e compreendendo suas experiências por meio da articulação teórica entre os temas/processos ligados à construção do Direito à Cidade, por acreditar que necessitamos atualmente de um debate que repense o papel das crianças na construção dos espaços urbanos da cidade de Ituiutaba, selecionada como recorte espacial da pesquisa.

A identificação da necessidade de elucidação dessa problemática está relacionada à vivência profissional da autora, que concilia sua atuação no campo social com as demandas do trabalho cotidiano. Desde 2021, exerce a função de assistente social e atua como coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no município de Ituiutaba. Nesta unidade pública de atendimento, o profissional é responsável por oferecer apoio e orientação às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e/ou social por violação de direitos. Suas atividades incluem acolhida, escuta, estudo social, diagnóstico socioeconômico, monitoramento e avaliação do serviço, além de orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais. Essa atuação leva à reflexão sobre o espaço das crianças no contexto urbano de Ituiutaba, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, considerando as possíveis lacunas na garantia do Direito à Cidade em seus cotidianos.

Em março de 2021, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Ituiutaba indicou a profissional para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente (CMDCA), representando a política pública de assistência social como conselheira na gestão 2021/2023. Durante a cerimônia de posse, candidatou-se e foi eleita presidenta do CMDCA. O Conselho, como órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador da política municipal de promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência, é composto de forma paritária, com 50% de seus membros representando o governo e 50% representando a sociedade civil, por meio das Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

Por meio dessa atuação, foi possível mapear e cadastrar, em 2021, um total de 14 OSCs regularizadas que desenvolvem ações voltadas para crianças e adolescentes no município de Ituiutaba. Além disso, tal experiência viabilizou a elaboração do primeiro Diagnóstico Municipal da Criança e do Adolescente no município, realizado em parceria com os órgãos municipais de atendimento e com a participação da comunidade local. O diagnóstico foi disponibilizado publicamente nas páginas oficiais da Prefeitura Municipal de Ituiutaba e do CMDCA.

Ainda movida por inquietações, a profissional observou, durante a realização e análise do diagnóstico, a ausência de espaços adequados para crianças e adolescentes, especialmente aqueles oriundos de famílias de baixa renda. Essa problemática também se repete em outros municípios do território mineiro, conforme constatado em formações e palestras realizadas junto a instituições de assistência social que atuam na região.

Assim, compreender as crianças como sujeitos de direitos é responsabilidade de todos os que atuam no campo da proteção integral da infância e adolescência. Pesquisas nessa área tornam-se, portanto, fundamentais para promover uma discussão contemporânea que contribua para a efetivação do tratamento da infância como prioridade absoluta, evidenciando estratégias para viabilizar o acesso a direitos e a superação de situações de vulnerabilidade. O entendimento de que crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento e titulares do princípio da prioridade absoluta (BRASIL, Constituição Federal, 1988), conceito aplicado exclusivamente a esse grupo, é essencial também no campo da Geografia, especialmente no que diz respeito à compreensão das percepções das crianças sobre a produção do espaço urbano no município de Ituiutaba.

A inserção do Assistente Social neste tema decorre de que a “questão social” é o fundamento de sua formação e prática profissional, possibilita contato direto com as mais variadas formas de expressão social. A busca por compreender estas relações entre a questão social e a construção do Direito à Cidade sob a perspectiva das crianças, me fazem adentrar a teoria do Direito à Cidade, entendendo a cidade como espaço de produção de relações interpessoais, que deve atender todos os seus integrantes, compreendendo as relações voltadas

à questão da produção/apropriação do espaço, buscando a produção do espaço para as crianças, visando uma cidade mais justa e igualitária que compreenda as dimensões populacionais ou papéis urbanos, na melhoria das experiências urbanas.

Para a compreensão do Direito à Cidade, a pesquisa adotará como principais referências teóricas os autores Lefebvre (2001), Harvey (2014), Magrini e Catalão (2017), Corrêa (2005) e Souza (2016), com o objetivo de analisar as dinâmicas do Direito à Cidade e da segregação socioespacial. A intenção é compreender o direito de habitar, usar e participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis, especialmente para crianças e adolescentes do município de Ituiutaba. Sarmiento (2007) e Aitken (2014) contribuirão com a perspectiva do Direito à Cidade a partir das especificidades das experiências infantis e juvenis, permitindo uma aproximação mais sensível e concreta da realidade vivida pelos sujeitos da pesquisa. Agier (2015), por sua vez, oferece suporte teórico para a compreensão das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos que produzem os espaços e determinam as formas de fazer a cidade.

Diante dessa realidade, questiona-se de que maneira as especificidades do cotidiano urbano de crianças participantes de projetos sociais e residentes em bairros periféricos¹ de Ituiutaba favorecem ou dificultam a construção do Direito à Cidade a partir da perspectiva infantil? Identifica-se uma discrepância entre as políticas públicas vigentes e as reais necessidades e expectativas das crianças em Ituiutaba, o que dificulta a efetivação do Direito à Cidade de maneira inclusiva e equitativa para esse público.

Nesse sentido o objetivo do estudo é de compreender as expectativas acerca da construção do Direito à Cidade a partir da perspectiva das crianças em Ituiutaba, por meio da análise de suas percepções e de seu cotidiano urbano. Especificamente objetiva-se interpretar as informações constantes no Diagnóstico Municipal da Criança e Adolescente de Ituiutaba, produzido pelo Conselho Municipal da Criança e Adolescente, no ano de 2022; identificar o papel das políticas públicas estatais e do terceiro setor na garantia dos direitos das crianças em Ituiutaba e analisar como superar as possíveis lacunas entre o contemplado nas políticas públicas e as expectativas e necessidades das crianças inseridas em Projeto Social da OSC em Ituiutaba, pensando na construção do Direito à Cidade para elas.

¹ O conceito de bairros periféricos nesta pesquisa vai além da localização geográfica, estando atrelado a desigualdade social, precariedade nas condições de vida, privação de bens e serviços como falta de área de lazer ou espaços culturais, maiores índices de violência, drogadição e criminalidade, destacando a manifestação da questão social (contradições do capitalismo). É importante romper com uma visão preconceituosa que associa a periferia apenas à carências, reconhecendo potencialidades e a capacidade de organização e resistência dos moradores.

Inicialmente, para compreender as especificidades do Direito à Cidade, optou-se pelas considerações de Henri Lefebvre em sua obra "Direito à Cidade". Lefebvre (2001) propõe uma discussão social sobre o espaço urbano, mediada pela percepção da estruturação do desenvolvimento urbano em contraste com as sociedades capitalistas. O autor destaca que o Direito à Cidade está intimamente relacionado ao questionamento não subordinado da sociedade urbana ao valor de troca e ao capitalismo.

A produção das cidades, que se acentua a partir da Revolução Industrial, tem por característica amoldar-se às relações de trabalho e suas divisões, dinamização do comércio, a busca da mais-valia e valorização do capital. O autor ressalta que tais características, embora propiciem expansão da produção industrial, segregam certos segmentos sociais no espaço urbano, que atende ao mercado e não às necessidades de seus moradores, principalmente os de baixa renda. Importante pensar que a relação dos indivíduos com a cidade trará uma significação com base na rede de conhecimento destes sujeitos acerca dos espaços que eles utilizam e sobre aqueles que lhes são negados.

Nesta singularidade, não existe equidade nas relações de apropriação da cidade, que são pautadas pela desigualdade e pela hierarquização socioespacial, a partir da busca pela manutenção constante dos ganhos capitalistas a partir da própria produção das cidades. Deste modo, o tecido urbano se mantém desordenado, a condição de contradição entre riqueza e pobreza é cada vez mais acentuada, emergindo problemas sociais que quebram a coesão espacial das cidades.

Em linhas gerais, Lefebvre (2001) define que o Direito à Cidade se constitui nos direitos dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem, relativos à base das relações sociais, que contrapõe as reproduções das relações capitalistas, que trazem aspectos voltados à reivindicação, pela ampliação da cidadania e da participação política nas cidades, fruto do processo de redemocratização.

Na busca por compreender as especificidades da construção do Direito à Cidade das crianças, em Ituiutaba, considerou-se que esse direito se refere “[...] não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc.” (Lefebvre, 2008, p. 139). Nos baseamos nesta obra do autor, considerando que o Direito à Cidade está ligado a apropriação plena do espaço ligada à produção e reprodução do mesmo, na cidade de Ituiutaba, lugar de poucas interações sociais e espaços para crianças, bem como espaços culturais voltados a atender esta faixa etária, e participação nos arranjos e organizações políticas que movimentam estes espaços.

A realização da pesquisa teórica junto a análise documental se ampara sob este viés, com o intuito de compreender a coletividade de ações que ocorrem em espaços urbanos, identificando como ocorre e se ocorre a construção do Direito à Cidade para as crianças e adolescentes em Ituiutaba. Tais fatores para Harvey (2014) contrapõem a lógica de organização capitalista, e dão luz a aspectos sociais inerentes à atuação humana que ocorre em grupo, propiciando que o direito de mudar a nós mesmos possa ocorrer, com o objetivo de propiciar mudanças coletivas para a cidade. O destaque desta afirmação nos coloca frente a uma indagação construída por meio de sua teoria, no qual Harvey (2014) sinaliza que o Direito à Cidade não está apenas ligado ao ter um lugar para morar, mas sim morar em um lugar que possua infraestruturas que permitam ao indivíduo o desenvolvimento pleno de sua existência.

Esta afirmação motiva o início da pesquisa de campo sob a ótica de Aitken (2014), com visitas a entidades do terceiro setor, devidamente registradas em cartório e cadastradas no CMDCA no período de 2021/2022, conforme a demarcação de abrangência dos CRAS, organizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Sob essa perspectiva, essas entidades contribuíram para a identificação, no cotidiano urbano de Ituiutaba, dos principais entraves e potencialidades na busca pelo Direito à Cidade, promovendo uma reflexão sobre o espaço urbano com as crianças, entendidas como agentes sociais e políticos titulares do Direito à Cidade.

A realidade das entidades do terceiro setor no cenário municipal, no que diz respeito à infância na cidade de Ituiutaba, reflete a materialização da situação de indivíduos socialmente excluídos, que necessitam de apoio e atendimento além dos serviços governamentais disponíveis. A atuação social dessas pessoas, responsáveis pela criação de entidades sem fins lucrativos, está inserida em uma realidade voltada para a recuperação de jovens, a inserção social e a prevenção do uso de álcool e outras drogas. Essas entidades tornam-se agentes indispensáveis para compreender os impactos socioespaciais gerados pela utilização e manutenção do espaço urbano, especialmente quando se considera a perspectiva das crianças.

Para uma compreensão geral da construção do Direito à Cidade a partir das crianças em Ituiutaba, optou-se pela metodologia de pesquisa qualitativa, sob a ótica de Gerhardt e Silveira (2009). A pesquisa qualitativa neste contexto não se preocupa com quantificações ou generalizações, possui olhares sensíveis às dinâmicas das relações sociais, no que tange a explicações e compreensão sobre estes processos. No contexto desta pesquisa, realizaremos a objetificação do fenômeno, explicação de fenômenos de cunho socioespacial, realizando uma observação participante do cotidiano de crianças na cidade de Ituiutaba, sendo necessária uma

busca por informações de cunho bibliográfico, documental e empírico para compreensão deste contexto.

Para responder aos objetivos da pesquisa, serão utilizados os pressupostos de Boccato (2006) com a metodologia de pesquisa bibliográfica. A autora destaca que essa ferramenta tem como foco a resolução de um problema (hipótese), valendo-se de pesquisas e trabalhos científicos já realizados sobre a temática em questão. O método consiste em analisar e discutir as contribuições científicas apresentadas, com ênfase nas abordagens e perspectivas de tratamento do assunto conforme exposto na literatura especializada.

O desenvolvimento de pesquisa com a temática Direito à Cidade, possui uma vasta bibliografia, apresentando perspectivas distintas sobre o tema aplicado mundialmente. Esta pesquisa busca contribuir para a discussão contemporânea teórico-conceitual acerca da construção do Direito à Cidade, para crianças no tecido urbano, contextualizando as especificidades do lócus junto às práticas, evidenciadas em periódicos, dissertações, teses e artigos em bibliotecas digitais, bancos de teses, portais de periódicos eletrônicos e portais de Instituições dos governos federal e estadual, compreendendo teoricamente este processo.

Considerando que esta temática esteja inserida nos órgãos de atendimento municipais como CMDCA, CRAS, CREAS e Secretaria de Desenvolvimento Social, optei também pela metodologia de análise documental, sobre a qual Severino (2007) destaca que não se trata apenas da análise de documentos oficiais, ou seja, documentos físicos (impressos), o autor compreende a totalidade como tipos de documentos tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais.

Realizei, dessa forma, uma busca por documentos oficiais dos departamentos envolvidos, bem como materiais instrutivos e de registro que tragam contribuições relevantes para a temática pesquisada. A busca por esses documentos tiveram como objetivo construir um panorama inicial para o aprofundamento das temáticas específicas da pesquisa, de maneira contextualizada, estabelece, assim, uma conexão com a pesquisa bibliográfica realizada.

Para a produção de informações e imersão nesta temática, fez-se necessário o desenvolvimento de uma pesquisa de campo, pois estabelece um diálogo direto com os pesquisados e uma familiaridade deles com o pesquisador, no qual a fonte estabelece um vínculo com os agentes organizadores da pesquisa. Gonçalves (2001) destaca a necessidade de vivenciar o espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu, na busca por reunir a maior quantidade de informações possíveis a serem analisadas.

Para compreender estas nuances, foi realizada uma observação do cotidiano destas crianças, privilegiando as instituições de terceiro setor que produzem espaços voltados a atender

socialmente crianças na cidade de Ituiutaba. A escolha das instituições foi mediada pelo mapeamento já realizado pelo CMDCA no ano de 2021, que mantém 14 entidades registradas, com dados dispostos para domínio público no tecido urbano de Ituiutaba, sendo, nestas observações, coletadas informações relativas a aspectos sociais e políticos da interação das crianças ao Direito à Cidade.

A pesquisa de campo se deu em uma entidade cadastrada no CMDCA de Ituiutaba durante o ano de 2021/2022 - o Instituto Avivar, que foi selecionado por contemplar em seu plano de trabalho crianças inseridas em diversas atividades. As instituições atuam no combate às desigualdades sociais, com foco em áreas como educação, esporte, cultura e lazer, distribuídas de forma ampla no tecido urbano, com ênfase no atendimento a crianças. Conhecer esses espaços permitiu uma imersão no tema, proporcionando contato direto com os sujeitos da pesquisa, vivenciando seu cotidiano e buscando compreender as relações socioespaciais presentes nos entraves e potencialidades na busca pelo Direito à Cidade.

Após a seleção da entidade e da autorização do trabalho com as crianças, foram elaborados mapas mentais pelas crianças, visando compreender o modo como estes participantes de projetos sociais percebem o Lugar no qual estão inseridos, suas representações do cotidiano, suas vivências e suas expectativas, partindo do entendimento de Richter (2011, p. 260), para quem “o mapa mental cumpre um papel [...] ao indicar leituras, olhares, reflexões, compreensões, avanços, limites, equívocos, relações, interpretações e análises a respeito do espaço”.

A realização desta pesquisa considerou as maneiras particulares das crianças se expressarem sobre temas complexos. Na tentativa de compreender como as crianças percebem o Direito à Cidade, a abordagem se deu a partir da interpretação de mapas mentais produzidos por 8 crianças, distribuídas entre 06 e 11 anos de idade, na entidade selecionada.

O desenvolvimento da pesquisa foi orientado pela construção de um diário de campo, que se constituiu como um instrumento documental de levantamento de informações e dados para a construção da escrita da pesquisa, sendo um guia orientado para registro organizado de ações que acontecem diariamente durante as visitas (Dourado, 2010).

O instrumento de registro obedeceu às seguintes pontuações: 1) data e local; 2) uma parte descritiva; 3) a interpretação do observado ou a parte analítica; 4) o registro de como foram estabelecidos os contatos e como foi a receptividade dos sujeitos; 5) o registro das conclusões preliminares, dúvidas, desafios; e 6) avaliação, originando um documento facilitador da construção da história, nos seus aspectos econômicos, políticos e culturais, aprofundando o olhar do pesquisador sobre o espaço e suas relações sociais, Venâncio e Pessoa,

2009. Além disso, foi realizado um registro fotográfico dos espaços estudados para contribuir com a análise.

Esta pesquisa visou contribuir para a ampliação da discussão teórico-conceitual contemporânea acerca da construção do Direito à Cidade, inserindo as crianças como sujeitos importantes para o debate, sendo este Lugar dotado de significados particulares. Os diálogos com as crianças foram feitos *in loco* nos espaços do Instituto Avivar, acompanhados por monitores que já conheciam o grupo e em ambiente já conhecido pelos participantes, a fim de proporcionar um ambiente acolhedor no qual tivessem liberdade em se expressar. Considerando as especificidades dos sujeitos dessa pesquisa, foram preservados a identidade, a linguagem e o desejo da criança, tendo estas liberdade para interromper sua participação quando desejarem.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE O DIREITO À CIDADE

A ideia da análise do Direito à Cidade a partir da expectativa de crianças tem fomentado discussões em diferentes campos acadêmicos, começando a comparecer em capítulos de livros, artigos científicos e congressos, onde as pesquisas evidenciam as especificidades da análise da produção dos espaços urbanos a partir da valorização da perspectiva e das necessidades das crianças.

O desenvolvimento desta pesquisa está associado à linha “Produção do Espaço Rural e Urbano” e se pauta na análise das dinâmicas socioespaciais de um grupo socialmente compreendido como tendo pouca possibilidade de contribuir para a construção do espaço urbano, pois estabelece diálogos no âmbito da produção desse espaço, considerando as relações que decorrem das experiências de crianças que participam de programas formativos em instituições do terceiro setor voltadas à promoção de projetos e programas com foco em educação, cultura, lazer e prevenção contra álcool, drogas e violência sexual, entre outras interferências que assolam a infância.

Nesse sentido, escolheu-se o eixo temático “A Cidade e o Cotidiano Urbano”, com foco em compreender a produção e apropriação do espaço a partir das experiências das crianças, observando seu cotidiano urbano e compreendendo suas vivências por meio da articulação teórica entre os temas/processos ligados à construção do Direito à Cidade. Acredito que, atualmente, necessitamos de um debate que repense o papel das crianças na construção dos espaços urbanos da cidade de Ituiutaba, selecionada como recorte espacial da pesquisa.

A realização da pesquisa teórica junto à análise documental se ampara nesse viés, com o intuito de compreender a coletividade de ações que ocorrem em espaços urbanos, identificando como ocorre, e se ocorre, a construção do Direito à Cidade para crianças e adolescentes em Ituiutaba. Tais fatores, segundo Harvey (2014), contrapõem a lógica de organização capitalista e dão luz a aspectos sociais inerentes à atuação humana que ocorre em grupo, possibilita que o direito de nos transformarmos possa acontecer visando propiciar mudanças coletivas para a cidade. Essa afirmação nos leva a uma indagação construída por meio da teoria de Harvey (2014), que sinaliza que o Direito à Cidade não está apenas

relacionado ao fato de ter um lugar para morar, mas sim de morar em um lugar que possua infraestruturas que permitam ao indivíduo o desenvolvimento pleno de sua existência.

O autor em questão destaca que as possibilidades criadas pelo indivíduo e a maneira como ele percebe o mundo estão intrinsecamente ligadas às formas de consumo, acentuando a fragmentação da cidade e aumenta a propensão a conflitos. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar o Direito à Cidade a partir da perspectiva das crianças e verificar se ele está relacionado ou não às formas de inserção nos espaços já existentes nas cidades. Dessa forma, a observação das desigualdades socioespaciais permite compreender os conflitos vivenciados tanto na produção do espaço urbano quanto nos contextos escolar, político, social, cultural, familiar, entre outros.

A atuação nesse espaço nos leva a refletir sobre a infraestrutura oferecida em Ituiutaba, aproximando-me de questões relativas à produção do espaço para que crianças e adolescentes tenham direitos básicos que atendam às suas necessidades sociais e culturais. Harvey (2014) nos apresenta o pensamento de inclusão das crianças, para reconhecer os espaços construídos para participarem dos processos de transformação das cidades, evidenciando a invisibilidade e as ausências devido à falta de lugares que potencializem a presença dos sujeitos desta pesquisa.

Repensar esses espaços, por meio da escuta ativa e da criação de ambientes que possam promover políticas de acesso nos aparelhos e entidades de atendimento à criança no município de Ituiutaba, é repensar um processo democrático que considere esses saberes. Essa visão converge com o pensamento de Harvey (2014), que reitera em suas obras que uma administração democrática sobre a organização urbana é parte constituinte do Direito à Cidade.

O autor destaca em sua obra que o Direito à Cidade estava restrito, em 2012, a uma elite política e econômica que molda a cidade a seu gosto para fins capitalistas. Observamos que pouco mudou em relação a esse posicionamento, sendo necessário um aprofundamento em pesquisas e trabalhos com essa temática para compreender essa evolução e fundamentar as indagações que nos motivam na realização desta pesquisa.

2.1 O DIREITO À CIDADE: a utilização do espaço na lógica de organização capitalista

Na busca por compreender as especificidades do Direito à Cidade, escolheu-se considerar as ideias de Henri Lefebvre, em sua obra “Direito à Cidade”. Lefebvre (2001) propõe uma discussão social sobre o espaço urbano, mediado pela percepção da estruturação do desenvolvimento urbano em contraposição às sociedades capitalistas. O autor destaca que o

Direito à Cidade está intimamente ligado ao questionamento da subordinação da sociedade urbana ao valor de troca e ao capitalismo.

A produção das cidades, intensificada a partir da Revolução Industrial, caracteriza-se por adaptar-se às relações de trabalho e suas divisões, à dinamização do comércio, à busca da mais-valia e à valorização do capital. Lefebvre ressalta que tais características, embora promovam a expansão da produção industrial, segregam certos segmentos sociais no espaço urbano, que atende ao mercado e não às necessidades de seus moradores, principalmente os de baixa renda. É importante pensar que a relação dos indivíduos com a cidade trará uma significação baseada na rede de conhecimento desses sujeitos acerca dos espaços que utilizam e daqueles que lhes são negados.

Nesse contexto, não existe equidade nas relações de apropriação da cidade, pautadas pela desigualdade e pela hierarquização socioespacial, a partir da busca pela manutenção constante dos ganhos capitalistas através da própria produção das cidades. Dessa forma, o tecido urbano se mantém desordenado, e a contradição entre riqueza e pobreza é cada vez mais acentuada, emergindo problemas sociais que fragmentam a coesão espacial das cidades.

Em linhas gerais, Lefebvre (2001) define que o Direito à Cidade se constitui nos direitos dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles formam, relativos à base das relações sociais, que contrapõem as reproduções das relações capitalistas, voltadas para a reivindicação da ampliação da cidadania e da participação política nas cidades, como fruto do processo de redemocratização.

Lefebvre (2001) evidencia que esses processos estão ligados à utilização dos espaços públicos, que possuem diversas funções em uma cidade, essenciais para aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Espaços como ruas, praças e outros locais públicos são produzidos socialmente e, ao mesmo tempo, produzem as relações sociais de forma dinâmica e ativa, implicado nas práticas sociais, econômicas e políticas, fenômenos culturais e de tráfego de pessoas, utilizados para apresentações artísticas e para garantir a segurança da população. Para o autor, a busca pelo Direito à Cidade está relacionada a uma alternativa anticapitalista, que instrumentaliza a revalorização da utilização do espaço em detrimento da mudança, em uma cidade construída sob a vertente capitalista, consumida pelos interesses do mercado e que subordina a utilização dos espaços ao foco na acumulação de capital. Ele destaca que o capitalismo sobrevive por meio da produção do espaço.

Na busca por compreender as especificidades da construção do Direito à Cidade das crianças em Ituiutaba, consideramos que esse direito se refere “[...] não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e

empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc.” (Lefebvre, 2008, p. 139). A pesquisa baseia-se na obra do autor, considerando que o Direito à Cidade está relacionado à apropriação plena do espaço, à sua produção e reprodução na cidade de Ituiutaba. Este município apresenta uma realidade com poucas interações sociais e espaços voltados para crianças, além de contar com uma quantidade limitada de espaços culturais que atendam a essa faixa etária e possibilitem sua participação nos arranjos e nas organizações políticas que dinamizam esses espaços.

Harvey (2014), que considera em suas pesquisas o Direito à Cidade como uma ação cotidiana que ocorre de maneira coletiva, possibilita transformações para a sociedade, pois estabelece uma junção entre a cidade desejada e a relação com a natureza, estilos de vida e tecnologias.

A pesquisa com enfoque materialista parte do pressuposto de que é possível promover transformações sociais, buscando melhorias nos ambientes vivenciados pela sociedade na totalidade, considerando que as dificuldades enfrentadas pelas pessoas impulsionam o desenvolvimento da construção da realidade individual. Nesse contexto, as afirmações de Lefebvre (2001) convergem com a ideia de que o Direito à Cidade desempenha um papel importante na reivindicação da ampliação da cidadania e da participação política nas áreas urbanas. Esse direito é fruto do processo de redemocratização e contribui para uma sociedade mais inclusiva e justa.

O Materialismo Histórico-Dialético é uma abordagem que analisa a sociedade e os sujeitos que nela vivem. Ele se caracteriza como um método científico que considera o ambiente, os organismos e os fenômenos físicos, influenciando a todos que dele fazem parte, além de reconhecer a relação intrínseca entre a matéria e os aspectos dialéticos, psicológicos e sociais.

Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede ao método. Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais. (Frigotto, 2001, p. 77)

O pensamento materialista considera aspectos gnoseológicos, que dizem respeito ao estudo do conhecimento humano sobre o mundo, envolvendo a análise das teorias relacionadas às vivências do cotidiano. O ser humano, enquanto ser social, está intrinsecamente ligado a questões como política, cultura, educação e outros aspectos. Ele influencia e é influenciado, desempenhando um papel fundamental no processo de construção da sociedade.

O materialismo aborda o aspecto ontológico, sendo a parte da filosofia que investiga a existência do ser e sua realidade, incluindo sua experiência e produção intelectual, que dão significado à sua existência como parte de uma unidade maior, ou seja, o mundo. Esses fatores contribuem para a perspectiva de superar possíveis lacunas entre o que é contemplado pelas políticas públicas e as necessidades reais das crianças em situação de vulnerabilidade em Ituiutaba.

E a história consiste justamente no fato de que toda fixação se reduz a uma aparência: a história é exatamente a história da transformação ininterrupta das formas de objetivação que moldam a existência do homem. A impossibilidade de compreender a essência de cada uma dessas formas a partir da sucessão empírica de acontecimentos históricos não se baseia, portanto, no fato de que essas formas são transcendentais em relação à história, como julga, e assim tem de ser, a concepção burguesa que pensa por determinações isoladoras da reflexão ou por ‘fatos’ isolados, mas no fato de que essas formas singulares não estão imediatamente relacionadas nem na justaposição da simultaneidade histórica, nem na sucessão de seus eventos. Sua ligação é mediada sobretudo por sua posição e função recíprocas na totalidade [...] (Lukács, 2003, p. 371-372).

Logo:

A produção das ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens, é a linguagem da vida real. São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo de vida real. (Marx e Engels, 1986).

O ato de transformar a cidade está ligado ao querer fazer, que envolve um contexto político que não pode ser minimizado. Levo, assim, em consideração durante esta proposta que falo de corpos que, politicamente, não fazem parte de uma ordem política que atua diretamente frente a esta estruturação das cidades.

Segundo o site oficial do NEPAI, atualmente, em Belo Horizonte–MG, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Infância e a Educação Infantil (NEPAI), apoiado pelo grupo Territórios Educação Integral e Cidadania (TEIA), propõe o curso “A criança e a participação infantil na construção de políticas públicas”, sob o viés de sensibilização quanto à participação da criança nesta construção.

Compreender essa relação significa entender a rede de forma sistêmica, como salienta Sluzki (1997), pois os contextos culturais e subculturais em que estamos imersos, os contextos históricos, políticos e econômicos tentam e fazem parte do universo relacional do indivíduo.

De acordo com Sluzki (1997), o meio ambiente do sujeito é formado por um conjunto de estruturas que interagem entre si, não se limitando apenas ao corpo humano, mas também a toda interação do indivíduo; a exemplo, tem-se a família, a comunidade e o meio ambiente. Ao trabalhar o conceito de Rede Social como a soma de todas as relações e contatos diretos ou indiretos que o indivíduo possui ao seu redor, ressalta que “[...] os contextos culturais e subculturais em que estamos imersos, os contextos históricos, políticos, econômicos, religiosos, de meio ambiente, de existência ou de carência de serviços públicos [...] sustentam e fazem parte do universo relacional do indivíduo” (Sluzki, 1997, p. 41).

A inserção do Assistente Social neste tema decorre do fato de a “questão social” ser o fundamento de sua formação e prática profissional. Como trabalhadores especializados, através da realização de sua prática profissional, estão em contato direto com as suas mais variadas formas de expressão, que se refletem também na luta pela cidadania, no respeito aos direitos civis, sociais, políticos, ao acesso à cidade e aos direitos humanos.

A fim de enriquecer o debate no campo da política social, utilizaremos Yamamoto (2000), que, ao descrever o Serviço Social na contemporaneidade, ressalta a necessidade do rompimento de uma visão endógena, notando a necessidade de ampliar a visão desses profissionais (Assistentes Sociais). Yamamoto aponta ainda a:

Questão Social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (Yamamoto, 2000, p. 27).

Para a autora, as multifacetadas manifestações da questão social emergem da contradição entre capital e trabalho, no século XIX, na Europa, e se relacionam ao modo capitalista de produção e à distribuição de riqueza de maneira desigual. Essas multifaces poderão ser identificadas a partir das observações dos sujeitos desta pesquisa, que residem em famílias que se apropriam de uma pequena fatia da produção capitalista e, por vezes, são segregados em espaços periféricos. Ao realizar esta pesquisa no âmbito da infância e juventude, é importante refletir que crianças e jovens estão inseridos em um contexto familiar, seja ele protetor ou não, o qual influenciará diretamente na forma de acesso à cidade.

Desse modo, faz-se urgente, na contemporaneidade, a aproximação desse profissional no desvendamento das expressões políticas e socioculturais, não somente sob o prisma do coletivo, mas também no envolvimento de “[...] lutas por melhorias parciais de vida e no

conjunto de suas expressões associativas e culturais que expressam modo de viver, de pensar, de enfrentar e resistir a essas desigualdades sociais.” (Iamamoto, 2009, p. 76).

Aitken (2014) nos auxilia na compreensão do Direito à Cidade, pensando a criança, e nos coloca frente a uma reflexão imediata sobre os espaços de atuação dessas crianças, repensando a ordem social de manutenção de espaços para crianças controlados por adultos. Sua obra evidencia essa migração e alerta para que ela não seja encorajada, visto que a rua, praças, quadras, entre outros espaços sociais, são mediadores da interação e ocupação de um movimento organizado realizado pelas crianças. A autora destaca as políticas espaciais peculiares que guiam a maior parte das formas como nós e os jovens nos colocamos nas ruas das cidades, alertando para a formulação de ações e hipóteses que caminham no sentido de repensar as estruturas sociais impostas por este sistema que não considera a criança, destacando as responsabilidades civis e o ativismo de jovens, e que as relações políticas onde as crianças e os jovens estão imersos necessitam de fazê-los parte desse espaço de maneira ativa e participativa.

A pobreza é uma questão muito antiga e, sendo considerada uma categoria social, costuma ser mensurada estatisticamente, baseando-se, de maneira geral, em níveis de renda. Foi analisada durante muito tempo como um fato natural, consideração esta que tem reflexos até os dias atuais. Em meados do século XVIII, a partir da Revolução Industrial, o assalariado passou a compor a “classe pobre”, a “classe trabalhadora”, o “proletariado”. Barbosa (1988) destaca que é na conjuntura histórica da Revolução Industrial, com péssimas condições de vida, ausência de direitos e longas jornadas de trabalho, que a pobreza passa a ser desvelada como uma condição natural e começa a ser estudada e analisada pela Sociologia.

A partir da Sociologia, o fenômeno da pobreza, até então concebido como condição natural ou castigo divino, passou a ganhar importância entre sociólogos e economistas, que a interpretaram como “[...] objeto social sujeito a estudo e passível de alteração.” (Barbosa, 1988, p. 14).

Dentro desta perspectiva, a complexidade que envolve o estudo do fenômeno implica análises igualmente complexas, pois, ainda que a pobreza seja perceptível em diversos lugares e situações, é muito difícil captar com exatidão suas dimensões. Por esse motivo, é preciso:

[...] considerar dois aspectos importantes no tocante às análises relativas à pobreza: primeiro, evitando a tendência para excessos sociométricos, é necessário que se identifique a pobreza através da combinação de alguns indicadores econômicos, sociais e políticos; segundo, que se compreenda que a definição do que se entende por pobreza varia de acordo com o nível de desenvolvimento de cada sociedade, o que não exclui o fato do pobre do país mais rico se sentir tão desgraçado quanto aquele do país mais pobre. (Barbosa, 1988, p. 14).

A compreensão das dimensões que se interligam ao fenômeno leva à constatação de que não basta apenas quantificar, medir ou mesmo explicar através do aspecto econômico, sendo o mais evidente. Torna-se necessário analisar a categoria política que o envolve. Sendo assim, é preciso destacar que “[...] neste sentido, não existe apenas escassez de recursos econômicos e sociais para os indivíduos que são pobres. Há também uma escassez de recursos políticos.” (Barbosa, 1988, p. 18).

Com base nessa característica, é possível avaliar que a ausência de educação, juntamente com diversas carências que compõem a situação da pobreza, “[...] sempre foi encarada pela sociedade como um obstáculo à participação política daqueles que, não possuindo nenhum grau de escolaridade, seriam considerados incapacitados por ignorância a participar da vida pública.” (Barbosa, 1988, p. 126).

É importante destacar que o analfabetismo e a falta de acesso à educação não podem ser entendidos como fatores isolados, capazes de redimir todo o processo econômico e político. É necessário considerar a coexistência de vários fatores. A pobreza deve ser analisada como um fenômeno estrutural e não conjuntural, de construção histórica e social, onde seu grau se refere ao contexto global, nacional, regional e local.

Ao que tudo indica, a pobreza é variável, porém possui uma essência permanente em qualquer lugar e época, pois se situa em um contexto no qual o sistema econômico vigente propicia um processo acumulativo de benefícios de toda ordem, enquanto a pobreza, ao contrário, gera para os indivíduos pobres uma situação negativa em relação ao que é considerado bem-estar e progresso.

A pobreza, portanto, traduz-se em destituição dos meios de sobrevivência física, marginalização na aquisição dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo. Também se expressa como desproteção, pela falta de amparo público adequado, e ineficácia dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem-estar. Desta maneira, ser pobre significa, em termos muito simples, consumir todas as energias disponíveis exclusivamente na luta contra a morte; não poder cuidar senão da mínima persistência física e material. Não é exagero: existem inúmeras relações empíricas indisputáveis que indicam tal situação. As pessoas muito pobres, que consomem a maior parte de suas energias apenas para sobreviver por um triz, não podem atuar como cidadãos íntegros. A necessidade tolhe a liberdade. Por isso, são também politicamente mais fracas e mais dependentes. (Abranches, 1989, p. 16).

Assim, o mito da “cultura da pobreza”, no qual os pobres são pobres porque não querem se esforçar para melhorar suas condições de vida, acaba sempre se dissolvendo quando se depara com evidências empíricas e históricas. Em contrapartida, a esse pensamento da naturalização da pobreza, o autor analisa que:

Não melhoram porque as oportunidades para fazê-lo são menos acessíveis a eles, pobres, e porque não lhes sobra tempo e espaço para acumular, ainda que gratuitamente, os recursos necessários para alcançar melhores condições de vida. Para sobreviver, consomem mais horas trabalhando ou em busca de qualquer trabalho, horas que são subtraídas à educação, à busca de melhores opções de trabalho e renda, aos cuidados com a saúde, ao exercício da criatividade, à ação política e ao lazer. Forçados a tal sobrecarga, e de tantos modos desgastantes, para a qual mobilizam toda a família – os adultos íntegros, os inválidos, os velhos e as crianças – são impotentes diante das imposições da necessidade, que lhes retiram toda liberdade: não deixam escolhas. (Abranches, 1989, p. 17).

Torna-se evidente que a pobreza não pode ser definida por uma fórmula única e universal. Contudo, pode-se afirmar que esta condição implica uma situação de carência, na qual os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Assim, a pobreza não significa a degradação apenas de quem é pobre, mas também de todos os espaços, físicos ou não, que comportam a pobreza. Mesmo nas formulações mais liberais, há o reconhecimento de que as necessidades básicas não podem ser sintetizadas apenas àquelas relacionadas à sobrevivência meramente física.

E, por esse motivo, devem ser contempladas “[...] condições tais que as necessidades biológicas sejam satisfeitas em grau adequado à prevenção de sequelas derivadas da má alimentação, garante-se a salubridade do meio ambiente, abrigo adequado, ações de saúde preventiva e assistência médica” (Abranches, 1989, p. 18). Deve-se favorecer também o atendimento às necessidades culturais e sociais, garantindo que, nesses meios, existam possibilidades que permitam alterar as chances de vida futura.

O acesso aos meios para satisfação dessas necessidades nas sociedades de mercado, porém, é conferido primeiramente pela renda, que determina, muitas vezes, as condições de vida inadequadas, decorrentes de baixos rendimentos advindos do trabalho assalariado do indivíduo que é “pobre”.

Tal condição dada ao indivíduo privado de renda suficiente estará, assim, “[...] intimamente associada à estrutura de propriedade vigente, aos padrões de produção e consumo e aos mecanismos de distribuição de bens e serviços fora dos circuitos normais de mercado, através das políticas de cobertura social” (Abranches, 1989, p. 19).

Deste entendimento, pode-se considerar que há um núcleo de privação absoluta, caracterizando a pobreza, que se traduz concretamente nas condições desfavoráveis às necessidades ambientais, físicas, biológicas, subjetivas e políticas do indivíduo.

Corrêa (2005) nos proporciona uma reflexão sobre os grupos sociais excluídos e o acesso aos espaços da cidade. Compreender o que ocorre nesses espaços, sob sua perspectiva, nos coloca frente a ponderar a atuação dessas pessoas como um espaço de resistência e sobrevivência, de crianças que não possuem acesso à cidade e lutam por este direito. A produção dos espaços, nesta perspectiva, se torna uma inversão ao sistema que tende a não o proporcionar, fazendo com que o Direito à Cidade se torne cada vez mais distante. O capitalismo faz parte de suas obras e repensa aspectos voltados à relação humana com o espaço de sua vivência, evidenciando que a falta de acesso e o plano capitalista, que tende a favorecer uma lógica de consumo, realizam uma segregação socioespacial para crianças. A imagem (Figura 1) a seguir provoca uma reflexão sobre as desigualdades sociais no Brasil, especialmente no que diz respeito à infância.

Figura 1: Sebastião Salgado, Crianças a margem da rodovia, PR-158, 1996



Fonte: Salgado (1996)

A imagem mostra crianças em situação de vulnerabilidade, à beira de uma estrada, o que sugere abandono, exclusão social e pobreza. As expressões são carregadas de emoção: o menino da frente parece cansado, desconfiado ou resignado; a menina em pé tem um olhar direto, quase desafiador; o menino ao fundo tenta sorrir, mas ainda transmite uma certa melancolia. Simboliza, ainda, uma infância colocada à margem também dos processos sociais e urbanos. Embora existam avanços no reconhecimento dos direitos das crianças, observa-se que esses sujeitos ainda não ocupam, na prática, um espaço ativo na construção do Direito à Cidade. A cidade, como território de pertencimento, deveria garantir não só o acesso, mas a participação efetiva da infância nas decisões que moldam os espaços urbanos. No entanto, essa participação ainda é limitada por estruturas adultocêntricas e por políticas que muitas vezes não dialogam com as vivências reais dessas crianças.

Trazendo a situação para pesquisa proposta, observa-se que ainda que se reconheça as realidades e se vivencie diversos processos que envolvem a criança, não se vislumbra um espaço que garanta que esses indivíduos possam participar ativamente das construções do Direito à Cidade, sendo esta, uma inquietação no que tange à curiosidade epistemológica que rege esta proposta de pesquisa. Na busca por identificar se o Direito à Cidade, como garantia básica, atende a criança em Ituiutaba, guiou-se pelos pressupostos de Agier (2015) que ressalta a respeito das diversas interações sociais, os vários reposicionamentos políticos e a pluralidade dos olhares de pessoas e instituições nos trazem novos arranjos de organizações sociais, contrapondo a lógica estabelecida e recriando o espaço de modo a atendê-lo. Tais reconfigurações, para o autor, não produzem uma solução para a ausência do Direito à Cidade, mas criam o que ele configura como “o fazer cidade”, proporcionando o pertencimento aos sujeitos que participam desse processo.

Compete ressaltar que o crescimento das cidades traz consigo problemáticas diversas que incluem o acesso das crianças, principalmente as de baixa renda e periféricas, ao Direito à Cidade em sua totalidade. Para Sarmiento (2018), “as desigualdades também se exprimem na própria organização da cidade em uma estratificação espacial que é correspondente à estratificação social”. No âmbito desta pesquisa, torna-se indispensável ouvir as crianças inseridas em Projetos Sociais da OSC acerca de sua percepção sobre a cidade de Ituiutaba e analisar como superar as possíveis lacunas entre o que é contemplado nas políticas públicas e as necessidades efetivas das crianças, sobre esta cidade que incluem e exclui, tendo em vista “caracterizar os efeitos contraditórios e desiguais da vida urbana na configuração da infância, analisando tanto as oportunidades que oferece quanto os constrangimentos que opõe à cidadania

da infância” (Sarmiento, 2018). O autor ainda sinaliza que a investigação sociológica na infância revela a complexidade das relações sociais na contemporaneidade.

Sarmiento (2018) destaca que a fragmentação da cidade é uma forma de restrição à cidadania na infância e aponta dimensões que caracterizam tal pensamento. A primeira é a domesticação, referindo-se à influência do ambiente doméstico e familiar na amplitude ou limitação das experiências da criança no Direito à Cidade. De maneira “domesticada”, as normas e regulamentações dos espaços como praças, brinquedos, festas, dentre outros, tudo inspecionado por adultos que limitam e norteiam o comportamento da criança de maneira fiscalizatória para adequá-la ao comportamento esperado socialmente, intervêm diretamente na capacidade criativa da criança, que não pode expressar comportamentos desejados, sendo tolhida para se emoldurar às normas sociais. O autor destaca a importância da participação da criança na criação dos espaços, de modo a influenciar a vida em comum: “As crianças podem pronunciar-se sobre as diferentes dimensões da vida na cidade, da organização territorial e urbanística às questões de mobilidade, das agendas culturais às prioridades de investimento, do tipo de equipamentos ao desenho do mobiliário urbano” (Sarmiento, 2018, p. 238).

É importante destacar que, segundo o autor, a insularização das crianças em espaços confinados, como creches e escolas, restringe a mobilidade e o acesso à cidade, sendo esses fatores fundamentais para o fortalecimento do sentimento de pertença ao lugar. A fragmentação dos espaços, seja ele particular ou público, altera oportunidades, de modo a reforçar a dualização das diferentes classes sociais, de maneira excludente também às crianças, “... espaços urbanos protegidos, seguros, de construção e equipamentos qualificados contrastam com espaços urbanos degradados, insalubres, desqualificados e frequentemente abandonados” (Sarmiento, 2018, p. 233).

Para exemplificar utilizou-se a imagem da favela do Metrô, localizada na Mangueira, Zona Norte do Rio de Janeiro que mostra o contraste entre a infância – símbolo de esperança, vida e futuro – e o cenário de destruição urbana evidencia a brutalidade das desigualdades sociais nas cidades brasileiras. De acordo com o Jornal do Brasil (2025)

A Favela do Metrô, localizada na Mangueira, Zona Norte do Rio de Janeiro, tem sido alvo de diversas operações de remoção de construções irregulares ao longo dos anos. Essas ações visam desobstruir áreas públicas e combater a ocupação ilegal do solo, especialmente em regiões próximas a infraestrutura crítica, como linhas de trem e rodovia.

A remoção de residências na favela afetou famílias que haviam ocupado imóveis anteriormente desocupados. A operação gerou protestos, interrupções no serviço de metrô e

confrontos com a polícia, resultando em vítimas fatais e aumento da tensão na comunidade. A imagem a seguir (figura 2) revela um modelo de cidade que marginaliza seus habitantes mais vulneráveis em nome da especulação imobiliária ou da “revitalização urbana”, ignorando os laços comunitários e a história dos sujeitos que ali vivem.

Figura 2: Favela do Metrô, no Rio de Janeiro, após demolição de ocupações consideradas irregulares, em 2014 - Tania Rego/ Agência Brasil



Fonte: Rego (2014).

Observa-se que o fato de a criança estar sozinha, em pé sobre os entulhos, destaca a ausência de políticas públicas eficazes voltadas à infância e ao direito de permanecer no território.

A urbanização intensificada pela Revolução Industrial caracteriza-se pela adaptação às relações e divisões laborais, pela aceleração das atividades comerciais e pelo empenho na obtenção de lucro e na valorização do capital. Este processo reflete a transformação das cidades em centros de poder econômico, onde o desenvolvimento é moldado pelas necessidades do mercado e pela lógica do capitalismo. No contexto brasileiro, é importante destacar a urbanização tardia específico dos países subdesenvolvidos. O êxodo rural na segunda metade

do século XX seja tão representativo no contexto das transformações urbanas no contexto brasileiro quanto foi a Revolução Industrial em termos gerais/globais. O Direito à Cidade é evidenciado como um espaço destinado à produção de relações interpessoais, o qual deve favorecer todos os seus membros. Compreende-se que as interações sociais relacionadas à produção e apropriação do espaço urbano devem ser direcionadas também às crianças, sendo essencial para o desenvolvimento de uma cidade mais equitativa e justa para todos.

Lopes e Fernandes (2018) destacam uma importante pesquisa realizada por Bill Bunge, ancorada nas primeiras referências de pesquisa nesta temática, advindas de Marta Muchow, psicóloga que dedicou suas pesquisas a compreender as crianças como seres de participação social e protagonismo, que possuem formas próprias de estar e de ser no espaço. As crianças são diretamente atingidas pelas desigualdades sociais do espaço e pelas questões culturais e sociais que por elas perpassam, comprometendo o sentimento de pertencimento. Elas precisam ser ouvidas e suas vozes devem ter vez na construção da cidade.

Este texto explora o tema Geografia da Infância a partir dessas reflexões de Aitken (2014), em diálogo com Lefebvre (1991), Massey (2015) e Harvey (2008). Os estudiosos exploram a interação entre crianças, infâncias e espaços urbanos, destacando as abordagens sobre cidade e cidadania a partir do viés político. Deste modo, o espaço está intrinsecamente ligado à vida e rejeita a ideia de trajetórias humanas lineares. Como ensina Aitken (2014), os direitos das crianças em diferentes contextos e suas competências em uma variedade de espaços não devem ser julgados com base em estereótipos, como estar ou não “fora do lugar”, fazendo ou não “coisas que não correspondam ao universo infantil” (Lopes, Fernandes, 2018, p. 207).

Lopes e Fernandes (2018) apontam que esta construção é contínua, em meio ao processo de globalização, fenômeno que acentua as relações culturais, sociais, comerciais e econômicas entre os países do mundo. Culturas hegemônicas exercem um papel que se sobrepõe às culturas locais, por vezes menos fortalecidas. Não dominar a linguagem não torna as crianças menos capazes de expressar aquilo que desejam. Compete àqueles que as rodeiam compreender quais são seus anseios e desejos, responsabilidade que não cabe apenas à família, mas também ao Estado e à própria sociedade. Embora a homogeneização amplie a visão sobre a criança, não considerá-la em seu contexto específico implica ignorar as diferenças culturais, as desigualdades sociais, os diversos núcleos familiares e os diferentes tipos de estímulos, ou até mesmo a falta deles. Essa situação é agravada pelo fato de que os adultos responsáveis por essas crianças também enfrentam barreiras, preconceitos e discriminações, dificultando a percepção plena da criança como um indivíduo singular. A segregação socioespacial torna-se evidente nas ruas e nos projetos urbanísticos que contrastam os bairros nobres com os

periféricos, influenciando diretamente o desenvolvimento humano e como esses indivíduos experienciam a cidade.

Diante o exposto passa-se na sequência a descrever sobre a infraestrutura do lugar e a sua influência no desenvolvimento da pessoa humana, levando-se em consideração o fato de que a qualidade dos espaços urbanos e rurais impacta diretamente nas condições de vida da população. A infraestrutura, composta por elementos como saneamento básico, transporte, acesso à educação e saúde, desempenha um papel essencial na promoção do bem-estar social e no desenvolvimento humano.

3. A INFRAESTRUTURA DO LUGAR E A SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DA PESSOA HUMANA

A infraestrutura de um local exerce um papel fundamental no desenvolvimento da pessoa humana, impactando diretamente sua qualidade de vida, oportunidades de crescimento e bem-estar social. Elementos como saneamento básico, transporte, habitação, acesso à educação e à saúde influenciam não apenas as condições materiais de vida, mas também o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos indivíduos. A presença de infraestrutura adequada está diretamente relacionada ao bem-estar da população. Saneamento básico eficiente reduz doenças e melhora a saúde pública, enquanto o acesso a espaços de lazer e cultura contribui para o desenvolvimento integral dos cidadãos (Carlos, 2003). A ausência desses elementos pode gerar vulnerabilidades sociais e dificultar a ascensão econômica e social de comunidades inteiras.

É nesse sentido que este capítulo se desenvolve, pois a infraestrutura de um local não apenas molda as condições de vida dos indivíduos, mas também define as possibilidades de seu desenvolvimento. Investimentos em saneamento, mobilidade, educação e saúde são fundamentais para garantir um crescimento humano sustentável e igualitário. Assim, cabe ao poder público e à sociedade civil trabalharem juntos para garantir que todos tenham acesso a condições dignas que possibilitem seu pleno desenvolvimento como cidadãos.

3.1 Análise do primeiro Diagnóstico Municipal da Criança e do Adolescente em Ituiutaba, gestão 2021/2023

O Diagnóstico Municipal da Criança e do Adolescente de Ituiutaba (2021/2023) representa um marco importante para o reconhecimento e a formulação de políticas públicas

voltadas à infância e adolescência no município. Ao reunir dados quantitativos e qualitativos sobre áreas como educação, saúde, assistência social, violência e condições de moradia, o documento fornece um retrato das múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por esse público.

Contudo, ao analisar o diagnóstico sob a perspectiva do Direito à Cidade, torna-se evidente que a cidade ainda não se configura como um espaço de pertencimento pleno para a criança. Apesar do mapeamento de indicadores socioeconômicos, observa-se uma lacuna no que diz respeito à escuta ativa e à participação efetiva das crianças nos processos decisórios, conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e pelas diretrizes do Sistema de Garantia de Direitos - SGD.

A realidade retratada no diagnóstico dialoga com o que se vê nas imagens analisadas anteriormente: uma infância à margem dos processos urbanos, impactada pela desigualdade social, pela falta de infraestrutura adequada e pela ausência de políticas públicas integradas. As condições de moradia precárias, a violência nos territórios periféricos e a baixa oferta de espaços de convivência comunitária revelam uma cidade fragmentada, onde os direitos da criança são frequentemente violados ou negligenciados.

A presente análise se pauta na compreensão das dinâmicas socioespaciais que envolvem um grupo historicamente pouco ouvido nos processos de construção do espaço urbano: as crianças. Tradicionalmente consideradas como sujeitos com limitada capacidade de interferência nas decisões que moldam a cidade, suas experiências, trajetos, brincadeiras e relações foram por muito tempo desconsideradas no planejamento urbano e nas políticas públicas.

Entretanto, observa-se que o município tem buscado promover melhorias nesse sentido, por meio de iniciativas que visam tornar a cidade mais acessível, segura e significativa para a infância. Essas ações incluem o fortalecimento de programas intersetoriais, a ampliação de espaços de lazer e convivência, além do incentivo à participação de crianças e adolescentes em projetos culturais e educativos.

Especial destaque merece o papel das instituições do terceiro setor, que atuam como mediadoras importantes nesse processo, oferecendo programas formativos voltados à educação, cultura, lazer e prevenção de vulnerabilidades como o uso de álcool, drogas e a violência sexual. Esses espaços se configuram como territórios de proteção e também de expressão da infância, permitindo que crianças contribuam, à sua maneira, para a construção simbólica e concreta da cidade.

Assim, a análise propõe um olhar que reconhece tanto os desafios persistentes quanto os avanços em curso, entendendo que a efetivação do **Direito à Cidade para a infância** exige

a valorização de suas experiências cotidianas como parte legítima da produção do espaço urbano.

É necessário que diagnósticos como este ultrapassem a função descritiva e se tornem instrumentos de transformação social, capazes de subsidiar planos de ação intersetoriais, com escuta das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos, e, nesse sentido dá-se continuidade a pesquisa trazendo as diretrizes legais no Município de Ituiutaba, para uma melhor compreensão deste diagnóstico.

3.1.1 Diretrizes legais no município de Ituiutaba sobre o CMDCA

O maior símbolo do processo de redemocratização do país é consolidado, após um período de regime militar, por meio da Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, constituindo o Estado Democrático de Direito. Segundo a Constituição Federal de 1988 no artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

A proteção integral à criança e ao adolescente ganha força com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, um marco importante, por refletir avanços ao visualizar esses cidadãos como sujeitos de direitos e deveres, revogando a Lei n.º 6.697/1979 – Código de Menores. A Lei Federal n.º 8.079/1990 (Brasil, 2025) tem como premissa a dignidade da pessoa humana, também instrumentaliza a sua efetivação e estabelece os Conselhos: Federal, Estadual e Municipal. O ECA inclui diretrizes da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, ratificada e aprovada por meio do Decreto n.º 99.710 de 21 de novembro de 1990, conforme o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Em 8 de março de 2016, entra em vigor a Lei Federal n.º 13.257, que dispõe sobre políticas públicas para a primeira infância e implica o dever do Estado em estabelecer planos, políticas, programas e serviços no âmbito da primeira infância, incluindo a participação da criança na definição das ações que lhe dizem respeito, conforme os Artigos 3º e 4º. A Lei da Primeira Infância é um marco importante para dar voz às crianças em abordagens participativas, o que motiva esta pesquisa e fortalece a importância de compreender as expectativas acerca da

construção do Direito à Cidade a partir da perspectiva das crianças em Ituiutaba, por meio da análise de suas percepções e de seu cotidiano urbano.

A nova política de atendimento foi estabelecida por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, com a criação de Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional, controladores das ações em todos os níveis, assegurando a participação popular paritária por meio de organizações representativas, conforme Leis Federal, Estaduais e Municipais.

A formação dos Conselhos representa uma conquista legislativa significativa para a proteção e promoção dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e com as diretrizes internacionais dos direitos humanos, ao garantir a participação da sociedade na formulação e controle das políticas públicas Federais, Estaduais e Municipais, uma vez que a composição dos Conselhos se dá de modo paritário entre sociedade civil e representantes do Governo.

A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), instituído pela Lei n.º 8.242, de 12 de outubro de 1991, paritário e fiscalizador, é a instância máxima no âmbito da infância e é responsável também pela formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência na esfera federal, além de administrar o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente (FNCA).

Dos Conselhos Estaduais, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente em Minas Gerais (CEDCA/MG), está vinculado à Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), composto por uma gestão coparticipativa entre membros do governo e entidades civis. O órgão visa propor, deliberar e controlar as políticas públicas voltadas para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente no âmbito estadual.

O CMDCA é um órgão colegiado de instância local e preceitua a política pública de controle e ações conforme a necessidade de crianças e adolescentes no âmbito municipal.

No município de Ituiutaba, a Lei Municipal n.º 4.529, de 17 de outubro de 2017, consolida a legislação sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e traz, dentre outros, a regulamentação do CMDCA, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. A referida Lei normatiza a criação e natureza do Conselho, suas competências, estrutura e composição. Faz-se necessário citar as competências deste Conselho, balizadas na referida legislação, visando melhor compreensão do leitor no que se refere à posterior realização do Diagnóstico Municipal que inspirou esta pesquisa. Dentre as competências estão:

Art. 6º Compete privativamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o controle da criação de quaisquer projetos ou programas no município, por iniciativa pública ou privada com o objetivo de garantir a proteção integral à criança e ao adolescente, bem como o efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta a criança e ao adolescente, e para tanto compreendendo:

I - Formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, para a captação e a aplicação de recursos;

II - Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem;

III - formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - Fazer cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069);

V - Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a instalação e funcionamento dos conselhos tutelares e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município, compreendendo ainda todo o processo de escolha e posse dos seus respectivos membros;

VI – Diplomar os membros dos Conselhos Tutelares eleitos, opinar a respeito da concessão de licença dos mesmos nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto por perda do mandato, nas hipóteses previstas nesta lei;

VII – convocar o suplente no caso de vacância ou afastamento do cargo de Conselheiro tutelar nos termos desta Lei, aplicando-se subsidiariamente o estatuto do servidor público municipal;

VIII – instaurar sindicância e/ou processo administrativo disciplinar para apurar eventual falta cometida por Conselheiro Tutelar no exercício de suas funções, observando a legislação municipal aplicável aos servidores, pertinente ao processo de sindicância ou administrativo/disciplinar, de acordo com a Resolução nº 139/2010 do CONANDA; (Ituiutaba, Lei nº 4.529, de 17 de outubro de 2017).

Por ser competência do CMDCA a regulamentação do funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Ituiutaba, enquanto eu estava na presidência deste Conselho, foi requerido à Prefeitura Municipal de Ituiutaba a atualização da legislação nesse quesito. Em consequência, em 27 de abril de 2022, foi sancionada a Lei Municipal n.º 4.904/2022, a fim de regulamentar as novas alterações determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescentando novas competências. A referida lei foi sancionada com a seguinte redação:

IX - Gerir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispõe esta Lei;

X – Definir a política de administração e os critérios de aplicação dos recursos financeiros de todas as contas bancárias e dotações orçamentárias, que venham constituir o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em cada exercício.

XI - discutir, opinar e deliberar sobre a formulação das políticas sociais básicas e naquelas de caráter supletivo de interesse da Criança e do Adolescente;

XII - deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços a que se refere o art. 3º desta lei;

XIII - elaborar seu Regimento e o Regimento Geral do Conselho Tutelar;

XIV – assessorar o executivo municipal e participar na elaboração do orçamento municipal destinado exclusivamente a área da criança e do adolescente.

XV – Deliberar e propor alterações na legislação em vigor e nos critérios adotados para o atendimento a criança e ao adolescente, sempre que necessário.

XVI – difundir e divulgar amplamente a política municipal destinada à criança e ao adolescente.

XVII – promover capacitação dos técnicos e educadores envolvidos no atendimento direto à criança e ao adolescente, com o objetivo de difundir e reavaliar as políticas públicas sociais básicas.

XVIII – encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes, denúncias de todas as formas de negligência, omissão, discriminação, exclusão, exploração, violência, crueldade e opressão contra a criança e ao adolescente, controlando o encaminhamento das medidas necessárias à sua apuração; (Ituiutaba, Lei nº 4.904, 27 de abril de 2022).

Ademais, a fim de atender às competências determinadas a este Conselho no que se refere às políticas sociais e de proteção a este público, foi criado ainda o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas de Violência, consolidado por meio da Portaria Municipal n.º 524/2021. O Comitê foi instaurado a partir de Recomendação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) ao município, sob a Coordenação Técnica da Secretaria Municipal de Saúde, no ano de 2021, tendo como primeira Presidente Nathalia Oliveira Martins, servidora municipal, enfermeira e representante do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais em Ituiutaba – COREN/MG. Assim, juntamente com o CMDCA e a comissão intersetorial composta por representantes da saúde, desenvolvimento social, educação e órgãos de segurança pública, em novembro de 2021, foi criado o primeiro Plano Municipal destinado à prevenção, ao enfrentamento e ao atendimento especializado às crianças e aos adolescentes vítimas de violência – Ituiutaba.

Neste cenário, o CMDCA concluiu e deliberou pela necessidade da criação urgente do diagnóstico situacional da criança e adolescente no município de Ituiutaba. Nesse sentido, durante o período de abril de 2021 a fevereiro de 2022, foram construídos e aplicados questionários de pesquisa a fim de mapear os atendimentos e relações construídas nos aparelhos municipais e sociais no âmbito da infância, por mim e por Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira, Matemático, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e integrante do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Educação para as Relações Raciais e Ações Afirmativas da Universidade Federal de Uberlândia (NEPERE/UFU). Em outubro de 2022, foi aprovado por unanimidade pelo CMDCA o Primeiro Diagnóstico Municipal da Criança e do Adolescente do município de Ituiutaba. Para este diagnóstico, dedicarei um subtítulo.

Em 05 de abril de 2023, foi sancionada pela Prefeita de Ituiutaba, Leandra Guedes, a Lei n.º 5.035/2023, que altera as disposições da Lei Municipal n.º 4.529/2017 e dá outras providências. Tal alteração foi requisitada pelo CMDCA, junto à Procuradoria do Município, a partir de necessidades identificadas no Diagnóstico Municipal, bem como durante minha presidência no Conselho Municipal, como, por exemplo, alterações importantes quanto ao processo de escolha dos novos Conselheiros Tutelares, que ocorreria no ano de 2023. Importante destacar que esta pesquisa documental se deu em fevereiro de 2024, sendo estas as legislações vigentes no município no âmbito da infância e juventude relacionadas à temática desta pesquisa.

3.2 A importância da paridade Sociedade Civil e Governo na composição do CMDCA

A criação do CMDCA em cada município do Brasil é uma exigência legal que decorre do Estatuto da Criança e do Adolescente. Sua função primordial é deliberar, formular, acompanhar e fiscalizar as políticas públicas voltadas para esse segmento da população, consoante as diretrizes estabelecidas pela Lei Federal n.º 8.069/90. Para ser participativo e alcançasse toda a população, principalmente aqueles que lidam diretamente com crianças e adolescentes na política de atendimento, o artigo 88 do ECA traz como diretriz no inciso II

a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurando a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais (BRASIL, 2025).

Deste modo, o CMDCA é composto por representantes do poder público e da sociedade civil, garantindo assim uma abordagem plural e participativa na formulação e execução das políticas de proteção à infância e adolescência.

No município de Ituiutaba, a Lei n.º 4.529/2017, no art. 5º, acerca da criação do CMDCA, determina que ele seja “um órgão deliberativo e controlador da política de atendimento integral dos direitos da criança e do adolescente e das ações em todos os níveis, composto paritariamente de representantes do governo e da sociedade civil organizada”, sendo 12 membros titulares e 12 membros suplentes, respeitando a composição paritária. Assim, cabe ao poder executivo indicar quais serão os seus 6 representantes e os seus 6 suplentes, assim como à sociedade civil organizada, por meio da representação das entidades não governamentais, indicar os seus 6 membros titulares e suplentes.

A respeito das indicações pelo executivo, integram as seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos. Quanto às indicações advindas das entidades não governamentais, o processo se inicia mediante assembleia, na qual são convocadas as entidades inscritas no Conselho. Em seguida, é realizada, entre as entidades, a seleção de quais serão as 6 indicadas para representá-las no CMDCA. Após selecionadas e eleitas, estas indicam seus titulares e suplentes, sendo dois de cada entidade.

Diante do exposto, destaca-se a importância da paridade entre governo e sociedade civil para garantir a representatividade de maneira equilibrada, por tratar de diferentes perspectivas e experiências diversificadas, visando sempre o melhor interesse da criança e garantindo, com absoluta prioridade, seus direitos conforme a Constituição Federal de 1988. As tomadas de decisões políticas, destinação de recursos, programas, dentre outras decisões de competência do CMDCA, sempre se dão por meio de votação, garantindo um espaço democrático onde governo e sociedade civil são igualmente ouvidos, fortalecendo a transparência e a inclusão.

A sociedade civil ainda atua como fiscalizadora das ações governamentais, não permitindo que o CMDCA seja dominado por interesses do governo, promovendo a imparcialidade. A participação de cidadãos comuns nesses espaços fortalece a responsabilidade coletiva com a infância, no âmbito da promoção e prevenção.

3.2.1 Da formulação do Diagnóstico Municipal e a análise final: breve exposição

O Município de Ituiutaba está localizada na situada na Região geográfica IV – Triângulo e Alto Paranaíba, pertencente a Região Geográfica Intermediária de Uberlândia e tem uma população de 102.217 habitantes, sendo o trigésimo quarto município mais populoso do estado de Minas Gerais, conforme o Censo 2022, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Ao assumir a presidência do CMDCA em 2021, recebi uma recomendação do MPMG sobre a importância da elaboração do primeiro diagnóstico municipal da situação da criança e do adolescente no município de Ituiutaba. Era necessário formular um diagnóstico da situação das crianças e adolescentes no município, visando mapear os atendimentos e as relações construídas nos aparelhos municipais e sociais. No entanto, alguns entraves foram inicialmente identificados, como a ausência de disponibilidade dos conselheiros na realização da pesquisa, o período pandêmico da COVID-19, que impedia o contato presencial devido ao alto índice de

contágio do vírus, além dos decretos e legislações com finalidades de controle da pandemia. Além disso, os cadastros das entidades estavam desatualizados, uma vez que muitas se encontravam fechadas devido à situação frágil de saúde mundial, o que impedia a contribuição das mesmas no processo, e as escolas operavam em sistema híbrido de ensino.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa teórica. A análise documental teve o intuito de compreender a coletividade de ações que ocorrem em espaços urbanos e identificar quais seriam esses espaços. Identificar, mapear e cadastrar as organizações não governamentais existentes no município que atendiam esse público foi o primeiro passo. Esse processo de cadastramento das entidades ocorreu de abril de 2021 a abril de 2023, quando encerrei minha gestão no CMDCA.

Veronese (2006) evidencia a necessidade da realização de um estudo sobre a realidade do município, identificando os problemas existentes para a realização de uma interlocução efetiva com o executivo municipal, de um plano e estratégias de intervenção, e de descentralização financeira que sejam condizentes com a realidade.

Paralelamente ao cadastramento e recadastramento das organizações não governamentais, em uma reunião ordinária, que ocorria em modo híbrido, discutiu-se sobre a importância da realização do Diagnóstico Municipal. Nesse momento, o cenário mundial estava sendo reformulado, sem um período previsto para o encerramento da pandemia e o retorno das aulas nos aparelhos educacionais, tampouco para os projetos sociais, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) nos CRAS. A realização do diagnóstico fez-se emergencial, uma vez que estávamos em período pandêmico e o CMDCA recebia um fluxo crescente de demandas recorrentes, tornando-se uma problemática que necessitava de urgência. Deste modo, o CMDCA decidiu utilizar recursos de mídia para a realização do diagnóstico, preservando os respondentes e pesquisadores.

Nesta reunião, ocorrida em julho de 2021, deliberou-se que, devido à pandemia da COVID-19, as entrevistas seriam conduzidas de forma semiestruturada, a fim de coletar dados quantitativos e qualitativos, com espaço no mesmo questionário para sugestões que seriam avaliadas e tratadas posteriormente por este Conselho. O Conselho definiu ainda que o questionário seria aplicado através do aplicativo Google Forms, que seria enviado aos respondentes por meio de grupos no WhatsApp. Este aplicativo foi amplamente utilizado durante o período da pandemia.

Han (2018), ao abordar a temática das coletas de dados por meio das mídias, nos auxilia na compreensão de fatores expressivos que nos levam a proporcionar instrumentos formativos para a realização da análise, especialmente no que se refere às possibilidades de identificar, no

processo de leitura e interpretação dos dados, as variáveis que emergem na utilização de plataformas digitais como fonte de coleta de dados. É necessário ressaltar que os diálogos estabelecidos presencialmente expressam comentários e opiniões, uma vez que os sentidos e sentimentos são mais evidentes na comunicação oral.

O homo digitalis [“homem digital”] é tudo, menos um “ninguém”. Ele preserva a sua identidade privada, mesmo quando ele se comporta como parte do enxame. Ele se externa, de fato, de maneira anônima, mas via de regra ele tem um perfil e trabalha ininterruptamente em sua otimização. (Han, 2018, p. 17).

Durante a construção do diagnóstico, foi possível promover uma experiência de coletividade acerca das questões que interligam pessoas na luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Tornava-se importante a interlocução entre agentes na busca pela construção de uma rede que pudesse contribuir para a criação e aplicabilidade de políticas, sendo o CMDCA um espaço de discussão. Logo, pensamos na mídia como uma ferramenta contínua que não dissolva os saberes e ideários propostos nesta discussão. Esse processo faz com que cheguemos à conclusão de que “o discurso de classe só faz sentido no interior de uma pluralidade de classes” (Han, 2018, p. 19). O desenvolvimento deste pensamento interliga-se expressamente com o anseio do CMDCA em proporcionar que as crianças e adolescentes possuam um atendimento com direitos igualitários.

Para tanto, definiu-se, então, pelo Conselho, quais seriam os grupos de respondentes para os questionários. Foram selecionados:

- Funcionários efetivos e contratados lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que atuavam com grupos de crianças e/ou adolescentes (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos).
- Famílias em geral que participavam dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e/ou eram referenciadas no Programa Saúde da Família (PSF).
- Conselheiros Tutelares, crianças e adolescentes.
- Funcionários efetivos e contratados lotados na Secretaria Municipal de Saúde (médicos/as, enfermeiros/as, assistentes sociais, psicólogos, administrativos, agentes comunitários de saúde, serviços gerais, técnicos de enfermagem/vacina, cirurgiões-dentistas, auxiliares de dentista do PSF, odontólogos e técnicos da sala de vacinas).
- Profissionais da área de educação, incluindo os das redes estadual, municipal e federal.
- Ministério Público e Poder Judiciário.

Após definir para onde seriam direcionados os questionários, iniciamos a elaboração dos mesmos, tendo como inspiração outros diagnósticos realizados no estado de Minas Gerais,

como, por exemplo, o do município de Ipatinga. Após submetê-los ao Conselho Municipal para aprovação, e sendo aprovados, foram encaminhados pelo CMDCA às Secretarias do Município, incluindo Desenvolvimento Social, Educação, Esporte e Lazer, e Saúde. Essas secretarias colaboraram na disseminação do questionário.

É importante frisar que o desenvolvimento tecnológico ampliou a gama de possibilidades de se trabalhar, permitindo que as informações chegassem aos destinatários de forma mais rápida e concisa, trazendo maior retorno em um curto espaço de tempo. Constituem-se, então, ferramentas que se materializam por intermédio de vídeos, questionários, correspondência eletrônica, redes sociais, entre outras formas. Logo, todos os ramos da sociedade podem — e devem — fazer uso dessas ferramentas como forma de maior impacto, influenciando positivamente na tomada de decisões, destaco que, embora o desenvolvimento tecnológico tenha expandido a informação em maior velocidade, lembro da dificuldade de alguns entrevistados quanto o acesso à internet durante esta pesquisa, tendo que ser realizado através dos tablets dos agentes comunitários de saúde do PSF ou no CRAS.

A missão que se instaura a partir dessa decisão consiste em humanizar um processo de pesquisa quantitativa, compreendendo que estamos tratando de temas sensíveis com crianças e adolescentes, percorrendo um caminho trilhado por ativistas e profissionais que atuam diretamente na linha de frente no combate ao uso de substâncias psicoativas, abuso sexual, violências múltiplas e outros acontecimentos congêneres.

A parcela verbal da comunicação é muito pequena. As formas não verbais de expressão como gesticulação, expressões de rosto ou linguagem corporal constituem a comunicação humana. Elas lhe concedem a sua tatilidade [Taktilität]. Com tátil não se quer dizer o contato corporal, mas sim a pluridimensionalidade e multiplicidade de camadas da percepção humana, da qual fazem parte não apenas o visual, mas também outros sentidos. A mídia digital furta à comunicação a tatilidade e a corporeidade. (Han, 2018, p. 27).

Ao compreender a importância de ouvir as múltiplas formas de expressão dos respondentes, repensando a aplicabilidade, o exposto acima nos colocou frente a uma reflexão de que, necessariamente, deveríamos proporcionar uma experiência que permitisse a expressão, mais do que meramente perguntas e respostas de múltipla escolha. Foram inseridas perguntas para que pudessem se expressar.

A comunicação digital, em contrapartida, torna uma descarga de afetos instantânea possível. Já por conta de sua temporalidade ela transporta mais afetos do que a comunicação analógica. A mídia digital é, desse ponto de vista, uma mídia de afetos. (Han, 2018, p. 10).

Quanto à participação na pesquisa, é importante destacar que ela partiu de um trabalho de conscientização com o público-alvo. Era fundamental a adesão participativa, uma vez que a pesquisa era voluntária. De maneira exitosa, em setembro de 2022, a análise dos últimos questionários foi concluída, totalizando 406 respondentes. Como exposto anteriormente pelo autor, de fato recebemos respostas carregadas de afeto, carinho e cuidado mútuo, tanto das famílias ituiutabanas que participaram da pesquisa quanto dos profissionais envolvidos.

A mídia digital é uma mídia da presença. A sua temporalidade é o presente imediato. A comunicação digital se caracteriza pelo fato de que informações são produzidas, enviadas e recebidas sem mediação por meio de intermediários. Elas não são dirigidas e filtradas por meio de mediadores. A instância intermediária interventora é cada vez mais dissolvida. Mediação e representação são interpretadas como não transparência e ineficiência, como congestionamento de tempo e de informação. (Han, 2018, p. 22).

O relatório, criado e aplicado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, foi analisado por Marcelo Vitor Rodrigues Nogueira², Aleuene Guedes Ferreira³ e pela autora deste estudo, Aline Khater⁴. Para a análise, adotou-se o seguinte critério: seleção do questionário que melhor representava a temática de cada parte, escolhendo-o como base, enquanto os demais questionários contribuíram para as reflexões específicas por pergunta e para as considerações gerais, sendo organizado da seguinte forma:

Parte I: Desenvolvimento Social: atuação com crianças e adolescentes no município de Ituiutaba.

2 Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU (2025) e Licenciado em Matemática pelo Instituto de Ciências Exatas e Naturais do Pontal da UFU (ICENP/UFU – 2021). Sua trajetória acadêmica e profissional está centrada na Educação para as relações Étnico-Raciais, formação de professores, etnomatemática, gênero e sexualidade. Desde 2020 atua como Presidente da Associação Baobá, Vice Presidente da ONG Vânia Lafit e proprietário da Editora Baobá, onde também exerce a função de editor-chefe. No âmbito universitário, foi coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEABi Pontal/UFU) entre 2018 e 2023, assumindo a partir de 2024, a Direção de Extensão do mesmo núcleo. Atualmente, integra o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Ituiutaba-MG como conselheiro titular para a gestão 2025-2027.

3 Graduada em Administração. Atuou como Secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Ituiutaba entre os anos de 2021 e 2024, período que coordenou importantes iniciativas nas áreas de assistência social, inclusão e fortalecimento de políticas públicas voltadas a população em situação de vulnerabilidade. Desde 2025, exerce o cargo de Secretária Municipal de Governo de Ituiutaba, contribuindo para a articulação intersetorial e o planejamento estratégico da gestão municipal. Desenvolve estudos e pesquisas com ênfase em Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Governamental e Inovação na Gestão Pública.

4 Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas; Pós-graduada em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos. Atuou como coordenadora do CREAS no município de Ituiutaba entre os anos de 2021 e 2024, além de ter exercido a Presidência do CMDCA no biênio 2021-2023. Atualmente, ocupa o cargo de Diretora de Administração e Controle, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Ituiutaba, onde contribui para o aprimoramento da gestão pública e da execução de políticas educacionais. Possui interesse em pesquisas voltadas à Assistência Social, ao Direito à Cidade e às políticas Públicas direcionadas à criança e ao adolescente, com foco na promoção da equidade, da cidadania e da justiça social.

Parte II: Conselho Tutelar: atendimentos de crianças e adolescentes na cidade de Ituiutaba.

Parte III: Saúde de Crianças e Adolescentes em Ituiutaba.

Parte IV: Cenário Educacional de Crianças e Adolescentes no Município de Ituiutaba.

Nas considerações, utilizou-se o “Questionário para levantamento de dados da situação da criança e do adolescente no âmbito do Ministério Público e do Poder Judiciário”. O principal objetivo foi tecer reflexões abrangentes e compreender amplamente a situação em que as crianças e adolescentes se encontram na cidade de Ituiutaba.

Para a realização da análise, foi escolhido o seguinte critério: elegeu-se, dentre os questionários aplicados sob os pressupostos de Ludke e André (1986), aqueles que foram completamente respondidos, sendo este a base, enquanto os demais materiais foram utilizados para a análise complementar.

Na Parte I, intitulada “Desenvolvimento Social: atuação com Crianças e Adolescentes no município de Ituiutaba”, utilizou-se como questionário central as entrevistas com a equipe técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, incluindo funcionários efetivos e contratados, que atuaram na área de Assistência Social de Ituiutaba no ano de 2022. O questionário de apoio utilizado para a análise complementar nesta parte foi o “Questionário - Individual por Família”, respondido por cento e quinze (115) famílias voluntárias de Ituiutaba.

Ao analisar a pesquisa realizada com os profissionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, ficou evidenciado um problema multifatorial: crianças/adolescentes e a drogadição⁵. Nessa temática, os profissionais ressaltaram a importância de espaços que viabilizem a internação em comunidades terapêuticas como uma das formas de tratamento, tanto para o público masculino quanto feminino, considerando todas as particularidades de gênero.

Ressaltaram, ainda, a relevância dos programas preventivos que abordam temáticas como gravidez na adolescência, evasão escolar, drogadição, violências sexuais, dentre outros, e que esses programas devem ser implementados de maneira integrada, em áreas como educação, assistência social, saúde, esporte e lazer, e organizações não governamentais. Propostas como essas devem considerar o lugar onde o sujeito está inserido, suas particularidades e singularidades.

⁵ Uso abusivo e dependente de drogas (lícitas ou ilícitas), destacando os aspectos sociais, psicológicos e de saúde pública envolvidos.

Os Conselheiros Tutelares, na segunda parte, ao responderem os questionários, enfatizaram a importância de projetos sociais voltados para crianças, adolescentes e suas famílias. Além disso, ressaltaram a necessidade de continuidade na formação daqueles que atuam com crianças e adolescentes em todos os âmbitos. Os profissionais também apontam a relevância da implementação de projetos e programas de prevenção que abordem questões como abuso sexual, violência sexual e conflitos familiares. Essas iniciativas devem ser direcionadas a proteger e promover o bem-estar das crianças e adolescentes, garantindo um ambiente seguro e saudável para o seu desenvolvimento.

Na Parte III do diagnóstico, intitulada “Saúde de Crianças e Adolescentes em Ituiutaba”, os respondentes foram os servidores contratados e efetivos da Secretaria Municipal de Saúde, que trabalham diretamente com crianças e adolescentes. Esses profissionais enfatizaram a necessidade de fortalecer a rede de saúde mental no município de Ituiutaba e sugeriram a criação do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSi). Este serviço, conforme orientações do Ministério da Saúde, aspira atender crianças e adolescentes que sofrem de transtornos psicológicos intensos, causados por transtornos mentais duradouros e persistentes, incluindo aqueles que recorrem a álcool e/ou outras drogas. Além disso, o CAPSi poderia dar suporte às crianças e adolescentes que enfrentam outras condições clínicas no campo da psiquiatria, que os impedem de formar vínculos sociais e de concretizar seus planos de vida.

Ao realizar um comparativo entre os respondentes da Parte I, II e III, ficou evidente a necessidade de se projetar e implementar ações voltadas para adolescentes usuários de álcool e outras drogas.

Também se fez necessário ouvir as pessoas envolvidas no trabalho com crianças e adolescentes no cenário educacional, parte IV. De maneira geral, os professores perceberam um alto índice de conflitos familiares e reforçaram a importância de campanhas preventivas no âmbito do abuso e exploração sexual, gravidez precoce e criminalidade.

De modo geral, utilizou-se o “Questionário para levantamento de dados da situação da criança e do adolescente no âmbito do MPMG e do Poder Judiciário (PJ)” como mediador das reflexões gerais, visando compreender a situação das crianças e adolescentes, considerando a vasta experiência destas instituições. Deste modo, o questionário respondido pelo MP e PJ foi a base para que enxergássemos as demandas de modo geral.

Ficou evidente na análise dos questionários aplicados que o trabalho com crianças e adolescentes deve se iniciar no âmbito da prevenção. Deste modo, as organizações não governamentais são uma parte fundamental para que, de maneira mais ampla, este público seja alcançado, o que não exime a responsabilidade do Estado.

Após a conclusão do Diagnóstico Municipal, em reunião ordinária ocorrida em 18 de outubro de 2022, após discussão e pontuações do CMDCA, foi aprovado por unanimidade o Primeiro Diagnóstico Municipal da Criança e do Adolescente (2022).

O diagnóstico aprovado foi então encaminhado à Prefeitura Municipal de Ituiutaba, que conferiu publicidade ao documento em sua página oficial, permitindo consulta pública. Ele também foi encaminhado às Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Esporte e Lazer, ao Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública. Este documento marcou significativamente os passos da infância no município.

A análise de todos os eixos trabalhados no diagnóstico converge quanto a uma palavra: prevenção. Diversos profissionais sinalizaram a dificuldade em se trabalhar com adolescentes quando estes já fazem ou recorreram a álcool e outras drogas. A realidade percebida pelos participantes do diagnóstico no município de Ituiutaba não difere da realidade nacional.

É pertinente destacar que o desenvolvimento de uma pesquisa como esta leva a refletir criticamente sobre as formas de atuação que adotamos. Destaca-se, por meio da realização da pesquisa, a evidente necessidade de promover debates centrados na diversidade em suas múltiplas dimensões, como gênero, raça e deficiência, evidenciando a carência de projetos que contemplem de forma efetiva crianças e adolescentes pertencentes a esses grupos.

Afetivamente e em construção em rede, os profissionais concordam e evidenciam a necessidade de ações de apoio e prevenção das violações de direitos das crianças e dos adolescentes, tanto para o público feminino quanto para o masculino. Em linhas gerais, a realização desta pesquisa com o apoio das mídias e tecnologias é avaliada como satisfatória, porém ressalta-se a dificuldade, por vezes, do público atendido por esses profissionais em acessar as tecnologias ou pela ausência de letramento midiático.

Segundo o IBGE, em parceria desenvolvida com o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, foi apresentada a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada por uma década (2009/2019) nas capitais brasileiras, com indicadores que abrangem adolescentes do 9º ano do ensino fundamental, de escolas públicas e privadas, do sexo masculino e feminino, que responderam à pesquisa. No que se refere ao uso de cigarro, álcool e outras drogas, o documento descreve que “o uso de substâncias pelos jovens está associado ao aumento do risco de delinquência, insucesso acadêmico, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, perpetrar ou sofrer violência, lesões e problemas de saúde mental” (IBGE, p. 93).

A PeNSE (IBGE, 2019) aponta para a precocidade de exposição ao uso de cigarro, álcool e outras drogas antes dos 14 anos. É importante destacar alguns pontos:

A introdução de novos produtos do tabaco como os “cigarros eletrônicos” o narguilé e outros, têm preocupado os órgãos de saúde de vários países no mundo e de organismos internacionais de saúde. Segundo a OMS, a estratégia da indústria do tabaco, de ampliar o seu consumo se dá, atualmente, através desses novos meios de comercialização e principalmente entre crianças e adolescentes. Por outro lado, pesquisas realizadas durante a pandemia apontam para um aumento do consumo de cigarros, álcool e drogas em todas as idades (IBGE, p. 100)

O consumo do álcool vem sendo pesquisado na PeNSE em todas as suas edições, abordando aspectos da experimentação ou início da exposição ao álcool, precocidade da iniciação (se ocorreu antes dos 14 anos de idade), consumo recente (nos 30 dias anteriores à pesquisa), uso abusivo ou em “binge” (ingestão superior a quatro doses, em uma mesma ocasião, para as mulheres e de cinco para os homens) e episódios de embriaguez, como outro indicador de uso abusivo do álcool. (IBGE, p. 100).

Quanto à experimentação ou exposição ao uso de drogas, a PeNSE revelou uma tendência ao crescimento desse indicador, entre os escolares do 9º ano do ensino fundamental das Capitais brasileiras, no período de 2009 a 2019, indo de 8,2% para 12,1% (Gráfico 83 e Tabela SH 9.1, disponível no portal do IBGE). (IBGE, p. 113).

A aplicação do modelo logístico de regressão identificou uma tendência de crescimento linear nesse indicador, com uma variação de 87,5% na razão de chances de usar drogas antes de completar os 14 anos de idade, no período de estudo de 10 anos (IBGE, p. 116)

Ao analisar a PeNSE (IBGE, 2019), que sinaliza a necessidade de cautela na análise dos dados, também aponta que mais de 20% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental já experimentaram cigarro. Destaco que essa idade escolar corresponde a adolescentes que completaram 14 anos até 31 de março. A pesquisa ainda revela que mais de 50% dos entrevistados responderam de maneira afirmativa à experimentação de álcool. Quanto ao uso de drogas ilícitas, a pesquisa aponta para a exposição ou experimentação de maneira gradativa de 2009 a 2019, com um aumento significativo entre as meninas, indicando uma tendência de uso dessas substâncias acima de 10% entre alunos do 9º ano ou menos.

A percepção dos técnicos e famílias deste município, que participaram como respondentes do primeiro Diagnóstico Municipal da Criança e do Adolescente, aponta para uma realidade não apenas municipal, mas, conforme já sinalizado na PeNSE, de maneira nacional. Deste modo, não podemos culpabilizar exclusivamente as famílias como as únicas responsáveis pelas violações de direitos das crianças e adolescentes, como frequentemente é visto, nem pela exposição ao álcool e outras drogas. Precisamos abordar os fatores culturais, sociais e econômicos; precisamos falar de quebra de ciclos. A responsabilidade pela formação, condução, afeto, dentre tantos outros fatores importantes para a proteção, é explicitada pelo artigo 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990).

Logo, é de fundamental importância trabalhar temáticas de prevenção ao abuso sexual, violência sexual, exploração de menores em esferas de trabalho, exploração sexual e conflitos familiares.

Nesse sentido, para a implementação, deve-se constituir um sistema integrado, permanente, continuado e cíclico de manutenção das Fontes de Informação do Sistema de Proteção, Controle e Fiscalização. Integrado, porque depende de articulação interinstitucional e intersetorial; permanente, porque não se deve resumir a ações episódicas, mas que tenha perenidade suficiente para o aperfeiçoamento de seus instrumentais de qualidade e gestão; continuado, porque envolve processos que se estendem ao longo do tempo conectando um conjunto de ações; e cíclico, porque é retroalimentado pelo próprio sistema (Souza, 2016, p. 233).

Sobre os pressupostos de Souza (2016) e atrelado ao fato de que não eram problemáticas novas, não causaram estranheza, pois as necessidades elencadas neste processo são palco de discussões que imperam na atuação do CMDCA. No entanto, vemos essas necessidades serem potencializadas nas falas dos/as respondentes do Diagnóstico Municipal durante a pandemia.

Importante destacar que trabalhar medidas de prevenção, como já foi abordado aqui, inclusive práticas no tocante ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, é de extrema relevância. O fortalecimento familiar e comunitário das crianças reflete na visão de mundo e de sujeito. O ser humano é influenciado pelo meio em que vive e, ao mesmo tempo, exerce influência sobre o ambiente. “A auto produção do homem é sempre e necessariamente um empreendimento social. Os homens em conjunto produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações socioculturais e psicológicas” (Bergen, Lukmann, 2004, p. 75).

Para Vygotsky (1999), o desenvolvimento intelectual das crianças se dá a partir de sua interação com o meio, elas são influenciadas em seus comportamentos, linguagem, e a cultura se torna, então, um objeto de aprendizagem. Reconhecer que o ser humano influencia e é influenciado pelo ambiente é o que se conhece como a teoria socioconstrutivista.

O primeiro Diagnóstico da Criança e do Adolescente no Município de Ituiutaba foi fundamental para fomentar o desejo desta pesquisa acerca da perspectiva das crianças que participam de projetos sociais nas Organizações da Sociedade Civil sobre a produção do espaço urbano no município de Ituiutaba.

3.3 Pesquisa documental para mapear os equipamentos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e as Entidades não governamentais que atendem crianças no município de Ituiutaba-MG

A temática desta pesquisa está inserida nos órgãos de atendimento municipais, como o CMDCA (as competências deste Conselho já foram descritas nesta dissertação); na Proteção Social Básica, através dos CRAS; e na Proteção Social Especial, como a Casa Lar e o CREAS, todos vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Sobre a metodologia de análise documental, sobre a qual Severino (2007) destaca que não se trata apenas da análise de documentos oficiais, ou seja, documentos físicos (impressos). A autora compreende a totalidade como tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais. Desta forma, uma busca por documentos oficiais desses departamentos, bem como materiais instrutivos e de registro, trouxe contribuições para a temática pesquisada. A busca por esses documentos ocorreu com o intuito de construir um panorama inicial para o aprofundamento das temáticas específicas da pesquisa, de modo contextualizado, estabelece, assim, uma conexão com a pesquisa bibliográfica realizada.

Durante as visitas de campo e a pesquisa documental realizada nos arquivos administrativos, mais precisamente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (2020/2024) até o ano de 2024, identificou-se que o município de Ituiutaba possui seis CRAS vinculados a essa secretaria. Dentre as suas atribuições neste município, posso citar a concessão de benefício eventual, a realização do Cadastro Único, o Programa Criança Feliz, o SCFV, dentre outros. Destaca-se o trabalho com a prevenção às violações de direitos e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A localização geográfica urbana desses equipamentos, organizada pelo poder público municipal, foi estabelecida de maneira estratégica e assertiva, pois se cristalizaram em bairros periféricos em relação ao centro comercial, possibilita o acesso da população socioeconomicamente vulnerável e com entraves diversos de mobilidade aos serviços de maneira mais efetiva.

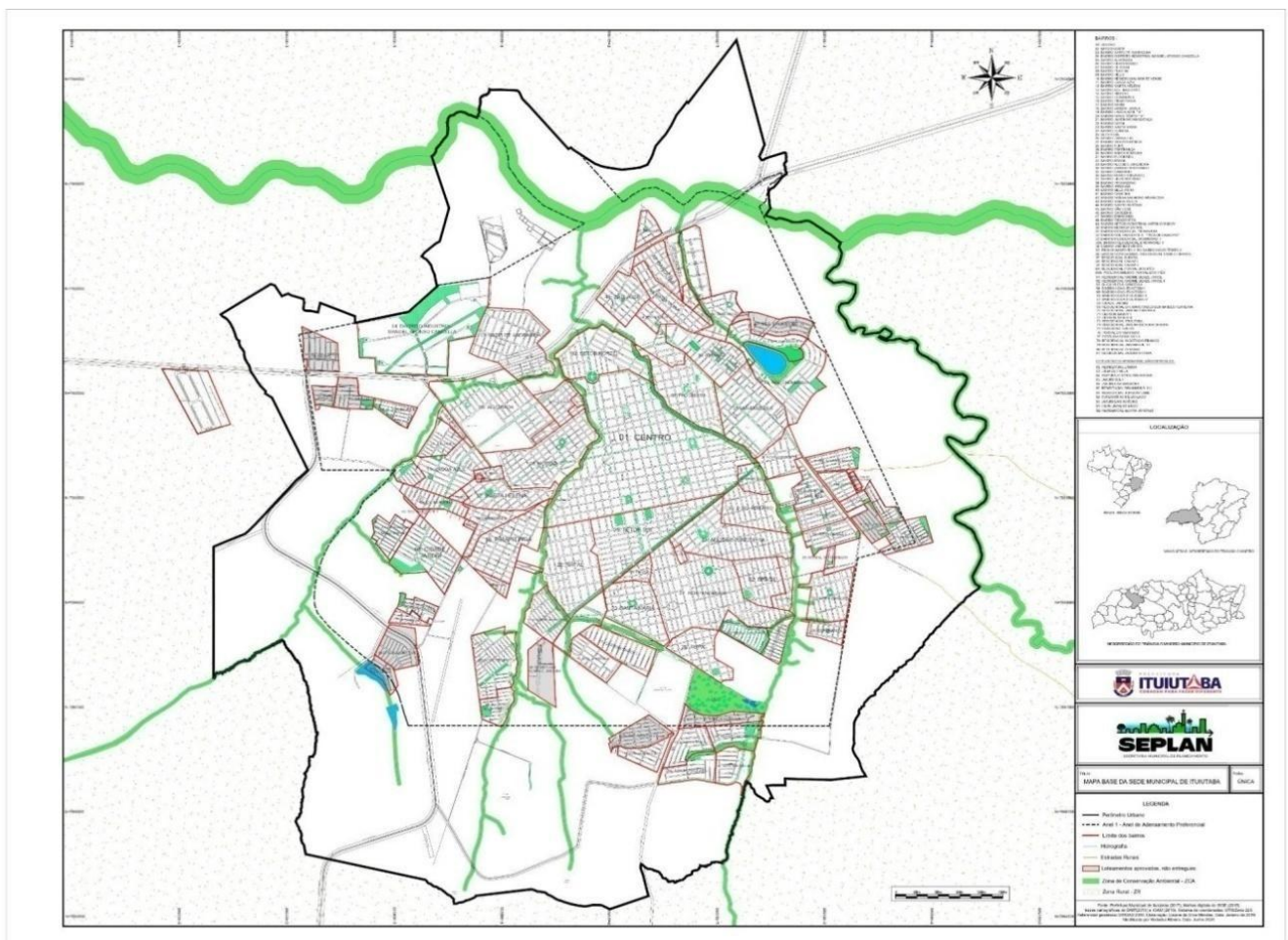
A delimitação espacial dos bairros de Ituiutaba possibilitou à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social uma organização mais eficiente da rede socioassistencial. Com base na proximidade geográfica, as áreas urbanas foram distribuídas entre os CRAS, respeitando o princípio da territorialização previsto no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse processo visa garantir maior acessibilidade e capilaridade dos serviços às famílias em situação de vulnerabilidade social.

A divisão espacial foi elaborada a partir do Mapa Base do município de Ituiutaba e dos respectivos códigos de bairros, definidos pela Secretaria Municipal de Planejamento e atualizados em junho de 2024, conforme as diretrizes do Plano Diretor Municipal (Ituiutaba, 2024). Essa atualização é fundamental para assegurar que o planejamento urbano e as políticas

sociais estejam alinhados, promovendo uma distribuição mais equitativa dos serviços e possibilita o mapeamento mais preciso das demandas locais.

O mapa apresentado a seguir (Mapa 1) tem como objetivo delimitar os bairros do município de Ituiutaba, a fim de subsidiar a organização territorial das políticas públicas, especialmente no âmbito da assistência social.

Mapa 1 Mapa Base de Ituiutaba, Minas Gerais



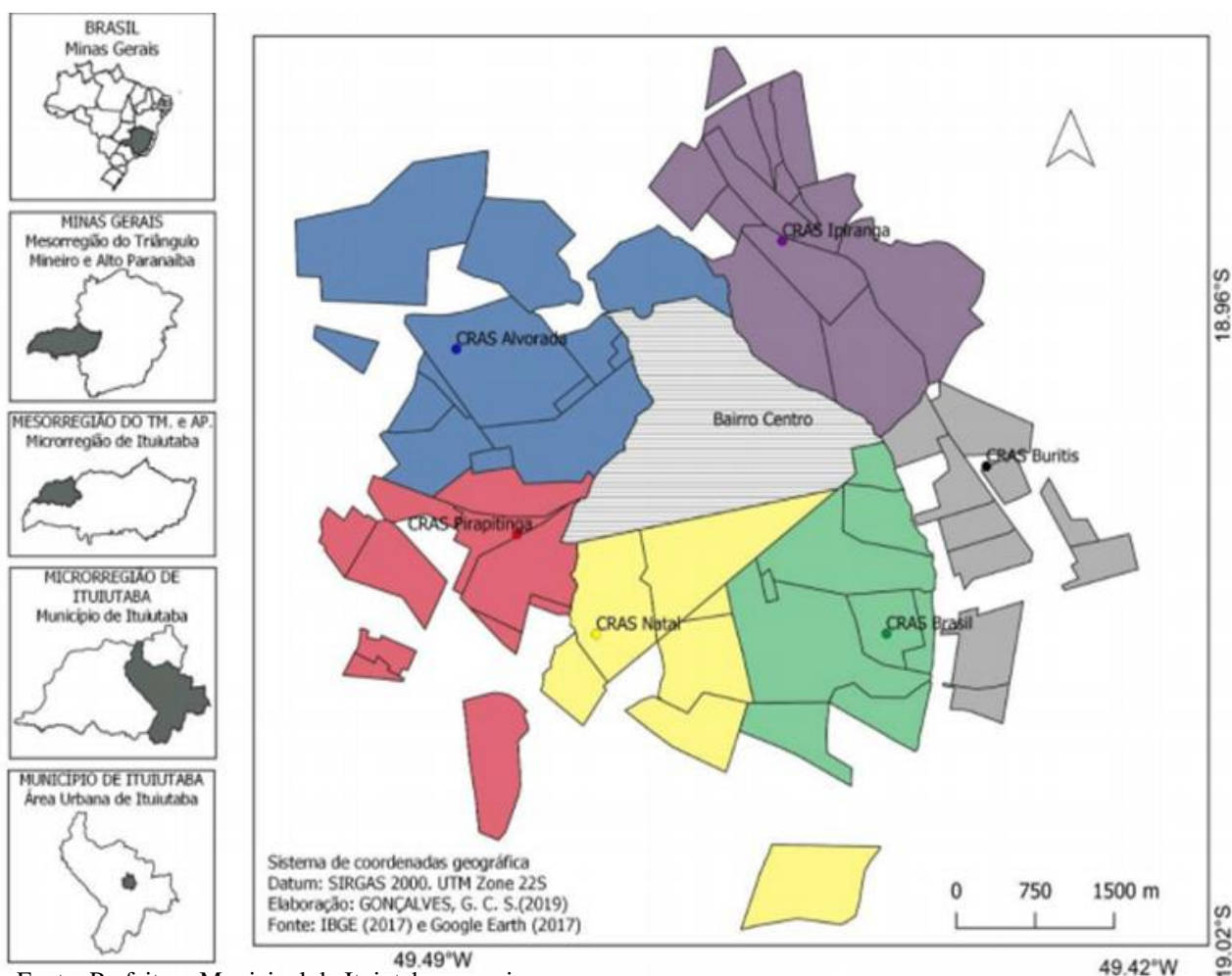
Fonte: Prefeitura Municipal de Ituiutaba - SEPLAN

A utilização do mapa como instrumento de análise espacial permite compreender de forma mais precisa a distribuição territorial dos equipamentos públicos e das populações atendidas. No contexto de Ituiutaba, a representação dos bairros e suas respectivas codificações, conforme atualizado em 2024, possibilita a articulação entre planejamento urbano e políticas sociais, em especial no que tange à atuação dos CRAS no território

O mapa do município de Ituiutaba, ao delimitar seus bairros e áreas de abrangência dos serviços socioassistenciais, revela não apenas uma divisão técnica do território, mas também a

lógica de acesso (ou exclusão) aos direitos urbanos. Ao analisar essa representação, é possível observar como o território é estruturado para garantir – ou não – o Direito à Cidade, especialmente para populações vulneráveis, como crianças e adolescentes. Para uma melhor compreensão, analisa-se o Mapa 2, apresentado a seguir, que ilustra a área de abrangência dos CRAS em Ituiutaba.

Mapa 2 – Área de abrangência dos CRAS em Ituiutaba



Fonte: Prefeitura Municipal de Ituiutaba - arquivos

Observa-se que os CRAS Situados nos bairros Alvorada, Brasil, Buritis, Ipiranga, Natal e Pirapitinga, estão localizados de modo estratégico em uma perspectiva de planejamento urbano, porém é importante destacar a diferenciação desses espaços, reiterando as classificações geográficas entre espaço e território, por não se tratarem de termos equivalentes. Conforme Raffestin:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de

um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Levando em consideração o fato de os CRAS estarem distribuídos em diferentes setores da cidade para garantir um atendimento mais próximo e acessível à população, elaborou-se um mapa que apresenta a localização exata de cada unidade do CRAS no município, facilitando a identificação do centro mais próximo para atendimento. Além da localização geográfica, os CRAS desenvolvem atividades como acolhimento, orientação, acompanhamento social, acesso a benefícios assistenciais e fortalecimento de vínculos comunitários. A disponibilização desse mapa tem como objetivo ampliar o acesso à informação e contribuir para que os cidadãos de Ituiutaba possam buscar apoio nos serviços socioassistenciais de forma mais ágil e eficiente. A distribuição dos bairros atendidos pelos equipamentos do CRAS, em junho de 2024, estão organizadas conforme tabelas de 1 a 6:

Tabela 1 Distribuição dos bairros atendidos pelo CRAS Alvorada

	Código do Bairro	Nome do Bairro
CRAS ALVORADA	1	Centro: Inicia na Av.: Marginal esquina c/ 5 (rotatória), lado direito da Rua Jorge Jacob Yunes, inicia na Rua 26 até a Av.: 17, lado direito e até o Ribeirão Pirapitinga (lado direito da avenida).
	2	Setor Norte
	3	Satélite Andradina
	4	Distr. Indust. Manoel Afonso Cancellia
	5	Alvorada
	6	Novo Mundo
	7	Central
	8	Platina
	9	Vila Hélio
	10	Residencial Monte Verde
	11	Lagoa Azul I
	54	Jardim Europa I

	70	Jardim Europa II
	50	Morada do Sol
	51	Residencial Primavera
	74	Jardim Estados Unidos
	77	Vivenda Almeida Drummond
	78	Jardim das mansões
	79	Julia de Paula
	80	Estância Dona Viola
Total	20 Bairros	

Fonte: Khater (2025)

O CRAS Alvorada atende um total de 20 bairros, abrangendo uma ampla área do município. Sua cobertura busca garantir o acesso equitativo aos serviços socioassistenciais, promovendo suporte e fortalecimento das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Tabela 2 Distribuição dos bairros atendidos pelo CRAS Brasil

	Código do Bairro	Nome do Bairro
CRAS BRASIL	1	Centro: A partir da Av. 25 com a Rua 26, a esquerda, até a Av. Jose João Dib (marginal), vira à direita da Av.: minas Gerais até a Av.: 31, até a esquina com a rua 18.
	26	Carvalho
	27	Independência
	28	Tupã
	31	Eldorado
	32	Brasil
	34	Jardim do Rosário
	35	Camargo
	33	Junqueira
	63	Residencial Gilca Cancela

	73	Residencial Ituiutaba
Total	11 Bairros	

Fonte: Khater (2025)

O CRAS Brasil é responsável pelo atendimento de 11 bairros, abrangendo uma área significativa do município. Essa distribuição visa garantir acesso aos serviços socioassistenciais, promovendo o bem-estar e o fortalecimento das famílias atendidas.

Tabela 3 Distribuição dos bairros atendidos pelo CRAS Buritis

	Código do Bairro	Nome do Bairro
CRAS BURITIS	57	Residencial Buritis
	61	Nadime Derze I
	62	Nadime Derze II
	60	Portal dos Ipês
	60 ^a	Portal dos Ipês
	58	Residencial Canaã I
	59	Residencial Canaã II
	29	Esperança
	30	Santa Edwiges
	36	Novo Horizonte
	76	Chácaras do Tijuco
	81	Residencial Lisboa
	82	Residencial D' Maria
	83	Residencial Inocência Franco
Total	14 Bairros	

Fonte: Khater (2025)

O CRAS Buritis atende um total de 14 bairros, garantindo suporte socioassistencial às famílias em situação de vulnerabilidade. Além disso, a distribuição desses atendimentos visa facilitar o acesso aos serviços sociais e fortalecer a inclusão social nas adjacências.

Tabela 4 Distribuição dos bairros atendidos pelo CRAS Ipiranga

	Código do Bairro	Nome do Bairro
CRAS IPIRANGA	01	Centro: Inicia na rotatória da Av.: 5 com a Av: José João Dib, até a rua Jorge Jacob Yunes (lado esquerdo), até a rua 26. Segue pela Av. 26 até a esquina com a Av.: 25. Segue Av. 25 até a Av.: José João Dib. (Abrangência do lado esquerdo)
	37	Universitário
	38	Progresso
	39	Ipiranga
	40	Bela Vista
	41	Cristina
	42	Nossa Senhora Aparecida
	43	Maria Vilela
	44	Santo Antônio
	45	São José
	46	Gardênia
	47	Paranaíba
	48	Tiradentes
	49	Setor Industrial Antônio Baduy
53	Residencial Drummond I	
53 ^a	Residencial Drummond II	

Total	15 Bairros	
-------	------------	--

Fonte: Khater (2025)

A partir da tabela 4, descreve-se a abrangência e os bairros atendidos pela CRAS Ipiranga. Além do bairro Centro, que é o principal e de abrangência mais detalhada, a CRAS Ipiranga atende ainda a outros 14 bairros. Ao todo, a CRAS Ipiranga abrange 15 bairros, oferecendo serviços sociais e apoio às famílias das imediações. A divisão e os códigos de bairros indicam a diversidade de áreas cobertas, com uma importante atuação no apoio a diversas comunidades locais.

Tabela 5 Distribuição dos bairros atendidos pelo CRAS Natal

	Código do Bairro	Nome do Bairro
CRAS NATAL	01	Centro: Inicia no entroncamento da Av. 17 com o Córrego Pirapitinga. A direita até a rua 26. Segue na Rua 26 até a Av.: 31 indo até a margem do Ribeirão Pirapitinga. (Abrangência do lado direita).
	21	Jerônimo Mendonça (Novo Tempo I)
	22	Natal
	25	Setor Sul
	64	Nova Ituiutaba I
	65	Nova Ituiutaba II
	66	Nova Ituiutaba III
	67	Nova Ituiutaba IV
	23	Santa Maria
	24	Elândia
	71	Gerson Baduy I
	72	Gerson Baduy II
	84	Residencial Jardim Sul II
Total	13 Bairros	

Fonte: Khater (2025)

O CRAS Natal é responsável pelo atendimento a 13 bairros no município, garantindo suporte socioassistencial às famílias em situação de vulnerabilidade. Essa distribuição busca facilitar o acesso aos serviços sociais, promovendo a inclusão e o fortalecimento da comunidade local.

Tabela 6 Distribuição dos bairros atendidos pelo CRAS Pirapitinga

	Código do Bairro	Nome do Bairro
CRAS PIRAPITINGA	19	Lagoa Azul II
	12	Marta Helena
	56	Residencial Copacabana –Camilo Chaves
	69	Residencial Marcondes
	14	Ribeiro
	15	Guimarães
	16	Pirapitinga
	17	Mirim
	18	Jardim Jamila
	20	Novo Tempo II
	55	Residencial “Carlos Dias Leite”
	13	Sol Nascente
	52	Prolongamento Sol Nascente II
	68	Cidade Jardim
Total	14	

Fonte: Khater (2025)

O CRAS Pirapitinga atende a um total de 14 bairros nas imediações, com a cobertura organizada por códigos de bairro e áreas específicas. Esses bairros são atendidos pela CRAS Pirapitinga, garantindo serviços de apoio e assistência às famílias da área. Com uma abrangência que inclui desde residenciais e bairros conhecidos até novos desenvolvimentos, a

CRAS desempenha um papel importante no auxílio social e na promoção de bem-estar para a comunidade.

A organização desses atendimentos segue critérios técnicos que consideram a vulnerabilidade social das regiões, a demanda por serviços socioassistenciais e a necessidade de descentralização do atendimento para garantir maior acessibilidade à população em situação de risco ou vulnerabilidade. Dessa forma, busca-se fortalecer a proteção social básica e a garantia de direitos para as famílias atendidas.

Diante do exposto, sobre a organização dos CRAS, faz-se necessário descrever sobre a Proteção Social Especial, que é dividida em duas modalidades, conforme as necessidades da pessoa ou família, sendo a Proteção Especial de Média Complexidade e a Proteção Especial de Alta Complexidade. Ambas as modalidades são fundamentais para garantir a assistência adequada às pessoas em situação de risco, promovendo sua reinserção social e a proteção de seus direitos.

A Proteção Especial de Média Complexidade destina-se a situações em que a intervenção exige um acompanhamento mais constante, mas sem a necessidade de internação. Esse tipo de proteção atende pessoas que se encontram em situação de risco, como vítimas de violência, abuso ou negligência, ou ainda aquelas que enfrentam crises familiares graves.

A Proteção Especial de Alta Complexidade abrange situações mais graves, onde é necessário um atendimento especializado de longo prazo, como é o caso de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, pessoas com deficiências graves, vítimas de tráfico humano, ou aqueles que necessitam de internação para proteção

Como equipamento de média complexidade, destaca-se o CREAS, que realiza atendimento a famílias ou indivíduos com vínculos sociais e familiares fragilizados ou rompidos. A localização geográfica urbana central, situada na Av. 15, n.º 720, no bairro Centro, foi planejada pelo poder público municipal, ao favorecer o acesso a toda a população. Além disso, está cercado por pontos de transporte público que, desde julho de 2023, por meio do programa *Busão do Povo*⁶, propicia transporte público com tarifa zero à população tijuicana.

Dentre os diversos setores de atendimento dentro deste equipamento, foi realizado o recorte no setor de Proteção à Criança e ao Adolescente, por ser essa a temática desta pesquisa.

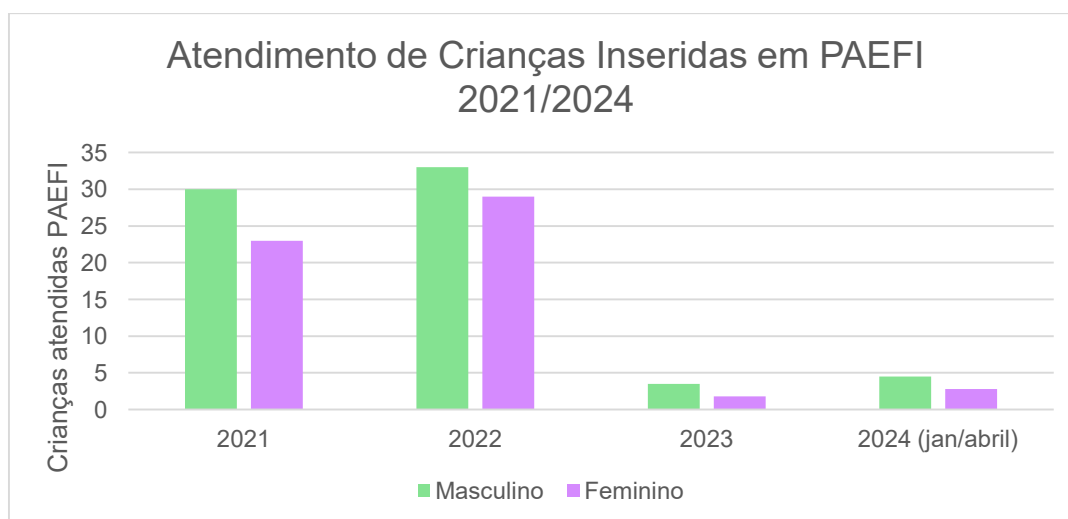
⁶ Por iniciativa da Prefeita Municipal mandato Leandra Guedes Ferreira, ainda no primeiro (2021 – 2024), o Programa Municipal “Busão do Povo”, tem como objetivo o fornecimento de transporte coletivo público urbano com 100% de gratuidade, visando acessibilidade universal do transporte coletivo a todos os Tijuicanos. Sua criação se deu no ano de 2023, conforme a Lei Municipal nº 5.094 de 05 de julho de 2023. Desde a sua criação até o momento desta pesquisa, o programa conta com frota terceirizada, disponibilização de Wi-fi no terminal central e dentro dos veículos, e ar condicionado. Não há limites diários de viagens por passageiro.

O setor em destaque conta com uma equipe de psicólogos e assistentes sociais que realiza o acompanhamento das crianças e adolescentes que necessitam de suporte em tal setor. Quando as crianças chegam para o atendimento, encaminhadas pela rede de proteção, é de extrema importância, que sejam acolhidas em um ambiente respeitoso, sensível e cuidadoso. O processo de escuta ocorre de maneira individualizada, respeitando a idade, o tempo e a forma de expressão de cada criança, vista de maneira singular.

Diante da triste realidade da violação dos direitos de uma criança, o CREAS realiza o acompanhamento e o fortalecimento dessa criança por meio do Programa de Acompanhamento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Quando a criança não está mais em situação de risco, ela é desligada do serviço e encaminhada para outros recursos da rede de proteção, a fim de dar continuidade ao acompanhamento.

Destaca-se no gráfico abaixo (gráfico 1) o quantitativo de crianças de 0 a 12 anos incompletos inseridas no PAEFI no CREAS de Ituiutaba durante o período compreendido de janeiro de 2021 a abril de 2024.

Gráfico 1 - Quantitativo de crianças de 0 a 12 anos incompletos inseridas no PAEFI no CREAS de Ituiutaba



Fonte: Khater (2025)

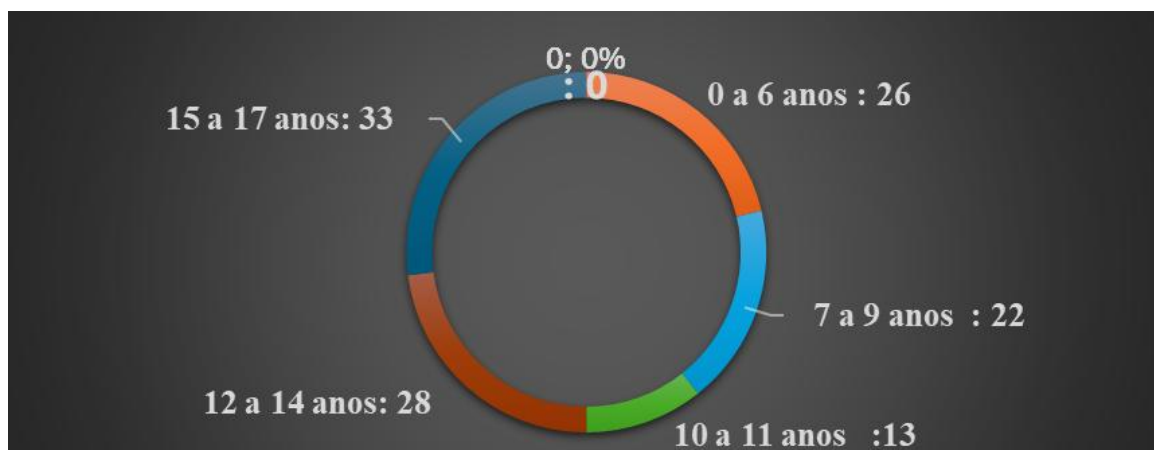
Dentre as principais formas de violências atendidas no setor, destacam-se o abuso sexual, a violência psicológica, o bullying, a negligência familiar, dentre outros.

Durante o período em que a autora esteve à frente da coordenação deste serviço (2021-2024), tornou-se evidente a importância do trabalho com as famílias, especialmente com as

crianças. Esse contexto ressaltou a relevância das ações preventivas, que são o foco principal desta pesquisa, sublinhando a necessidade de intervenções precoces para promover o bem-estar e o desenvolvimento saudável das crianças e suas famílias. Quando os direitos dessas crianças são violados, surgem cicatrizes que afetam diretamente seu comportamento, desenvolvimento físico e psicológico, além de seus afetos, sentimentos e a percepção de si mesmas, do mundo e de seu lugar nele. A violação dos direitos de uma criança influencia profundamente sua visão de si, como ser humano em formação.

A violência sexual contra crianças é um tema de extrema relevância. Envolve casos de estupro, assédio sexual, pornografia infantil e outros abusos. Quanto mais trabalhamos essa temática com as crianças, mais possibilitamos que elas conheçam seus próprios corpos, identificando quando estão sendo assediadas e expressando-se quando sofrem algum tipo de violência. O gráfico 2 a seguir mostra dados coletados no CREAS de Ituiutaba entre os anos de 2021 e maio de 2024, onde foram atendidos 244 casos de suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes. Entre janeiro de 2023 e maio de 2024, foram 122 casos atendidos para fins de escuta especializada conforme a Lei 13.431 de 4 de abril de 2017. Se analisarmos por idade, temos os seguintes dados:

Gráfico 2 Escuta especializada



Fonte: Khater (2025)

Para combater o abuso e a violência sexual contra este público, o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes vítimas de violência estabeleceu um fluxograma de atendimento. Não apenas em relação à violência sexual, mas de maneira abrangente às demais formas de violência, torna-se essencial a existência de equipamentos que trabalhem a prevenção.

O Estado desempenha um importante papel por meio das atividades e campanhas nas escolas, nos equipamentos de Assistência Social e nas campanhas realizadas pela política de Saúde. No entanto, é essencial destacar as atividades prestadas pelas organizações não governamentais neste contexto.

Na esfera da alta complexidade, destaca-se o acolhimento institucional, que em Ituiutaba ocorre na Casa Lar São João Batista, um equipamento misto que atende crianças e adolescentes. Neste local, as crianças são cuidadas e fortalecidas, e suas famílias de origem (quando existentes) são trabalhadas para um possível retorno dessa criança à convivência familiar. Destaco que, embora o CRAS seja classificado como equipamento da Proteção Social Básica conforme a Política Nacional de Assistência Social, e o CREAS e a Casa Lar como Proteção Social Especial, um serviço não se sobrepõe ao outro, apenas atuam diferenciadamente, objetivando a promoção da assistência social àqueles que dela necessitam. Contudo, esses serviços não são dissociados.

Compreende-se que o CMDCA também desempenha uma função importante, ao ser através do CMDCA que se registram as entidades do terceiro setor e se inscrevem os programas executados por elas, que vão impactar diretamente o acesso à cidade e trabalhar, assim como o SCFV, o sentimento de pertencimento e apropriação do lugar.

O credenciamento das entidades não governamentais é regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no que se refere às Entidades de Atendimento, no qual o art. 90 estabelece: “as entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento” (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90). O art. 91 do mesmo Estatuto remete ao funcionamento das entidades não governamentais, estabelece que estas só poderão operar após serem registradas no CMDCA.

No regime democrático, supõe-se, portanto, a vontade política de muitos. Sobre essa questão, Andrada (2012) destaca que, a partir do século XX, o regime democrático sofreu um forte processo dialético. Nesse movimento, enfraqueceram-se os conceitos de direitos individuais do cidadão, dando ao Estado supremacia nos processos políticos, o que transformou profundamente o contexto atual.

Andrada (2012) ressalta que o Brasil atravessa uma fase democrática com sérias deficiências. Compreende-se que, mesmo sendo entendida como regime fundamental para governar, a democracia sofre riscos, visto que está sendo submetida a complicados mecanismos que a enfraquecem. É, nesse sentido, importante reforçar que:

A democracia, embora presente no mundo moderno, atravessa crises, não só nas instituições políticas, mas também decorrentes da questão socioeconômica [...] o crescente poder dos governos com arriscados instrumentos burocráticos e, ainda, o policiamento sociopolítico faz recair, sobre todos os países um ambiente de insegurança individual que abala a democracia contemporânea. (Andrada, 2012, p. 115-116).

Fica evidente que, neste cenário, as condições atuais não asseguram um campo fértil para o exercício da cidadania, caracterizada como um processo de permanente construção. Nele se incluem várias dimensões, nas quais algumas se fazem presentes sem, contudo, ter a garantia da presença de outras.

As organizações não governamentais desempenham um importante papel. Durante o período de 2021/2023, foram credenciadas junto ao CMDCA 14 entidades, com atuações em diversas áreas, como práticas esportivas e de danças, atividades pedagógicas, atendimento a crianças e adolescentes que recorrem a álcool e/ou outras drogas e às suas famílias, encaminhamentos ao mercado de trabalho para a função de jovem aprendiz no caso de adolescentes, bem como oferta de cursos profissionalizantes, auxílio às famílias postulantes à adoção, equoterapia para crianças com deficiência, musicalização e creches filantrópicas, distribuídas no espaço urbano de Ituiutaba.

Conforme análise documental, das quatorze entidades credenciadas no CMDCA, foi observado que uma entidade desenvolve suas atividades de ensino e aprendizagem remotamente, oferecendo bolsas de estudos a adolescentes em cursos técnicos de qualificação profissional. As demais entidades estão espacialmente distribuídas conforme a proximidade de recursos, infraestrutura e público atendido. Tal distribuição pode impactar diretamente no atendimento das crianças. Assim, sete entidades possuem sua sede no Centro do Município, duas no bairro Brasil, uma no bairro Universitário, uma no bairro Setor Sul, uma no Alvorada e uma no bairro Natal.

Com base nas minhas vivências no âmbito social, percebo que muitos adolescentes residentes nos bairros periféricos enfrentam dificuldades para ingressar em cursos on-line de diversos programas, uma vez que alguns não dispõem de acesso à internet residencial ou mesmo de dispositivos de mídia apropriados para a realização desses cursos, segregando parte dos adolescentes. Quanto à localização das demais entidades, poucas delas estão localizadas em bairros considerados periféricos, como Brasil e Natal.

Conforme o site oficial do Governo Federal, o Cadastro Único é um sistema gerenciado pelo Governo Federal. É de acordo com dados obtidos através do Sistema do Programa do Cadastro Único que o Estado consegue mapear quem são as famílias de baixa renda (até meio salário mínimo por pessoa do grupo familiar) e onde elas estão localizadas no espaço

geográfico. Trata-se de uma ferramenta extremamente importante para a elaboração de políticas públicas e também é utilizada como instrumental para o cidadão ter acesso como beneficiário dos Programas Sociais, conforme as condicionalidades de cada programa, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família, que remete à transferência de renda aos inscritos, o Programa Minha Casa Minha Vida, o Programa de tarifa social de energia elétrica, dentre outros.

Tendo como fonte de dados o Sistema do Cadastro Único, a Diretora de Proteção Social Básica, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Marília Gabriela de Oliveira, informou que no mês de julho de 2024 o sistema registrou que o bairro Brasil dispõe de 369 famílias cadastradas, enquanto o bairro Natal possui 1.108 famílias cadastradas. Destaca-se a relevância deste dado, uma vez que o Cadastro Único é a principal fonte para diagnóstico de famílias de baixa renda. Assim, para efeitos desta pesquisa, priorizei o bairro Natal, no qual a entidade não governamental Instituto Avivar mantém sua base, e que será apresentada posteriormente.

3.3.1 Análise da perspectiva das crianças sobre a cidade

Entender as crianças enquanto sujeitos de direitos é dever e papel de cada um no campo da proteção integral de crianças e adolescentes. Portanto, pesquisas nessa área se fazem necessárias para uma discussão contemporânea que contribua para a efetivação do trato da infância como absoluta prioridade, evidenciando maneiras de se viabilizar acessos que promovam as crianças em situações de vulnerabilidade. O entendimento de que crianças e adolescentes são pessoas em desenvolvimento e titulares do conceito de absoluta prioridade (BRASIL, 1988), conceito este aplicado unicamente a este grupo, torna-se essencial também no campo da Geografia, para compreender as percepções das crianças no município de Ituiutaba sobre a produção do espaço urbano.

A inserção do Assistente Social neste tema decorre do fato de que a “questão social” é o fundamento de sua formação e prática profissional, possibilita contato direto com as mais variadas formas de expressão social. A busca por compreender essas relações entre a questão social e o acesso ao Direito à Cidade sob a perspectiva das crianças me faz adentrar a teoria do Direito à Cidade, entendendo a cidade como espaço de produção de relações interpessoais que deve privilegiar todos os seus integrantes. Compreende-se que as relações voltadas à questão da produção/apropriação do espaço devem buscar a produção do espaço para as crianças, visando uma cidade mais justa e igualitária, que contemple as dimensões populacionais e papéis urbanos na melhoria das experiências urbanas.

A realidade das entidades do terceiro setor no cenário municipal, no que tange às crianças na cidade de Ituiutaba, reflete a materialização da realidade de indivíduos socialmente excluídos que necessitam de auxílio e atendimento para além dos órgãos governamentais disponíveis e fornecidos pelo governo. A atuação dessas pessoas, que criam entidades sem fins lucrativos, está imersa em uma realidade de proporcionar aos jovens a prevenção do uso de álcool e outras drogas e a inserção social. Elas se tornam agentes indispensáveis para compreender os impactos socioespaciais gerados pela utilização e manutenção do espaço urbano, especialmente quando pensamos nas crianças.

Ao compreender essas nuances, realizei uma observação do cotidiano dessas crianças, privilegiando as instituições do terceiro setor que produzem espaços voltados a atender socialmente crianças na cidade de Ituiutaba. A escolha da instituição foi mediada pelo mapeamento já realizado pelo CMDCA no ano de 2021, no qual foram registradas 14 entidades, com dados dispostos para domínio público no tecido urbano de Ituiutaba. Nessas observações, foram coletadas informações relativas a aspectos sociais e políticos da interação das crianças com o Direito à Cidade.

As instituições atuam no combate às desigualdades sociais e têm como foco a educação, o esporte, a cultura e o lazer, nos múltiplos aspectos distribuídos no tecido urbano, com enfoque no atendimento a crianças. A pesquisa de campo privilegiou uma entidade cadastrada no CMDCA de Ituiutaba durante o ano de 2021/2022. Foi escolhida a entidade que contemplava em seu plano de trabalho crianças inseridas em atividades diversas.

Importante ressaltar que a definição de “ser pobre” não pode depender da comparação da situação de ser “pobre” (renda insuficiente) com a de ser “rico” (detentor de meios econômicos para suprir suas necessidades), senão o conceito de pobreza se confundirá com desigualdade econômica. Aqui, o conceito de pobreza se distingue do conceito de desigualdade.

A associação entre pobreza e desigualdade não é vazia de sentido. A própria identificação da pobreza decorre, muitas vezes, da comparação entre “ser pobre” e “não pobre”. Por isso, torna-se importante que essa distinção seja feita, pois desigualdade é um fenômeno que não pode se confundir com pobreza. Ambos interagem na formação histórica e estrutural da sociedade. “[...] um reforça o outro, em medida variável, no tempo e no espaço. Mas obedecem a lógicas distintas, econômica e politicamente.” (Abranches, 1989, p. 21).

A imersão no tema através do conhecimento dos espaços das entidades não governamentais permite um contato direto com os pesquisados, vivenciando seu cotidiano e buscando compreender as relações socioespaciais presentes nos entraves e potencialidades para a busca do Direito à Cidade. Nesse contexto, os mapas se tornam ferramentas essenciais para

entender fenômenos geográficos, históricos e sociais. Compreende-se que os mapas podem oferecer uma representação visual que simplifica a interpretação e a comunicação de informações complexas, além de desempenharem um papel crucial na análise de padrões e processos espaciais, como, por exemplo, a distribuição de recursos naturais, populações e fenômenos climáticos. A representação gráfica de dados em mapas é uma ferramenta poderosa que ajuda a revelar tendências e relações que podem não ser evidentes em tabelas ou textos. Além disso, os mapas facilitam o processo de aprendizagem de conceitos geográficos, históricos e culturais, proporcionando uma compreensão mais intuitiva e visual desses temas.

No contexto acadêmico, os mapas são indispensáveis para a localização de eventos históricos e culturais, a compreensão de mudanças territoriais e a interpretação de fenômenos naturais. Eles auxiliam os pesquisadores a comunicar suas descobertas de maneira clara e a relacionar dados com contextos espaciais específicos. Mapas históricos podem oferecer percepções valiosas sobre mudanças ao longo do tempo, permitindo uma melhor compreensão da evolução das regiões e da interação humana com o meio ambiente.

Os mapas não apenas facilitam a visualização e interpretação de dados complexos, mas também enriquecem a pesquisa acadêmica ao fornecer uma perspectiva espacial fundamental para a análise e compreensão de diversos fenômenos. O autor Richter (2011) elucida sobre o processo histórico do uso dos mapas na Geografia e discute a distinção entre os mapas prontos e os mapas mentais. Entende-se por mapas prontos aqueles que já estão presentes nos livros didáticos das escolas. Os mapas mentais são representações visuais que ilustram a percepção individual do espaço geográfico, baseando-se nas percepções, memórias e experiências pessoais relacionadas ao local. O autor pontua a importância de um “aprofundamento ao debate e à construção de uma prática didática que utilize o mapa como importante linguagem na contribuição do processo de ensino-aprendizagem de Geografia” (Richter, 2011, p. 18). Ele destaca que as práticas escolares de produção de mapas mentais promovem avanços significativos no desenvolvimento do raciocínio geográfico. Observa que diferentes indivíduos, ao serem solicitados a criar um mapa mental da mesma cidade, enfatizarão áreas distintas. Isso ocorre porque a leitura espacial varia entre cada indivíduo. Mapas criados a partir de diversas perspectivas são fundamentais para este trabalho, possibilita o reconhecimento de elementos do mapa em diferentes contextos da linguagem espacial. Nesse sentido, a produção de mapas mentais desempenha um papel crucial.

Podemos destacar que a necessidade de desenvolvermos um estudo sobre o raciocínio geográfico se instaura na ideia de que, no processo de aprendizagem da Geografia, é fundamental estabelecermos relações com os objetos e arranjos espaciais que compõe

a sociedade – a totalidade. Essa perspectiva encontra-se fortemente associada às práticas escolares, no sentido de que, quando um aluno participa da escola, espera-se que o mesmo possa integrar ao seu cotidiano uma leitura mais crítica da realidade. (Richter, 2011, pg. 16).

Não é objetivo neste estudo abordar as práticas escolares, mas sim a relevância do mapa mental para a contribuição nesta pesquisa. Compreende-se, portanto, que, para entender a percepção da criança acerca do espaço geográfico, a metodologia de aplicação de mapas mentais aos pesquisados é fundamental. A utilização desse instrumental permite que cada criança destaque os elementos que considera mais relevantes, entendendo que tais percepções são subjetivas, individuais e variantes conforme o território, a família, as questões que permeiam o sentimento de pertença e como a criança se sente parte da cidade.

A escolha por essa metodologia está fundamentada na compreensão de que o desenho infantil constitui uma linguagem simbólica, por meio da qual a criança expressa sentimentos, desejos, medos e percepções de mundo através de formas, cores e composições.

A criança comunica sentimentos, desejos, medos e percepções de mundo por meio de formas, cores e composições. “O desenho da criança não é uma cópia do real, mas uma representação que obedece às leis do pensamento infantil, revelando sua maneira de ver e compreender o mundo” (Luquet, 1992, p. 86). O autor reforça a ideia de que o desenho é uma forma de expressão subjetiva e simbólica, alinhada ao modo como a criança percebe e interpreta a realidade — o que tem tudo a ver com a proposta de trabalhar com mapas mentais construídos por crianças. Reflete-se, assim, sobre o conhecimento humano a respeito do espaço e a capacidade de representar o entorno geográfico.

A realização desta pesquisa considera as dificuldades das crianças em se expressarem oralmente sobre temas complexos e, na tentativa de compreender como as crianças percebem o Direito à Cidade, a abordagem se dá a partir da produção de mapas mentais com 7 crianças, distribuídas entre 6 e 11 anos. Os mapas mentais podem ser uma poderosa ferramenta de representação espacial, que contém as percepções da criança de maneira divertida, criativa e organizada, de uma forma não linear, conforme será possível verificar no tópico que se segue.

3.3.2 Sobre a escolha da entidade não governamental

Em pesquisa e análise documental das entidades governamentais cadastradas no CMDCA no período de 2021/2023, a Associação AVIVAR foi a entidade escolhida para a realização desta pesquisa por se tratar de uma entidade civil de direito privado, sem fins

lucrativos, com foco social, cultural, educacional e ambiental, que atende crianças a partir de diferentes atividades. O histórico da Associação, conhecida no município como “AVIVAR”, aponta que sua fundação ocorreu em 9 de junho de 2021, localizada na Rua Trinta e Nove, n.º 939, Bairro Natal, Ituiutaba, Minas Gerais, CEP 38300-311.

A Associação oferece serviços à comunidade local, sendo de relevância pública e social, atuando em áreas como esporte, lazer, educação, empreendedorismo, assistência social, cultura e direitos humanos. Um dos objetivos do AVIVAR é a promoção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica.

O Instituto, atualmente, é presidido por Lázaro Henrique Martins e Amanda Eliane Costa Silva, contando com 30 colaboradores, todos voluntários, lembrando que o Instituto Avivar é uma instituição sem fins lucrativos. No ano de 2024 foram atendidas 60 crianças até 11 anos e mais 60 adolescentes de 12 a 17 anos.

As atividades do Instituto mantêm sua base no bairro Natal, por se tratar de um bairro periférico e de alta demanda de inserção de crianças em atividades sociais, mas também ocorrem em outros espaços cedidos na cidade de Ituiutaba, como, por exemplo, o Mon Pied Studio de Dança, que geograficamente está situado no bairro Junqueira.

A diretora e bailarina do Studio de Dança, Samantha Florindo, também realiza atividades aos sábados como voluntária e professora de dança no Instituto Avivar, estimulando crianças a serem protagonistas de suas histórias. Para além das diversas modalidades de dança, ela trabalha autonomia, autoestima, espiritualidade e colaboração, possibilita que as crianças se desenvolvam em diversas áreas.

3.3.3 Metodologia

Para contemplar a abordagem proposta, foi aplicada a metodologia dos mapas mentais às crianças participantes ativamente das atividades promovidas pela Organização Não Governamental (Instituto Avivar).

Por serem construídos a partir das percepções da própria criança, os mapas mentais valorizam sua voz, seus saberes e sua forma de ver o mundo, reforçando sua identidade. São, portanto, instrumentos complementares na avaliação de contextos familiares, escolares ou comunitários, apoiando estratégias de prevenção e promoção de direitos.

Os desenhos foram selecionados levando em consideração a espontaneidade das representações, a diversidade de percepções sobre o espaço urbano e a riqueza simbólica dos

elementos apontados pelas crianças. Tal seleção visou captar a variedade de experiências e sentimentos associados à vivência na cidade, respeitando a expressão livre de cada participante.

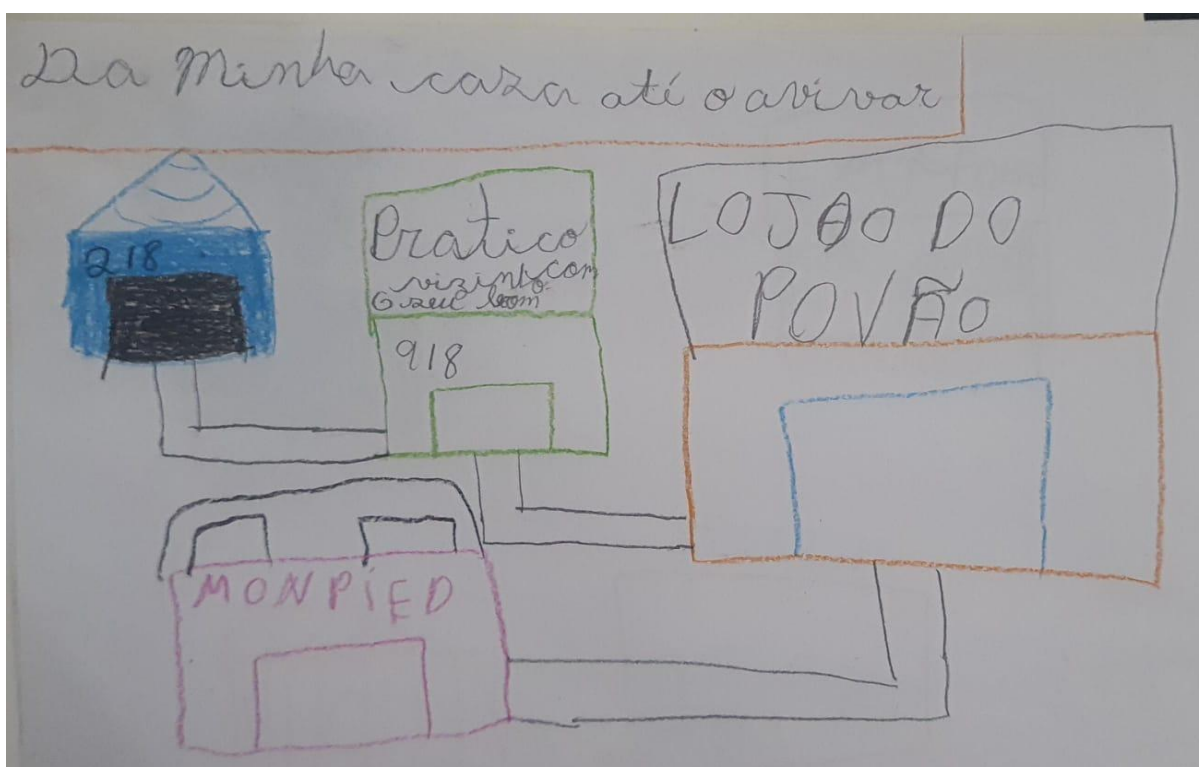
Os nomes das crianças mencionadas neste trabalho serão fictícios, utilizados para preservar sua identidade e garantir a privacidade dos envolvidos. As informações apresentadas são baseadas em situações reais, mas foram adaptadas para fins acadêmicos e didáticos, sem comprometer a confidencialidade dos participantes.

Para facilitar a compreensão, optou-se por agrupar os mapas mentais conforme cada um dos questionamentos.

3.3.3.1 Mapa mental representando o percurso da criança entre a residência e o Instituto Avivar

Em um primeiro momento, solicitou-se às crianças que representassem o percurso entre sua residência e o Instituto Avivar. A proposta foi apresentada por meio de perguntas abertas, como: "O que você vê nesse caminho?" e "Como você desenharia esse trajeto?".

Figura 03 Mapa Mental de Maria (8 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar



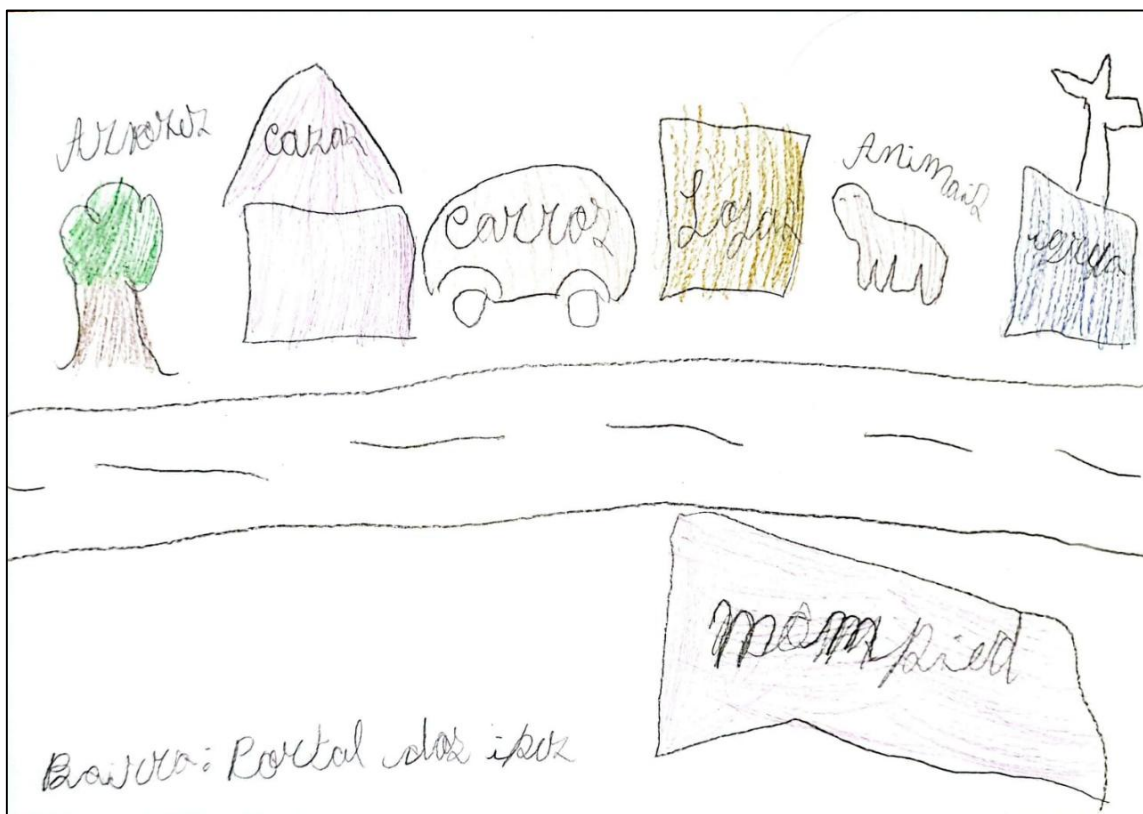
Fonte: Mapa mental elaborado por "Maria" (nome fictício), 8 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025.

Este é um mapa desenhado por Maria (8 anos), ilustrando o caminho de sua casa até o Instituto Avivar. A criança destaca elementos do espaço urbano que considera significativos,

como comércios locais — Supermercado "Prático", "Mon Pied" e "Lojão do Povão" — e numerações como “218” e “918”, que possivelmente correspondem a endereços de sua casa e de estabelecimentos reconhecíveis.

A presença desses marcos demonstra como Maria reconhece e se orienta no território a partir de referências visuais e sociais familiares. O mapa mental, ainda que simples, indica um processo de leitura do espaço urbano fundamentado em vínculos afetivos e em práticas cotidianas. Observa-se que a criança não apenas traça um caminho, mas reconfigura o espaço com base em seu olhar e experiência, o que é fundamental para compreender como o Direito à Cidade é percebido na infância. No caso de Maria, há um destaque para os estabelecimentos comerciais que observa no caminho.

Figura 4 Mapa mental de Ana (8 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar (Mon Pied)



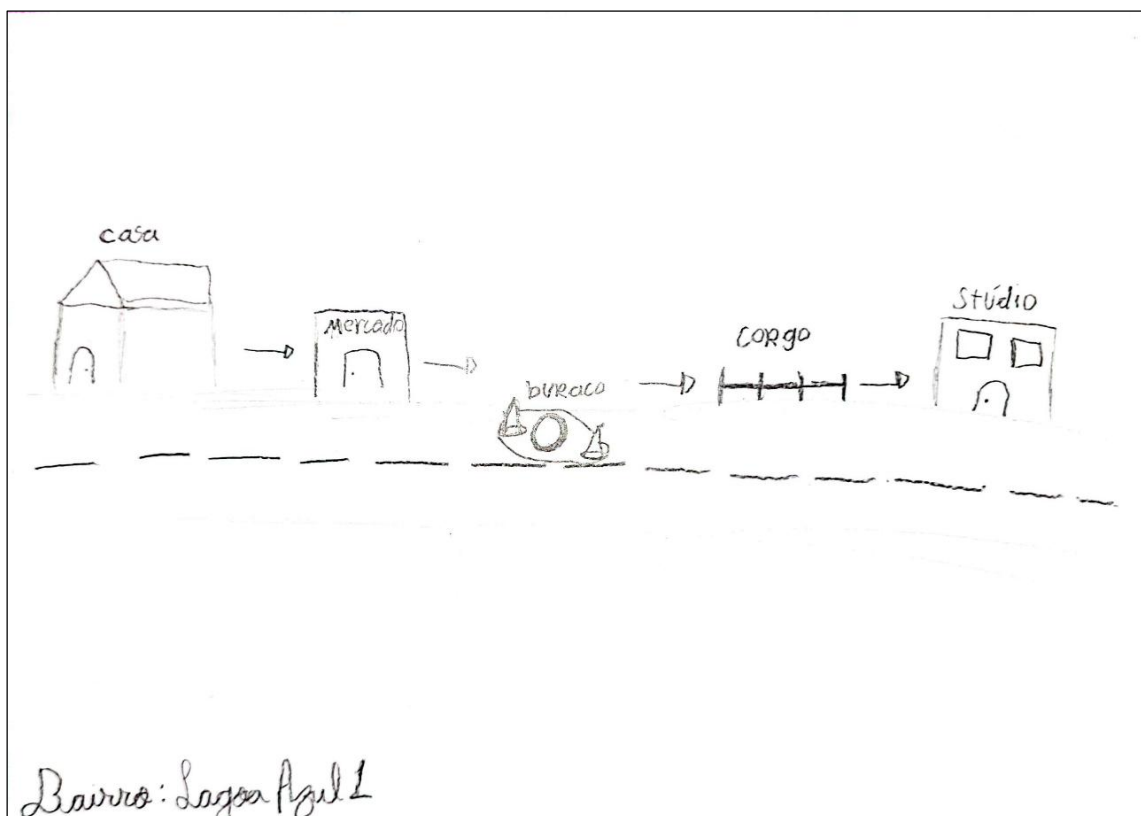
Fonte: Mapa mental elaborado por "Ana" (nome fictício), 8 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025.

No segundo desenho, feito por Ana, 8 anos, moradora do bairro Portal dos Ipês, observa-se uma representação mais linear do espaço urbano, disposto ao longo de uma rua central. Elementos como **árvore, casa, carro, loja, animais e igreja** são organizados sequencialmente, demonstrando uma leitura do espaço orientada por marcos simbólicos e funcionais do cotidiano.

A presença do comércio local "Mon Pied" onde acontecem as aulas do instituto avivar, assim como no desenho anterior, reforça a importância dos espaços de consumo e convivência na construção da memória urbana infantil. O uso de palavras escritas — como “carro”, “loja” e “animais” indica não apenas o que é visto, mas também o que é reconhecido e valorizado no percurso até o Instituto Avivar. Essa representação dialoga com a perspectiva de Tonucci (1997) que reforça a importância de escutar as crianças como protagonistas na construção de cidades mais inclusivas. Segundo o autor, a cidade deve ser pensada também a partir da ótica infantil, e os mapas mentais se apresentam como instrumentos valiosos para acessar essa visão. Ao desenhar seu caminho até o Instituto Avivar, a criança não apenas descreve o trajeto, mas revela elementos de pertencimento, reconhecimento e segurança, fundamentais para a garantia do *Direito à Cidade* na infância.

O desenho revela uma dimensão simbólica e afetiva do território, em que a rua é o eixo estruturante da experiência urbana da criança. A inclusão de elementos naturais (árvore), religiosos (igreja) e comerciais evidencia uma percepção plural e complexa do espaço vivido, onde diferentes dimensões da vida urbana se entrelaçam.

Figura 5 Mapa mental de Aurora (10 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar (Mon Pied)



Fonte: Mapa mental elaborado por "Aurora" (nome fictício), 10 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025.

O terceiro mapa mental, elaborado por Aurora, uma criança moradora do bairro Lago Azul, apresenta uma narrativa visual clara e sequencial, com representações de sua residência, um mercado, um buraco na via, um córrego e, por fim, o prédio identificado como “studio” (Mon Pied – estúdio onde funciona uma das atividades do Instituto Avivar). A presença de setas orientando o deslocamento reforça o caráter direcional e funcional do trajeto representado, evidenciando uma lógica espacial baseada na rotina e na memória cotidiana.

A inclusão de elementos como o *buraco* na rua e o *córrego* evidencia não apenas marcos geográficos e urbanos, mas também desafios enfrentados no percurso, como infraestrutura precária e possíveis riscos ambientais. Esses elementos reforçam o argumento de Lefebvre (1991) de que “o espaço urbano é uma produção social carregada de contradições e disputas”. Ao representar essas questões em seu desenho, a criança denuncia, ainda que de forma simbólica, as condições desiguais de acesso e mobilidade em sua comunidade.

O trajeto, apesar de simples, é carregado de significados sobre pertencimento, riscos e referências afetivas. A leitura espacial feita pela criança explicita sua vivência urbana, seu olhar atento às fragilidades do território e sua capacidade de mapear, criticar e reconfigurar o espaço a partir de sua experiência.

Figura 6 Mapa mental de Clara (6 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar (Mon Pied)

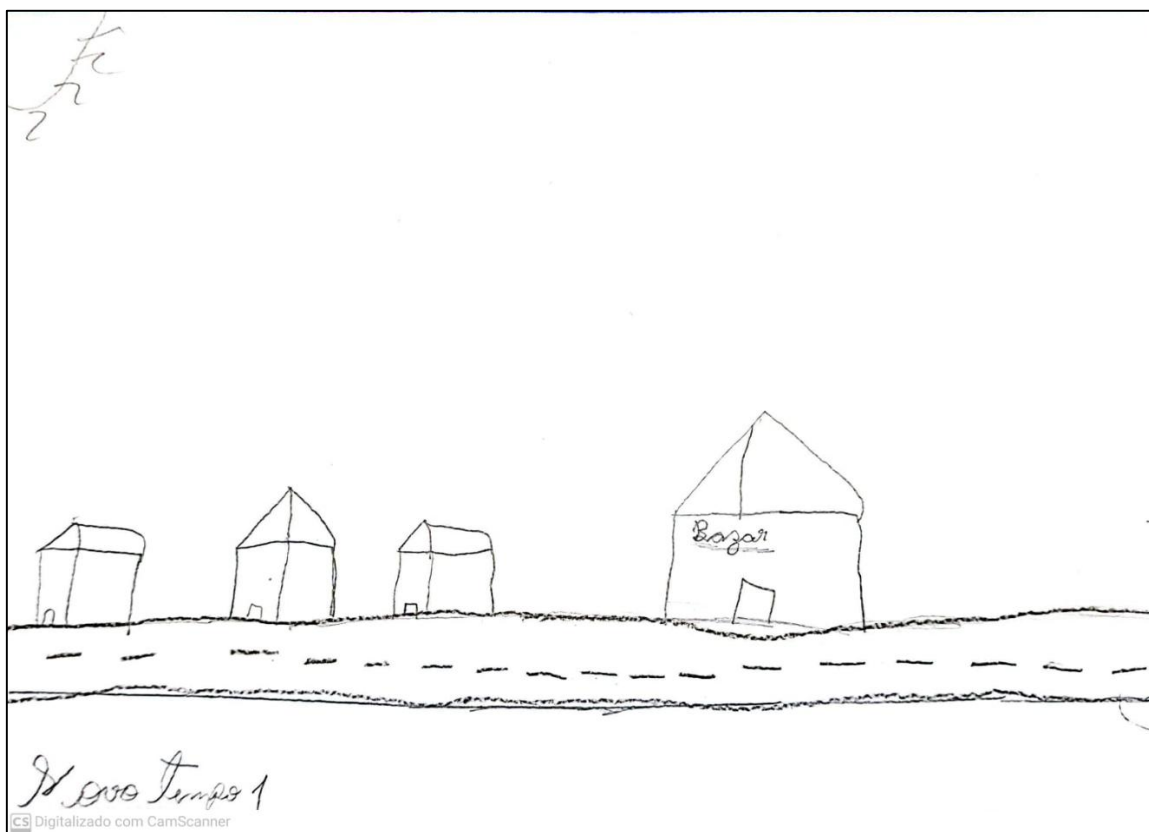


Fonte: Mapa mental elaborado por "Clara" (nome fictício), 10 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025.

Este quarto desenho, identificado com o bairro Camilo Chaves, oferece uma perspectiva bastante simbólica do cotidiano da criança, evidenciando aspectos afetivos e de vizinhança. O mapa mental referente ao bairro Camilo Chaves é marcado por uma representação contínua de residências, um caminhão e uma árvore florida, compondo uma paisagem urbana essencialmente doméstica e comunitária. A disposição sequencial das casas sugere uma ênfase no convívio entre vizinhos, nas relações de proximidade e no reconhecimento do entorno imediato.

A presença do caminhão, com destaque em relação aos demais elementos, pode indicar uma percepção da criança sobre o fluxo de veículos ou a importância dos meios de transporte no bairro. Já a árvore rosa, única figura natural da cena, adiciona um toque de sensibilidade e afeto ao espaço urbano retratado. Explica Lefebvre (1991, p. 115), que “o espaço urbano não deve ser entendido apenas como um dado físico, mas como um lugar produzido pelas práticas sociais e relações cotidianas”. Nesse sentido, o desenho manifesta a espacialidade vivida pela criança, revelando um território que vai além da funcionalidade: ele é também relacional e afetivo.

Figura 7 Mapa mental de Isa (9 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar (Mon Pied)



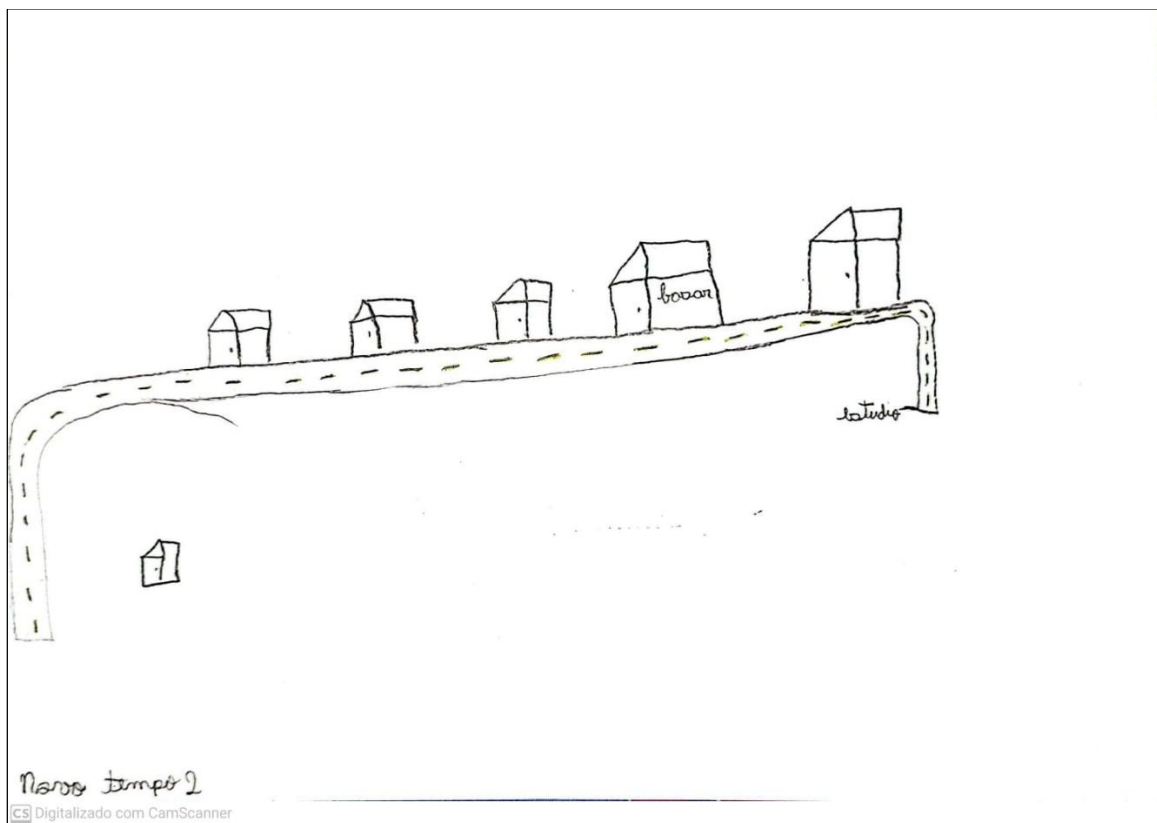
Fonte: Mapa mental elaborado por "Isa" (nome fictício), 09 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025.

O desenho referente ao bairro Novo Tempo 1 revela uma configuração linear de moradias e um estabelecimento comercial identificado como "Bazar", demonstrando uma percepção objetiva e prática do território vivenciado. A repetição do modelo arquitetônico das casas sugere certa uniformidade habitacional, indicando um padrão urbanístico simples e possivelmente típico de conjuntos populares. No mapa de Isa não aparece nem um elemento natural, nem afetivo.

A presença do "Bazar" como elemento centralizado e nomeado reforça o papel do comércio de bairro na vida cotidiana das crianças, funcionando como ponto de referência e convivência. A rua, desenhada com faixas contínuas e bem delimitadas, denota também uma preocupação com a circulação e a organização do espaço urbano.

Segundo Santos (1997, p. 29), “o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, sendo produzido pelas práticas sociais cotidianas”. No caso das crianças, essas práticas se refletem em seus mapas mentais como sínteses entre o vivido e o imaginado, entre o desejo e a realidade.

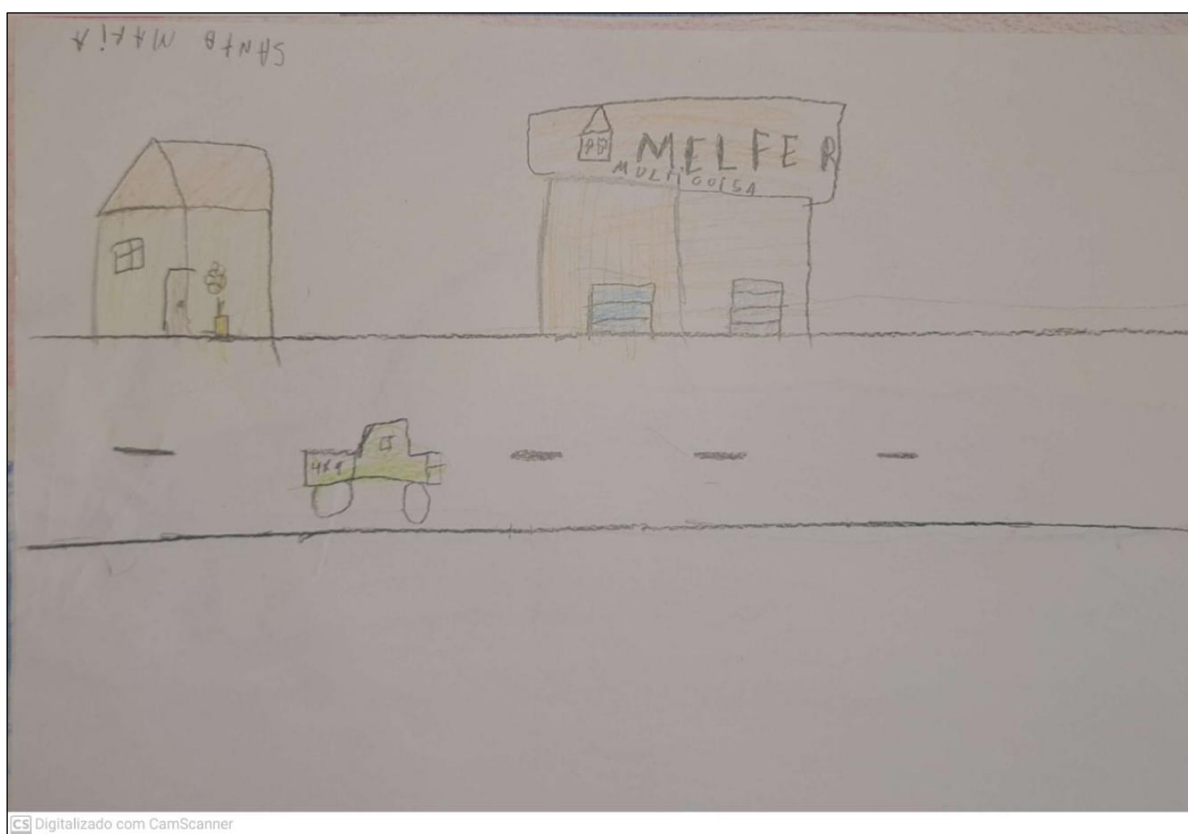
Figura 8 Mapa mental de Laura (11 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar (Mon Pied)



Fonte: Mapa mental elaborado por "Laura" (nome fictício), 11 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025.

Neste mapa mental criado por Laura, temos novamente a identificação do Bazar como elemento importante e o foco na disposição linear das casas e da via que leva do bairro Novo Tempo II ao Instituto Avivar. Uma possível interpretação é que o bairro de moradia de Laura não tenha uma simbologia afetiva que se destaca no conjunto de sua representação, enfocando mais o caminho em si. Chama a atenção também a falta de elementos naturais na paisagem representada.

Figura 9 Mapa mental de Luna (7 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar (Mon Pied)

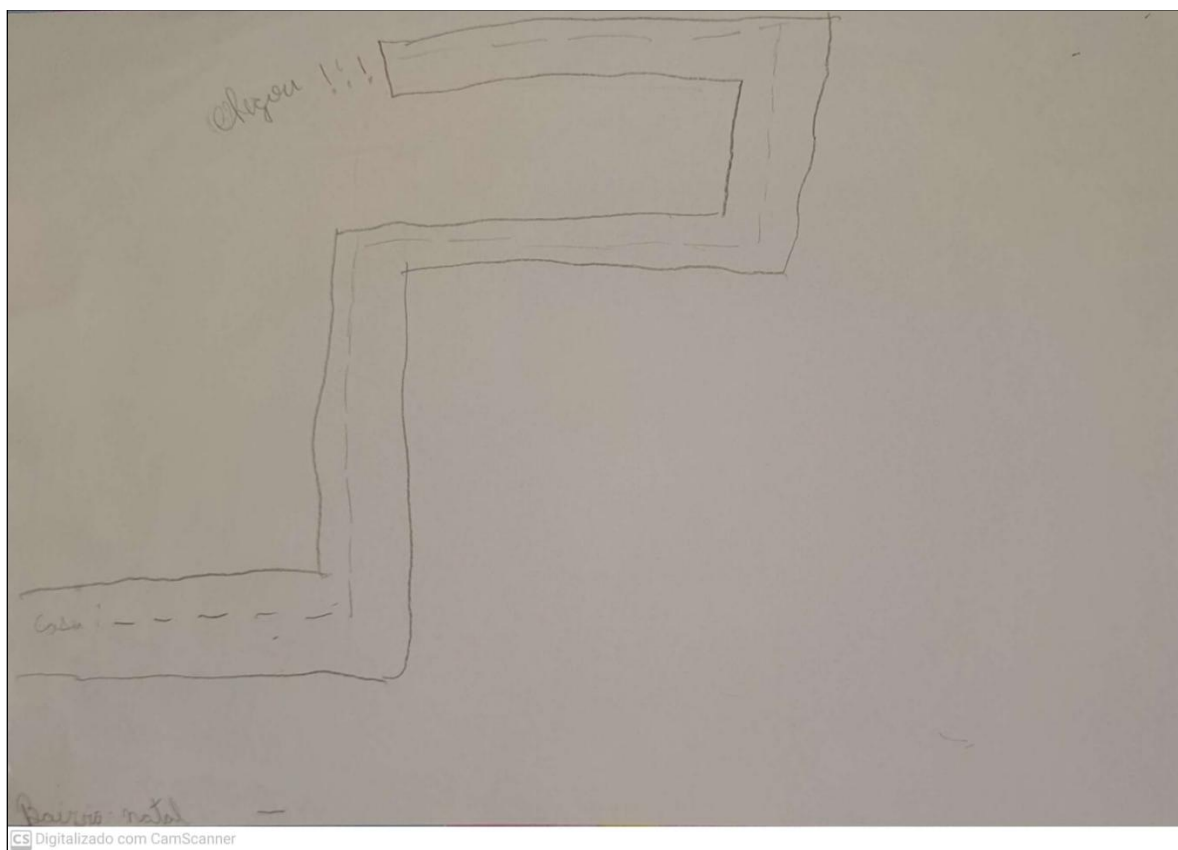


Fonte: Mapa mental elaborado por "Luna" (*nome fictício*), 7 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025.

O mapa mental feito por Luna do bairro Santa Maria retrata elementos urbanos significativos como a casa, a loja ("Melfer Multicoisas") e a rua com direito até a um veículo circulando. A representação sugere familiaridade com o espaço comercial e de circulação, reforçando a presença de aspectos do cotidiano infantil em seus territórios vividos. Teoricamente Carlos (2004) discute como a cidade é vivida em diferentes escalas e experiências, e como o cotidiano molda o olhar dos sujeitos sobre o espaço urbano. Já Tonucci (1997) enfatiza a importância de reconhecer a criança como cidadã, capaz de perceber e

transformar seu entorno. O desenho de Luna exemplifica essa percepção ativa da cidade — uma cidade funcional, com comércio, moradia e mobilidade.

Figura 10 Mapa mental de Ângela (9 anos) do percurso de casa ao Instituto Avivar (Mon Pied)



Fonte: Mapa mental elaborado por "Ângela " (*nome fictício*), 9 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025.

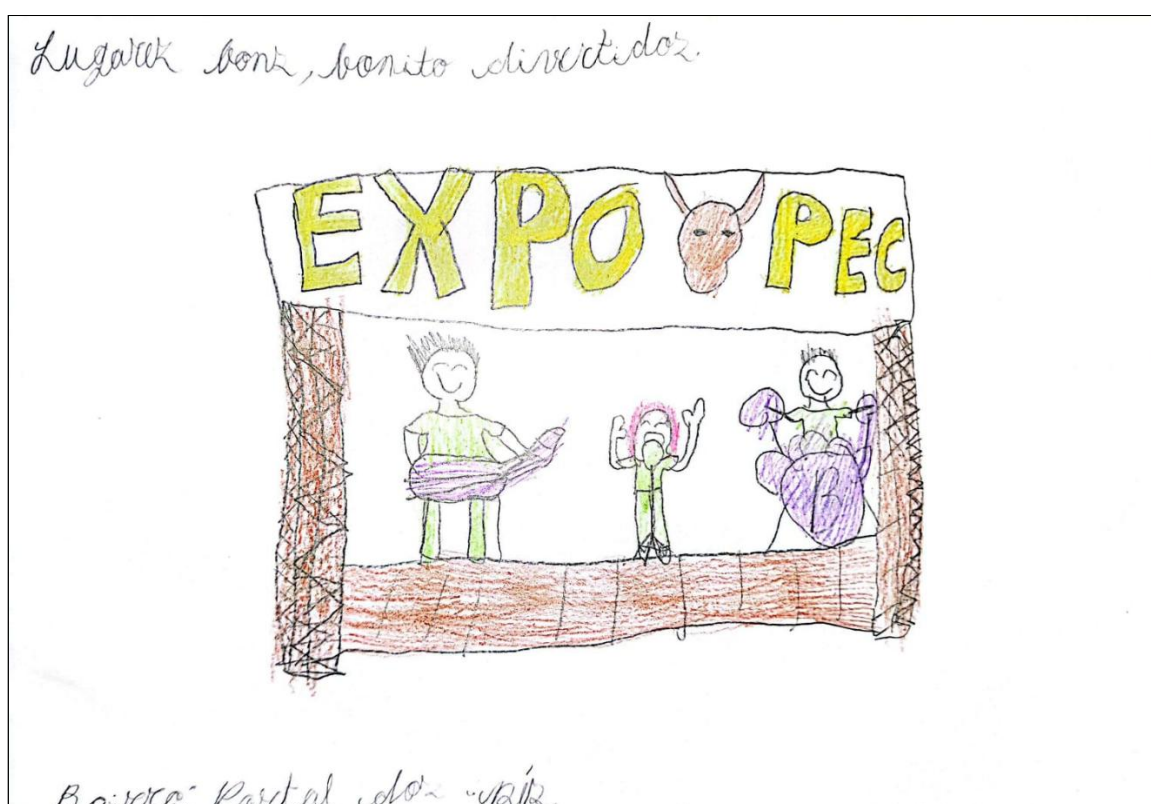
Esse mapa feito por Ângela , 9 anos, residente no bairro Natal, traz um traçado simples, quase esquemático, de uma rua com curvas e dois pontos de interesse nomeados como “casa” e “chegou”. Ainda que simples, revela uma percepção espacial clara de elementos essenciais do cotidiano infantil.

Realizado o mapa mental do percurso entre sua residência e o Instituto Avivar, solicitou-se às mesmas crianças que fizessem um novo mapa mental com a seguinte proposta: Quais os lugares em Ituiutaba que vocês mais gostam, acham bonitos ou que chamam sua atenção?

3.3.3.2 Mapa mental representando lugares em Ituiutaba que mais gosta, acha bonito ou chama a sua atenção

Com o objetivo de aprofundar a compreensão das relações afetivas e simbólica da criança com o espaço urbano, foi proposta a construção de um mapa mental no qual as crianças participantes representaram, por meio de desenhos ou indicações espontâneas, os lugares de Ituiutaba que mais gostam, que consideram bonitos ou que de alguma forma chamam sua atenção. Lugar é um conceito além do espaço geográfico, é dinâmico devido as relações sociais, de influência sentimental, cultural, considera a individualidade dos sujeitos no meio espacial. Essa atividade visa captar a percepção subjetiva da cidade, pelo olhar das crianças pesquisadas, revelando aspectos que despertam interesse, encantamento ou identificação, contribuindo para a compreensão do seu Direito à Cidade a partir de uma perspectiva sensível e situada.

Figura 11 Mapa mental de Ana (8 anos) lugares em Ituiutaba que mais gosta, acha bonito ou chama a sua atenção



Fonte: Mapa mental elaborado por "Ana" (nome fictício), 8 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025

Ana, 8 anos, residente do bairro Portal dos Ipês, desenhou a EXPOPEC (Exposição Agropecuária de Ituiutaba), um evento tradicional da cidade, mostrando que é um lugar que ela considera "**bom, bonito e divertido**", como ela mesma escreveu!

O Parque de Exposições JK sedia eventos como feiras e exposições, com o objetivo de promover as inovações do setor agropecuário, além de servir como ponto de encontro para troca de conhecimentos, negócios e parcerias entre produtores, fornecedores e especialistas da área. Neste local geralmente acontece uma festa no mês de setembro, em comemoração ao aniversário da cidade, com shows, parquinhos e barracas de lanche. Importante destacar que, desde 2021, a Expopec se tornou uma festa de portões abertos a toda a população, não sendo tarifado ingresso para entrar no Parque JK ou nos shows. A escola é outro espaço destacado pela criança.

Ana também se expressou dizendo: “Adoro a exposição, a gente pode ir todo mundo junto”. mostra não só o quanto ela gosta da EXPOPEC, mas também revela o valor afetivo e social que esse espaço tem para ela: é um lugar de convivência, alegria em grupo e pertencimento.

Figura 12 Mapa mental de Aurora (10 anos) lugares em Ituiutaba que mais gosta, acha bonito ou chama a sua atenção



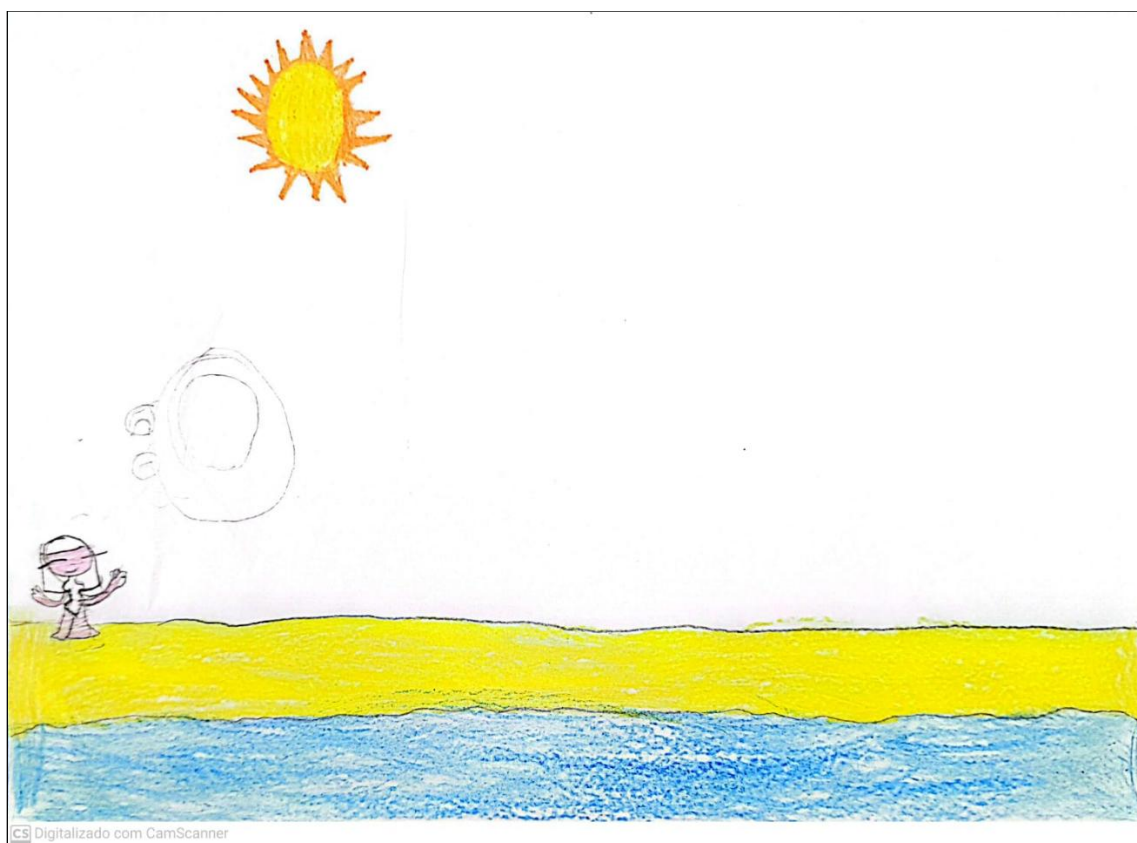
Fonte: Mapa mental elaborado por "Aurora" (nome fictício), 10 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025

Aurora, 10 anos, residente do bairro Lagoa Azul, fez o mapa mental destacando a igreja e a praça dos trabalhadores, onde há uma pista de skate, expressando-se da seguinte maneira: “Eu mais gosto da igreja e de ver eles andarem de skate”.

A igreja representa um espaço de fé, acolhimento e comunidade para ela, enquanto a pista de skate é o que chama sua atenção, por ser interessante. De acordo com Machado (2003, p. 51), “os espaços públicos são apropriados de maneiras únicas pela infância”.

A fala de Aurora revela o quanto ela observa e se encanta com a vivência coletiva desses espaços, mesmo que ela mesma não esteja andando de skate, ela valoriza **o ver, o estar junto**, o convívio no espaço urbano.

Figura 13 Mapa mental de Clara (06 anos) lugares em Ituiutaba que mais gosta, acha bonito ou chama a sua atenção



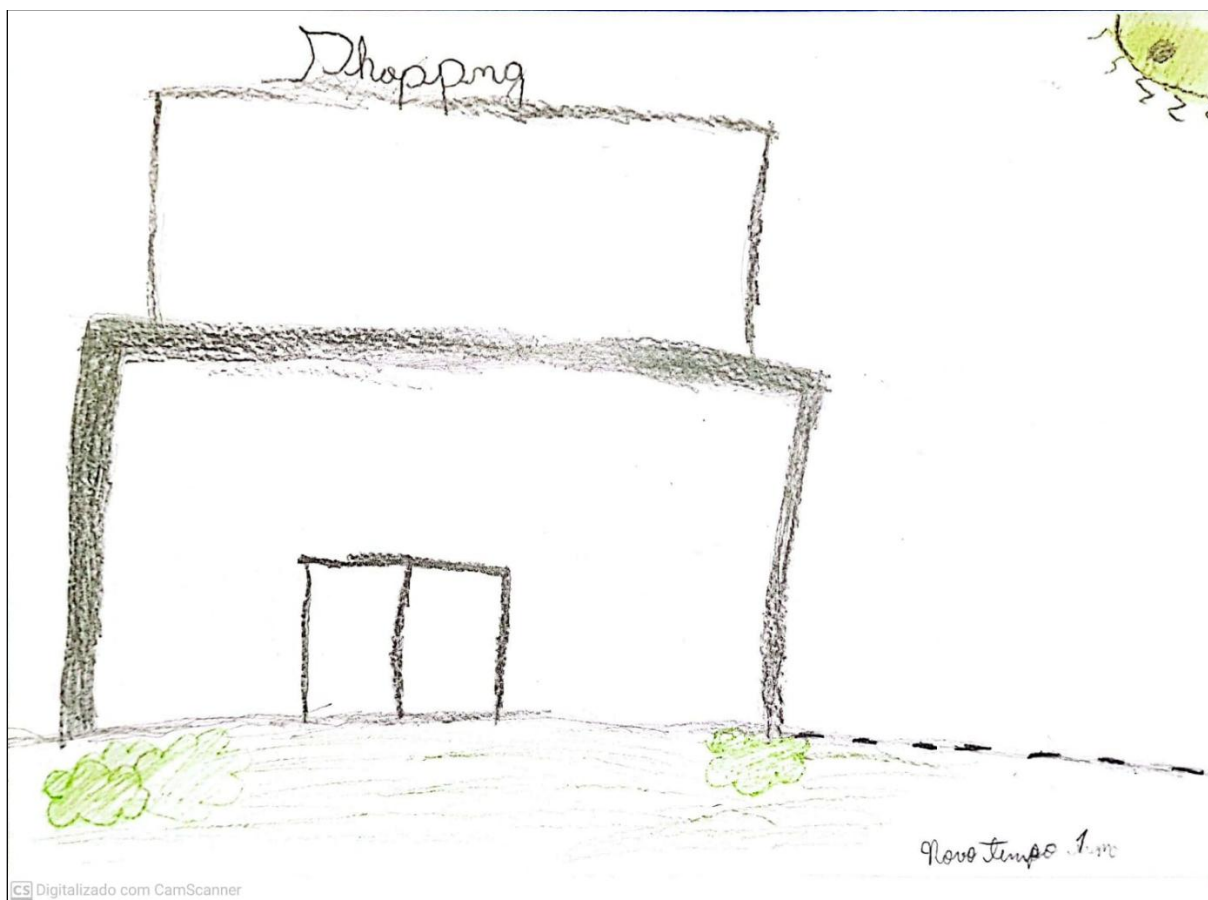
Fonte: Mapa mental elaborado por "Clara" (nome fictício), 06 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025

Clara, 06 anos, residente do bairro Camilo Chaves, mostra uma menina sorridente, ao ar livre, com sol forte no céu e um grande espaço de areia e água — o que nos sugere que esse é um lugar natural, possivelmente uma lagoa, rio ou até uma represa, muito comum em Ituiutaba

e região. A presença do sol e da água mostra uma conexão com a natureza, liberdade, e provavelmente um sentimento de alegria, tranquilidade e diversão.

Pode-se interpretar esse espaço como um lugar de lazer e contato com a natureza, onde a criança se sente feliz e à vontade.

Figura 14 Mapa mental de Isa (09 anos) lugares em Ituiutaba que mais gosta, acha bonito ou chama a sua atenção



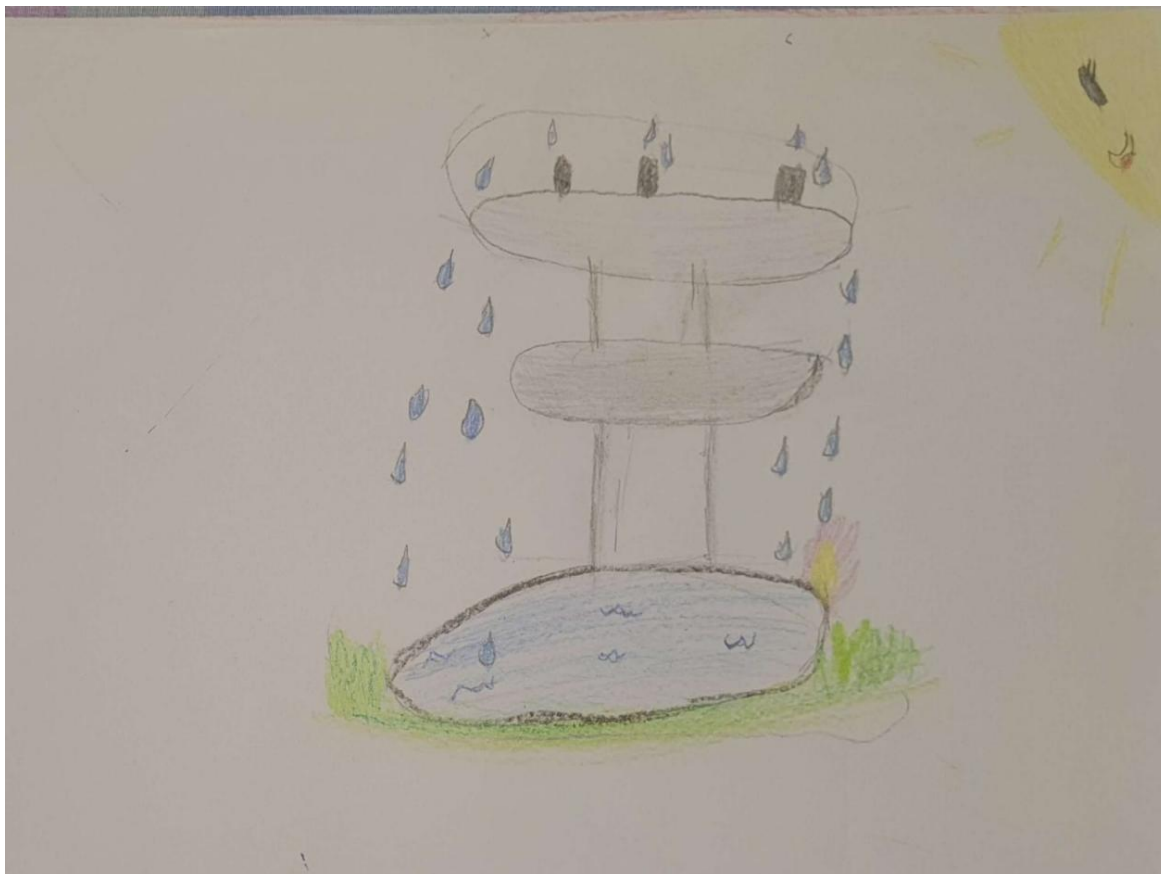
Fonte: Mapa mental elaborado por "Isa" (*nome fictício*), 06 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025

Isa, 06 anos, residente no bairro Novo Tempo I, representa no mapa mental o Shopping da cidade como um lugar que mais gosta, acha bonito e que chama sua atenção, porém em sua fala diz: “mais a gente não vai muito lá”!

A fala de Isa – que destaca o shopping como um lugar de desejo e encantamento, mas ao mesmo tempo de difícil acesso – pode ser lida à luz das reflexões de Machado (2003, p. 54, especialmente no que tange à “exclusão simbólica e material das crianças de espaços urbanos estruturados para o consumo”. Isa identifica o shopping como um espaço atrativo, mas inacessível, revelando como as desigualdades sociais também moldam a constituição do Direito

à Cidade, ou a falta dele, para as crianças – algo que Machado (2003) aponta como um desafio para a efetivação de uma cidade verdadeiramente inclusiva.

Figura 15 Mapa mental de Luna (07 anos) lugares em Ituiutaba que mais gosta, acha bonito ou chama a sua atenção



Fonte: Mapa mental elaborado por "Luna" (nome fictício), 07 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025

Luna, 7 anos, residente do bairro Santa Maria desenha a fonte da praça da prefeitura com suas gotas de água, flores e o sol sorridente, revelando um olhar afetivo e sensível da criança para o espaço público. A escolha desse elemento urbano simboliza beleza, tranquilidade e pertencimento, além de destacar como lugares esteticamente marcantes se tornam referência no imaginário infantil.

O mapa mental feito pela criança está relacionado à ideia de “paisagem afetiva” discutida por Tonucci (2008). A respeito, o autor enfatiza que: “A cidade deve ser pensada também com os olhos das crianças, que constroem relações afetivas com os lugares e com as pessoas que os habitam.” Observa-se também no mapa mental a noção de lugares de referência na construção do sentimento de pertencimento urbano (Machado, 2003)

Figura 16 Mapa mental de Ângela (09 anos) lugares em Ituiutaba que mais gosta, acha bonito ou chama a sua atenção



Fonte: Mapa mental elaborado por "Ângela" (nome fictício), 09 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025

Ângela, 9 anos, residente no bairro Natal, desenha uma igreja, e se expressa verbalmente: "Eu gosto de sair para ir na missa". Observa-se que a igreja para a criança é um lugar especial, e isso diz muito sobre o vínculo afetivo dela com esse espaço. O traço simples e o uso das cores transmitem uma sensação de acolhimento. A árvore ao lado e o detalhe da cruz no telhado reforçam a ideia de que é um lugar de paz e significado para ela.

O mapa mental elaborado por Ângela ilustra bem como os espaços religiosos também fazem parte do imaginário urbano infantil e podem representar um sentimento de pertencimento e segurança.

3.3.3.3 Mapa mental dos aspectos negativos percebidos pela criança na cidade de Ituiutaba

Para ampliar a compreensão da relação da criança com o espaço urbano, foi proposta a construção de um mapa mental voltado à expressão de percepções negativas sobre a cidade, com o seguinte questionamento: O que você não gosta em Ituiutaba, o que acha feio ou o que mais te incomoda?

Essa etapa visa identificar elementos do ambiente urbano que impactam negativamente sua vivência cotidiana, revelando desafios à garantia do Direito à Cidade sob a perspectiva infantil.

Figura 17 Mapa mental de Maria (08 anos) banheiro químico – aspecto negativo percebido pela criança



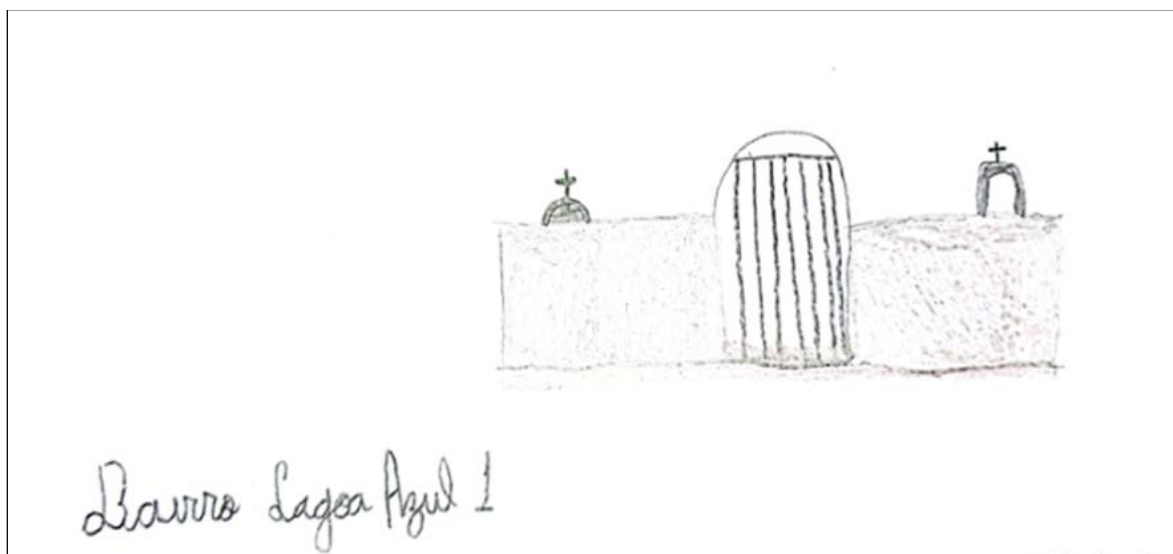
Fonte: Mapa mental elaborado por "Maria" (nome fictício), 08 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025

O mapa mental do banheiro químico foi feito por Maria (8 anos), residente no bairro Portal dos Ipês. Quando questionada sobre o que não gostava na cidade de Ituiutaba, ela responde: “Quando precisei usar aquele banheiro azul (se referindo ao banheiro químico), tia é muito fedorento”.

Neste desenho observa-se que a criança pode estar representando o impacto negativo do banheiro em seu ambiente cotidiano. Se ela colocou o banheiro em um local específico (como perto de casa ou em um local de passagem comum), isso pode indicar que ela tem uma associação negativa com o local e deseja expressar seu desconforto em relação ao impacto que esse banheiro tem na comunidade. A presença do "cheiro ruim" pode simbolizar não apenas um

incômodo físico. Esse tipo de desenho pode também refletir a sensibilidade da criança em relação à sua comunidade e ao seu entorno, sendo uma forma de comunicação importante para entender seu ponto de vista e as suas emoções. Às vezes, o que parece ser “só um banheiro químico” pode representar falta de cuidado com o ambiente urbano, sentimento de desordem ou insegurança e desconforto com espaços públicos mal conservados.

Figura 18 Mapa mental de Aurora (10 anos) cemitério – aspecto negativo percebido pela criança



Fonte: Mapa mental elaborado por "Aurora" (nome fictício), 10 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025.

Ao representar um cemitério, a criança se expressa como sendo algo ruim na sua cidade dizendo: “Tenho medo do cemitério, porque já fui lá algumas vezes” (Aurora, 10 anos). O desenho também pode revelar uma série de associações e emoções que ela vincula a esse ambiente.

Essa fala revela uma forma de expressão ligada à sua percepção sobre o cemitério, que parece ser um local que ela associa ao medo e a algo negativo. O fato de ela dizer que "já fui lá algumas vezes" sugere que ela já teve experiências ou vivências nesse lugar, o que pode estar relacionado a visitas a familiares falecidos, mas o modo como ela se expressa indica que essas experiências são carregadas de temor.

A associação do cemitério a algo ruim, como sugerido pela fala dela, pode ter várias explicações, como por exemplo, influência Cultural e Social, posto que em muitas culturas, o cemitério é visto como um lugar sombrio, associado à morte, o que naturalmente gera receio, especialmente em crianças. A morte é um conceito abstrato e muitas vezes difícil de ser compreendido, o que pode gerar medo.

Importante também destacar a falta de compreensão sobre a morte, pois crianças, principalmente em idades mais novas, têm uma compreensão limitada sobre a morte e o que ela significa. O medo do cemitério pode estar relacionado à ideia de que ele é um lugar de fim, de perda e de algo que causa tristeza e desconforto. A visão da criança sobre o cemitério, como sendo um local "ruim", pode estar ligada a uma percepção que ainda não foi totalmente compreendida ou resolvida.

Outro ponto que pode ser destacado em observação a este mapa mental é o fato da criança ter tido experiências pessoais. Maria menciona que foi ao cemitério "algumas vezes", o que pode indicar que ela tem alguma experiência pessoal relacionada a esse local, seja por meio de visitas, seja por relatos de adultos ou outras crianças. Dependendo do contexto dessas visitas (como funerais ou outros eventos associados à morte), a criança pode associar o cemitério a emoções negativas.

O medo do desconhecido é uma característica natural na infância. O cemitério, por ser um local pouco frequentado no dia a dia, pode despertar curiosidade, mas também uma sensação de insegurança ou ansiedade, já que a criança não sabe exatamente o que esperar de um ambiente como esse. Além disso, a mídia, histórias e até mesmo a educação formal podem influenciar a maneira como uma criança vê o cemitério. Filmes, livros ou até mesmo histórias contadas por adultos podem criar uma ideia de que cemitérios são lugares assustadores.

Nesse contexto, a fala de Aurora pode refletir uma experiência genuína de medo diante de um local que, na visão dela, simboliza algo que causa desconforto e temor. Esse medo pode ser visto como parte do processo de aprendizagem da criança sobre a morte e os sentimentos relacionados a ela.

Figura 19 Mapa mental de Isa (09 anos) buraco – aspecto negativo percebido pela criança



Fonte: Mapa mental elaborado por "Isa" (*nome fictício*), 09 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025.

No exercício de representação do espaço urbano, Isa (9 anos) elaborou um mapa mental no qual destacou a presença de um buraco nas proximidades de sua residência. A criança se expressa verbalmente enquanto desenha: “O buraco lá perto da Caixa d’água é muito ruim, já quase caímos de moto”.

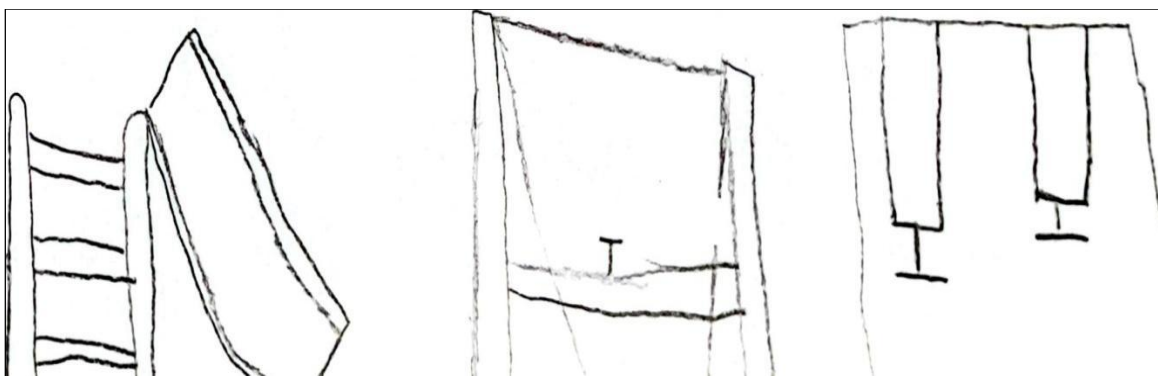
O desenho apresenta três elementos principais: uma casa, um buraco e uma estrutura elevada que pode ser interpretada como uma caixa d’água. O buraco ao qual a criança se refere é uma obra não concluída.

A escolha de representar a obra inacabada como um elemento central demonstra o incômodo gerado pela descontinuidade de ações públicas, afetando a paisagem urbana e o cotidiano infantil. O buraco, deixado exposto, pode representar para a criança tanto um perigo físico quanto um sentimento de abandono do espaço onde vive. Essa percepção evidencia como a precarização e a interrupção de obras públicas impactam negativamente a experiência da criança na cidade, comprometendo seu direito a um ambiente urbano seguro e acolhedor. "A precariedade é a marca do espaço urbano nas periferias brasileiras, revelando a omissão do poder público e a exclusão de grande parte da população dos benefícios da urbanização formal."

(Maricato, 2015, p. 122). Sobre o assunto Maricato (2015) mostra como a urbanização brasileira frequentemente deixa áreas populares sem infraestrutura adequada ou com obras públicas paralisadas, gerando espaços inseguros e marginalizados.

Tonucci (1997) defende que as cidades deveriam ser planejadas considerando as necessidades e percepções das crianças, incluindo segurança e acessibilidade. Obras inacabadas e buracos são barreiras físicas e simbólicas que negam esse direito.

Figura 20 Mapa mental de Laura (11 anos) buraco – aspecto negativo percebido pela criança



Fonte: Mapa mental elaborado por "Laura" (nome fictício), 09 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025.

Como aspecto negativo Laura, 11 anos, desenha o parquinho próximo a sua residência com a seguinte fala: “Amei o porquinho da Minas Gerais, mas já foram lá e quebraram”. A fala da criança, junto com o desenho, pode ser interpretada de várias maneiras, especialmente se estivermos pensando em contextos educativos, sociais ou psicológicos, além disso a criança associa o lugar onde vive com sua realidade regional, mostrando um senso de localização ou pertencimento.

“Amei o parquinho da Minas Gerais” pode indicar uma forte ligação emocional com um brinquedo específico do parquinho, talvez algo que ela achava bonito ou divertido.

“Mas já foram lá e quebraram” revela uma percepção de perda ou frustração, mostrando que ela notou (e se entristeceu com) a destruição de algo que valorizava e isso para ela é tido como algo ruim que acontece na cidade.

A criança está consciente do que acontece no ambiente ao redor da sua casa, o que mostra atenção à comunidade e aos espaços coletivos. Pode também demonstrar como ela enxerga a convivência pública: um lugar que deveria ser de diversão, mas que sofre interferências negativas.

A criança reconhece a degradação do espaço público e denuncia, ainda que indiretamente, a ausência de cuidado e manutenção do ambiente que deveria garantir o seu direito ao brincar com segurança e dignidade. Essa fala, carregada de emoção e crítica, revela como a infância percebe e sofre com as rupturas no Direito à Cidade.

3.3.3.4 Mapa mental: projeções de uma Ituiutaba melhor idealizada pelas crianças

Quando questionadas sobre como imaginam uma Ituiutaba melhor, as crianças surpreenderam com a criatividade e a sensibilidade de suas respostas. Através de mapas mentais elas expressaram ideias que revelam não apenas sua percepção do espaço urbano, mas também seus desejos mais profundos sobre o lugar onde vivem.

Figura 21 Mapa mental de Ana (8 anos) Projeções de uma Ituiutaba melhor



Fonte: Mapa mental elaborado por "Ana" (nome fictício), 08 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025.

No exercício de imaginação sobre uma "Ituiutaba dos sonhos", a criança representou elementos que, em sua percepção, podem contribuir para tornar a cidade melhor e mais acolhedora. O mapa mental evidencia o desejo por um cinema de melhor qualidade, a presença

de redes internacionais como o McDonald's e a melhoria das opções de lazer, representada por um clube mais atrativo - todos elementos associados ao lazer na esfera privada.

Essas representações revelam a valorização do acesso a espaços de cultura, alimentação e recreação, indicando uma visão de cidade que oferece mais alternativas de lazer e socialização para a infância. Através dessas projeções, observa-se também a influência de referências urbanas mais amplas e o anseio por equipamentos urbanos que proporcionem experiências de bem-estar, diversão e pertencimento.

Interessante observar neste mapa mental que a criança desenha espaços que já existem na cidade, como por exemplo o cinema, mas para a criança quando diz “um cinema melhor” significa pertencimento, ou seja, há uma complexa interação entre percepções de pertencimento, desigualdade social e o desejo de inclusão. Esse tipo de reflexão pode ser interpretado de várias maneiras, tais como: percepção de acesso limitado: a criança reconhece o cinema como algo positivo, mas ao mesmo tempo sente que ele está de alguma forma, fora de seu alcance (Sposati, 2001). Isso pode ocorrer por uma série de fatores, como o preço do ingresso, a localização do cinema ou até o tipo de filme exibido, que pode não se alinhar com seus interesses ou possibilidades financeiras. Observa-se também a consciência social, ou seja, a criança está refletindo sobre as disparidades sociais. O mesmo se observa com “clube”, posto que mesmo em um ambiente urbano onde o cinema e o clube podem ser vistos como uma atividade comum, ela percebe que a possibilidade de usufruir dessa atividade depende de sua posição social. Isso é uma forma de compreensão das desigualdades que existem na sociedade, algo que pode ser influenciado pela observação de seu entorno e pela socialização familiar e escolar.

Há também neste mapa o desejo de inclusão, no qual a criança expressa o desejo de fazer parte dessa experiência, mas ao mesmo tempo, está ciente de que sua realidade social a exclui dessa vivência de maneira prática. Isso pode refletir uma sensação de frustração ou impotência ao perceber que a classe social determina o acesso a certos bens culturais e experiências (Sposati, 2001).

Ao afirmar que “poderia ser melhor”, a criança pode estar sugerindo que esse lugar, em vez de ser um símbolo de acesso e prazer, deveria ser mais inclusivo ou acessível (Sposati, 2001). Ela pode estar expressando o desejo de que as oportunidades de entretenimento não dependam da classe social, o que é uma reflexão interessante sobre a necessidade de maior democratização cultural e de acesso.

Esse tipo de reflexão, ainda que simples, revela uma compreensão precoce das diferenças sociais e pode ser um ponto de partida para diálogos sobre inclusão, desigualdade e as maneiras de tornar o acesso à cultura e ao lazer mais justo para todos.

Figura 22 Mapa mental de Aurora (10 anos) “Cidade dos doces” - Projeções de uma Ituiutaba melhor



Fonte: Mapa mental elaborado por "Aurora" (nome fictício), 10 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025

Outra representação produzida foi intitulada "Cidade dos Doces". A imaginação se expressa através de um cenário em que as casas, veículos e elementos naturais são transformados em guloseimas, como bolos, doces e balas.

Essa criação de Aurora, 10 anos, residente no bairro Lagoa Azul 1, reflete o desejo de uma cidade lúdica, prazerosa e acolhedora, onde o cotidiano se mistura ao universo da fantasia infantil.

A representação evidencia o quanto o brincar e a doçura são centrais na concepção de uma cidade ideal para a infância, ressaltando o valor simbólico da afetividade, da diversão e do acesso a espaços que proporcionem alegria e bem-estar.

De acordo com Tonucci (2008), ao incluir as percepções infantis no planejamento urbano, promove-se uma cidade mais humana e democrática, na qual o direito ao brincar, à imaginação e ao pertencimento são respeitados. Para o autor, uma cidade boa para as crianças é, conseqüentemente, uma cidade melhor para todos, pois prioriza o bem-estar, a convivência e o afeto nos espaços públicos.

Figura 23 Mapa mental de Clara (06 anos) Rua de Ouro - Projeções de uma Ituiutaba melhor



Fonte: Mapa mental elaborado por "Clara" (nome fictício), 06 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025

A criança expressa no mapa mental um mundo idealizado a partir da sua própria perspectiva e imaginação. Uma rua de ouro e uma chuva de doces são símbolos claros da imaginação infantil - uma mistura de fantasia, alegria e fartura. Esses elementos mostram o que pode ser valioso ou divertido para uma criança de 9 anos: brilho, cor, magia e coisas que ela ama, como doces.

A Rua de ouro pode representar um lugar ideal onde tudo é valioso, bonito e seguro. Para a criança, pode simbolizar prosperidade, felicidade ou até um caminho mágico. E a chuva de doces representa prazer, diversão e uma realidade onde coisas boas "caem do céu" - como se o mundo fosse feito para agradar e encantar.

Figura 24 Mapa mental de Isa (09 anos): uma praia - Projeções de uma Ituiutaba melhor



Fonte: Mapa mental elaborado por "Isa" (*nome fictício*), 09 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025

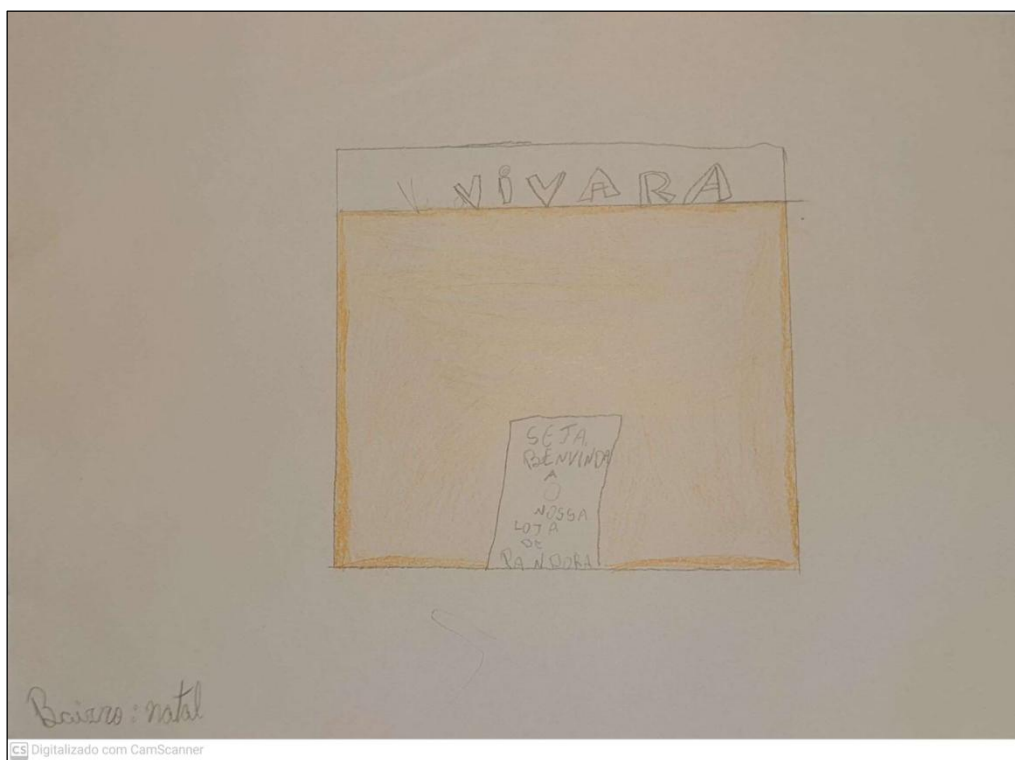
Quando uma criança de Ituiutaba desenha uma *praia* ao ser perguntada sobre uma cidade melhor, ela está expressando, com simplicidade e criatividade, um desejo de mais lazer, natureza, liberdade e beleza no espaço urbano onde vive.

Neste mapa mental a praia pode significar símbolo de diversão, a partir do qual a criança associa a férias, alegria, brincadeiras e momentos em família. Ela pode estar dizendo que gostaria de mais espaços assim em sua cidade. O clima quente do Triângulo Mineiro pode inspirar esse desejo por água, sombra e vento, ou seja, coisas que uma praia proporciona.

A escolha da praia pode também apontar para a ausência de espaços de convivência, parques aquáticos ou locais naturais acessíveis em Ituiutaba. Como Ituiutaba não tem praia, o desenho também mostra a força do imaginário e do desejo infantil por algo diferente, mágico ou utópico.

Este mapa mental pode ser usado como base para pensar políticas públicas voltadas à infância, como mais áreas verdes, parques com elementos aquáticos ou mesmo espaços de lazer temáticos.

Figura 25 Mapa mental de Ângela (09 anos): Loja Vivara - Projeções de uma Ituiutaba melhor



Fonte: Mapa mental elaborado por "Ângela" (nome fictício), 09 anos, participante do Instituto Avivar, Ituiutaba, 2025.

Ângela, uma criança de 9 anos do bairro Natal, associa uma Ituiutaba melhor com lojas como a Vivara, ela provavelmente está expressando um desejo por requinte, beleza, status ou consumo — não necessariamente pelo valor material da joalheria, mas pela forma como essas lojas representam algo bonito, caro ou especial em seu imaginário. Lojas de luxo podem representar um futuro melhor, onde as pessoas têm mais dinheiro, conforto e oportunidades.

Pode-se também refletir neste mapa mental a influência da mídia e das redes sociais, levando a criança a associar essas imagens ao sucesso ou felicidade. Essa fala também pode ser usada em projetos de urbanismo participativo ou estudos sobre o olhar infantil para o desenvolvimento urbano.

3.4 Reflexões a partir do conjunto de mapas mentais

A discussão sobre o Direito à Cidade vem ganhando relevância nos estudos urbanos e nas políticas públicas, especialmente quando se busca promover inclusão, participação e justiça social. No entanto, a escuta da infância — enquanto sujeito ativo e geograficamente situado — ainda é um aspecto pouco explorado nos processos de planejamento urbano. Considerando que as crianças vivem, experienciam e atribuem sentidos ao espaço de maneira própria, torna-se essencial compreender como percebem o lugar onde vivem e que cidade desejam.

Nesse sentido as propostas das representações visuais, através dos mapas mentais apresentados, revelam uma compreensão aguçada dos desafios da cidade, tocando em temas como infraestrutura urbana, mobilidade, meio ambiente, segurança e qualidade de vida. De forma espontânea, as crianças sugeriram soluções que envolvem desde aumento de áreas verdes e espaços de lazer, até a melhoria das ruas, do trânsito e da iluminação pública.

Mais do que simples desenhos, os mapas mentais são documentos afetivos e simbólicos, que mostram como as crianças se sentem pertencentes à cidade e desejam participar ativamente de sua construção. Nesse sentido, Santos (1997, p. 115) descreve que “o espaço urbano é construído socialmente, e todos — inclusive as crianças — são sujeitos geográficos que participam desse processo”.

Essa escuta ativa da infância reforça o quanto é necessário incorporar suas vozes no planejamento urbano, não apenas como usuários do espaço, mas como cidadãos com direito de imaginar e co-criar o futuro, considerando que ele pode ser menos burocrático e racional e mais lúdico e criativo.

Essas manifestações espontâneas reforçam a importância de considerar a escuta infantil como parte das estratégias de planejamento urbano. As crianças, ao desenharem suas "cidades ideais", estão, na prática, exercendo um papel de cidadãs, ainda que de forma simbólica, ao identificar carências e projetar melhorias.

Inspirando-se em autores como Harvey (2014), que defende o *Direito à Cidade* como um direito coletivo de transformação urbana, e Francesco Tonucci (1996), que propõe que a cidade seja pensada pelas e para as crianças, esta pesquisa assume que a escuta ativa da infância é fundamental para a construção de cidades mais justas, inclusivas e sensíveis às diversidades. “A cidade deve ser pensada do ponto de vista das crianças, porque elas são a garantia de uma cidade democrática, inclusiva e segura.” (Tonucci, 2008, p. 108).

Esse olhar genuíno e imaginativo pode e deve ser incorporado na formulação de políticas públicas inclusivas, que reconheçam os diferentes modos de habitar e perceber a cidade, visto que “O Direito à Cidade não é apenas o direito de acesso ao que já existe, mas o direito de mudar a cidade segundo nossos desejos.” (HARVEY, 2014, p. 71).

Ao se expressarem visualmente, as crianças também revelam como se vêem dentro do espaço urbano: não como meras espectadoras, mas como sujeitos geográficos, que constroem relações afetivas e práticas com o bairro, a rua e os equipamentos públicos. Seja ao desejar uma praia onde não há uma rua de ouro, ou a presença de lojas sofisticadas, elas apontam para a necessidade de espaços que promovam pertencimento, dignidade e oportunidades iguais.

Políticas públicas voltadas para a infância precisam ir além da oferta básica de educação e saúde: devem envolver o Direito à Cidade, garantindo acesso a espaços seguros, bonitos, bem cuidados e adequados às necessidades de desenvolvimento físico, social e emocional das crianças. Isso inclui planejamento urbano com perspectiva intergeracional, participação em processos consultivos, e o reconhecimento de que a geografia vivida por uma criança é carregada de significado, identidade e desejo de transformação, que a situa no mundo em que vive.

Embora as praças, shoppings, clubes, academias, cinema e outros considerados espaços de lazer e cultura sejam acessíveis a todos os cidadãos, sabe-se que, na prática, diversos fatores podem limitar o acesso de certas pessoas, especialmente crianças em situação de vulnerabilidade.

Muitas famílias não têm recursos financeiros para frequentar certos espaços; por exemplo, clubes e academias podem exigir mensalidades ou taxas de entrada, dificultando o acesso de pessoas de baixa renda. Mesmo atividades como ir ao cinema podem ser onerosas para a renda familiar, pois tal atividade não remete apenas à compra de ingressos, mas inclui transporte, lanche, dentre outros. Embora no município de Ituiutaba exista o programa municipal “*Busão do Povo*”, que proporciona à população ituiutabana locomoção gratuita por meio do transporte coletivo urbano, sabe-se que, às vezes, a disponibilidade do transporte não é suficiente para garantir o acesso.

O cerceamento do acesso aos espaços não está relacionado apenas à questão socioeconômica da família dessa criança, mas também a questões culturais, como não se sentirem à vontade em certos ambientes devido a diferenças culturais ou falta de representatividade. Crianças com deficiência também podem encontrar dificuldades no quesito da acessibilidade física em espaços que não são adaptados às suas necessidades. Importante destacar que a falta de conhecimento dos cidadãos sobre os espaços de lazer e cultura ou sobre como acessá-los pode ser uma barreira. Programas de divulgação e educação podem ajudar a mitigar essa problemática aqui apresentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender as percepções das crianças participantes de projetos sociais vinculados a Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sobre a produção do espaço urbano em Ituiutaba, tendo como eixo central a perspectiva do Direito à Cidade. A partir da escuta ativa e da análise dos mapas mentais produzidos pelas crianças, foi possível constatar que elas não apenas observam o espaço urbano com atenção e sensibilidade, mas o interpretam criticamente, revelando-se como sujeitos geográficos capazes de elaborar diagnósticos e formular propostas. Tal constatação desafia representações adultocêntricas que frequentemente subestimam as capacidades infantis e contribui para reposicionar as infâncias como agentes legítimos no debate sobre a cidade.

A pesquisa apontou diversas dificuldades que limitam o acesso de famílias, especialmente as de baixa renda, a espaços de lazer e cultura. A principal barreira é a socioeconômica, já que custos com mensalidades, taxas de entrada (em clubes e academias) e despesas adicionais (como transporte e lanches para ir ao cinema) tornam essas atividades onerosas.

É mencionado que, mesmo com iniciativas como o programa municipal "Busão do Povo" em Ituiutaba, que oferece transporte coletivo gratuito, a disponibilidade nem sempre é suficiente para garantir o acesso.

As crianças demonstraram, por meio de suas representações gráficas e narrativas, uma notável capacidade de leitura das dinâmicas urbanas. Identificaram questões como problemas estruturais, de mobilidade, segurança e infraestrutura. No entanto, mais do que descrever problemas, propuseram soluções criativas e contextualizadas: ampliação de áreas verdes, melhoria no transporte coletivo, requalificação da iluminação pública e valorização dos espaços de lazer. Essas proposições evidenciam um olhar territorialmente situado e engajado, no qual a crítica se alia ao desejo de transformação, configurando uma prática cidadã na qual as crianças se expressam como co-autoras de futuros urbanos possíveis.

A análise das falas e interações revelou, ainda, que o Direito à Cidade – entendido em sua concepção ampliada, que envolve acesso, permanência, participação e apropriação dos espaços – permanece incompleto para muitas infâncias urbanas, sobretudo para aquelas inseridas em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Ainda que de forma espontânea e não institucionalizada, as crianças constroem práticas de cidadania simbólica que demandam

reconhecimento e espaço no debate público. Esse reconhecimento é fundamental não apenas para a efetivação de seus direitos, mas também para a reconfiguração das políticas urbanas a partir de uma lógica inclusiva e democrática.

Nesse sentido, os mapas mentais mostraram-se ferramentas metodológicas potentes, capazes de captar não apenas elementos objetivos do espaço urbano, mas também suas dimensões afetivas, simbólicas e relacionais. Os espaços representados pelas crianças não são meramente físicos, mas carregados de experiências, memórias e vínculos – elementos que compõem o que podemos chamar de imaginário urbano infantil. Esse imaginário, muitas vezes invisibilizado nos processos de planejamento e gestão da cidade, deve ser reconhecido como parte legítima da produção do espaço urbano.

A literatura crítica sobre o Direito à Cidade, como a de David Harvey, e os aportes vindos do campo dos estudos da infância, como os de Francesco Tonucci, reforçam que a cidade não deve ser apenas usufruída, mas transformada a partir da vivência dos seus habitantes. No caso das crianças, isso implica romper com a lógica de tutela e silenciamento, reconhecendo-as como interlocutoras válidas na construção de políticas públicas. O Direito à Cidade, nesse contexto, não se restringe ao acesso à infraestrutura existente, mas compreende o direito à participação ativa nos processos que definem os rumos e os usos do espaço urbano.

Os resultados desta pesquisa também revelam as múltiplas barreiras – econômicas, culturais, estruturais e simbólicas – que limitam o acesso pleno das crianças à cidade. Embora iniciativas como o programa “Busão do Povo” representem avanços importantes no campo da mobilidade e do acesso, o enfrentamento das desigualdades urbanas exige um compromisso maior com a justiça espacial e com a construção de políticas integradas que promovam a equidade desde a infância. A inclusão de crianças no debate e nas práticas de planejamento urbano não deve ser vista como um gesto simbólico, mas como uma exigência ética, política e epistemológica.

Conclui-se, portanto, que escutar as crianças e incorporá-las nos processos de construção da cidade é não apenas uma questão de assegurar direitos, mas uma aposta em um futuro urbano mais justo, plural e sensível à diversidade dos modos de habitar. Reconhecer as infâncias em sua pluralidade implica também repensar o próprio conceito de cidade, rompendo com modelos excludentes e funcionalistas e avançando em direção a um urbanismo mais dialógico, sensível e comprometido com a vida em sua complexidade.

Este trabalho, assim, contribui para os campos da geografia urbana e dos estudos da infância ao evidenciar a potência das práticas participativas como dispositivos de transformação social. Reforça-se, por fim, a urgência de políticas públicas que reconheçam a infância como

sujeito coletivo e diverso do Direito à Cidade, e que incorporem a escuta ativa como prática estruturante na formulação e execução do planejamento urbano. Que esta escuta, mais do que uma metodologia possível, se torne um compromisso ético com a construção de cidades mais democráticas, inclusivas e sensíveis às múltiplas vozes que nelas habitam.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Política Social e Combate à Pobreza. A Teoria da Prática. In: _____. **Política Social e combate à pobreza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

AGIER, M. **Do direito à cidade ao fazer-cidade**. O antropólogo, a margem e o centro. ScientificElectronic Library Online - SCIELO, Manaus, v. 21, n. 3, p.??, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwjb344NF3s8s/?lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2023. <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p483>

AITKEN, S. **Do Apagamento à Revolução: o direito da criança à cidadania/direito à cidade**. Dossiê: "Infância e cidade: perspectivas analíticas para as áreas de Educação e Sociologia". Educ. Soc., Campinas, v. 35, n. 128, jul./set. 2014. <https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201435128128621>

ANDRADA, José de. **O Brasil e a democracia: uma análise das deficiências do processo democrático**. São Paulo: Editora XYZ, 2012.

BARBOSA, Maria Lucia Victor. **O voto da pobreza e a pobreza do voto: a ética da malandragem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 maio 2023.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em 20 de setembro de 2024.

_____. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, entre outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm. Acesso em

BOCCATO, V. R. C. Metodologia de pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265 - 274, 2006. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CAMARA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **Lei nº 153, de 13 de julho de 2018**. Institui a Revisão do Plano Diretor Integrado do Município de Ituiutaba e dá outras providências. [S. l.], 13 jul. 2018. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-complementares/ano-de-2018/lei-complementar-no-153-de-13-de-julho-de-2018/view>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos desafios para a pesquisa e a prática social*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 1-12, 2003. Disponível em: <https://www.anpur.org.br>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FAPESP, 2004.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Diagnóstico da atual situação da criança e do adolescente no município de Ipatinga – MG: Conhecer para Transformar – **Diagnóstico da Criança e do Adolescente**. IPATINGA/ MG, 2017- . Disponível em: https://www.ipatinga.mg.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Diagnostico_da_atual_situacao_da_crianca_e_do_adolescente_no_municipio_de_Ipatinga_?cdLocal=2&arquivo=%7B7DAEBCCC-D0E5-CE4A-CBE0-EDC2ADDE4D5A%7D.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

DOURADO, J. A. L. **Contribuições do trabalho de campo para o ensino de geografia**. 2010. Disponível em: www.gsf.org.br. Acesso em: 13 jan. 2023.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: Fazenda, Ivani (org). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GONÇALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GONÇALVES, G. C. S. Sistema de coordenadas geográficas do município de Ituiutaba, MG, Brasil. 2019. Mapa elaborado por G. C. S. Gonçalves, utilizando dados do IBGE (2017) e Google Earth (2017). Datum: SIRGAS 2000, UTM Zone 22S. Escala gráfica de 0 a 1500 metros. Disponível em: arquivo de imagem

GOVERNO FEDERAL (BRASIL). MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). In: **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)**. BRASÍLIA, DF. BRASIL, 31 jul. 2018. ATUALIZADO EM 04/09/2018 15h41. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/conanda>. Acesso em: 1 fev. 2024.

GOVERNO FEDERAL (BRASIL). **Inscriver-se no Cadastro Único (CadÚnico): O que é?**. Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0. [S. l.], 12 set. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

HAN, B. C. **No enxame: perspectivas do digital** / Byung-ChulHan ; tradução de Lucas Machado. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana** / David Harvey; tradução Jeferson Camargo. – São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

_____. **O Direito à cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n. 29, jul./dez. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 18. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo, Cortez, 2007.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PANORAMA: BRASIL/MINAS GERAIS/ITUIUTABA**. V4.6.73. ed. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em: 19 fev. 2024.

ITUIUTABA (MG). **Lei nº 4.529, de 17 de outubro de 2017**. Consolida a legislação sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Ituiutaba*, Ituiutaba, MG, 17 out. 2017. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-2017/lei-no-4-529-de-17-de-outubro-de-2017/view>. Acesso em 20 de janeiro de 2025.

ITUIUTABA (MG). **Mapa Base de Ituiutaba, Minas Gerais**: Disponível em: https://ituiutaba.mg.gov.br/arquivos_cliente/MapaItuiutaba_Jul-2022.pdf. Acesso em 20 de fevereiro de 2025.

_____. **Lei nº 5.035, de 5 de abril de 2023**. Altera as disposições da Lei nº 4.529, de 17 de outubro de 2017, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Ituiutaba*, Ituiutaba, MG, 5 abr. 2023. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-2023/lei-ndeg-5-035-de-05-de-abril-de-2023/view>. Acesso em: 20 de janeiro de 2025.

JORNAL DO BRASIL. *Moradores da Favela do Metrô fazem novos protestos contra remoção*. Rio de Janeiro, 09 jan. 2014. Disponível em: <https://www.jb.com.br/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

KHATER, A. L. M; NOGUEIRA, M. V. R. **Primeiro Diagnóstico Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, Ituiutaba-MG: BAOBÁ, 2023.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. Tradução: Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Sette. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

LOPES, Jader Janer Moreira; FERNANDES, Maria LidiaBueno. **A criança e a cidade: Contribuições da Geografia da Infância**. 2. ed. Porto Alegre: Educação revista quadrimestral, 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1986.

LUQUET, Georges-Henri. **O desenho infantil**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ática, 1992.

MACHADO, Marília Novais da Mata. **O lugar das crianças na cidade: entre a inclusão e a exclusão**. In: CORRÊA, Maria Vitoria de Mesquita Benevides; PANDELE, Juliana (Org.). Crianças e adolescentes: sujeitos de direitos. São Paulo: Fundação Abrinq; Cortez, 2003.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. Del derecho al consumo al derecho a la ciudad: contradicciones y convergencias. In: **Eure**, Santiago, v. 43, p. 25 – 46, 2017.
<https://doi.org/10.4067/s0250-71612017000300025>

MINISTÉRIO DA ECONOMIA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE; DIRETORIA DE COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. **Pesquisa nacional de saúde do escolar**: análise de indicadores comparáveis dos escolares do 9º ano do ensino fundamental municípios das capitais: 2009/2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2022 193 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 46) (Investigações Experimentais. Estatísticas Experimentais).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. GOVERNO FEDERAL. Atenção Especializada à Saúde. Saúde mental, álcool e outras drogas. Rede de Atenção Psicossocial – RAPS. **Centros de Atenção Psicossocial**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps/caps#:~:text=CAPS%20I%3A%20Atende%20pessoas%20de,estabelecer%20la%C3%A7os%20sociais%20e%20realizar>. Acesso em: 17 de ago. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2006. 289p.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Rio de Janeiro: Editora Moraes, 1986.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel e Rogério Proença Leite. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **LEI nº 5035, de 5 de abril de 2023**. ALTERA AS DISPOSIÇÕES DA LEI 4.529 DE 17 DE OUTUBRO DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ITUIUTABA/MG, 5 abr. 2023. Disponível em: https://ituiutaba.mg.gov.br/temp/14072024142651arquivo_.pdf. Acesso em: 17 ago. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **LEI nº 5094, de 5 de julho de 2023**. “INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL BUSÃO DO POVO” com a instituição da tarifa zero para o transporte coletivo urbano no município de Ituiutaba – MG e dá outras providências. ITUIUTABA/MG, 5 julho 2023. Disponível em: https://ituiutaba.mg.gov.br/temp/02082024152502arquivo_LeiOrdin%C3%A1ria_5094.pdf. Acesso em: 01 ago. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA. **LEI nº 4904, de 27 de abril de 2022**. ALTERA O ARTIGO 17 DA Lei nº 4529 de 2017, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ITUIUTABA/MG, 27 abr. 2022. Disponível em: [14072024143246arquivo_.pdf](https://ituiutaba.mg.gov.br/temp/14072024143246arquivo_.pdf) (ituiutaba.mg.gov.br). Acesso em: 17 agosto de 2023.

RAFFESTIN, Claude. **A geografia do poder**. São Paulo: Hucitec, 1993.

REGO, Tânia. **Favela do Metrô, no Rio de Janeiro, após demolição de ocupações consideradas irregulares, em 2014** - Agência Brasil: Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/13/cortes-no-orcamento-de-2019-impedirao-construcao-de-795-mil-moradias-populares>. Acesso em 10 de fevereiro de 2025.

RICHTER, Denis. O mapa mental do ensino de geografia: concepções e propostas para o trabalho docente / Denis Richter. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SALGADO, Sebastião (1996): Crianças a margem da rodovia, PR-158. Disponível em: <https://sebastiaosalgado.wordpress.com/2009/06/18/criancas-as-margens-das-rodovias/>

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Infâncias e a cidade: restrições e possibilidades**. 2. ed. Porto Alegre: Educação revista quadrimestral, 2018. v. 41. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.31317>

_____. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELOS, Vera M.; SARMENTO, Manuel Jacinto (Org.). In: **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueria e Marin, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007. <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-249-1311-2>

SILVEIRA, S.A; SOUZA, J.; CASSINO, J.C. **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

SLUZKI, Carlos E. **A rede social na prática sistêmica**. Tradução: Cláudia Berlener. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOUZA, I. F. O reordenamento do programa de erradicação do trabalho infantil (PETI): estratégias para concretização de políticas públicas socioassistenciais para crianças e adolescentes no Brasil. 2016. 279 f. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) - Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SPOSATI, Aldaiza. **Assistência social: ensaios sobre sua regulamentação**. São Paulo: Cortez, 2001.

TONUCCI, Francesco. **A cidade das crianças: a experiência italiana de escuta das crianças como protagonistas na construção da cidade**. Tradução de Suzana Albornoz. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

_____. **A cidade das crianças**. Rio de Janeiro: Fundação CECIP, 2008.

VENANCIO, M.; PESSÔA, V. L. S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

VERONESE, J. R. P. **Direito da criança e do adolescente**. Florianópolis: OAB, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.